

UNIVERSIDADE FEDERAL DE PELOTAS
Faculdade de Educação
Programa de Pós-Graduação em Educação



DISSERTAÇÃO

**FILHOS (TRANSEXUAIS) NÃO VÊM COM MANUAL DE INSTRUÇÕES: UMA
AUTOETNOGRAFIA DA MATERNIDADE**

Suelen Borges Loth Correa

Pelotas, 2024

Suelen Borges Loth Correa

**Filhos (transexuais) não vêm com manual de instruções: uma autoetnografia
da maternidade**

Dissertação de Mestrado apresentada ao
Programa de Pós-Graduação em Educação,
Linha de Pesquisa: Saberes Insurgentes e
Pedagogias Transgressoras, da Universidade
Federal de Pelotas, como requisito parcial à
obtenção do título de Mestre em Educação.

Orientador: Prof. Dr. Marcio Caetano

Coorientador: Prof. Dr. Rodrigo da Silva Vital

Pelotas, 2024

Universidade Federal de Pelotas / Sistema de Bibliotecas
Catalogação da Publicação

C824f Correa, Suelen Borges Loth

Filhos (transexuais) não vêm com manual de instruções [recurso eletrônico] : uma autoetnografia da maternidade / Suelen Borges Loth Correa ; Marcio Rodrigo do Vale Caetano, orientador ; Rodrigo da Silva Vital, coorientador. — Pelotas, 2024.
99 f.

Dissertação (Mestrado) — Programa de Pós-Graduação em Educação, Faculdade de Educação, Universidade Federal de Pelotas, 2024.

1. Transexualidades masculinas. 2. Maternidade. 3. Identidade de gênero. 4. Experiências. I. Caetano, Marcio Rodrigo do Vale, orient. II. Vital, Rodrigo da Silva, coorient. III. Título.

CDD 370

Suelen Borges Loth Correa

**Filhos (transexuais) não vêm com manual de instruções: uma autoetnografia
da maternidade**

Dissertação apresentada, como requisito parcial para obtenção do título de Mestre em Educação, Programa de Pós-Graduação em Educação, Faculdade de Educação, Universidade Federal de Pelotas.

Data da Defesa: 22 / 03/ 2024

Banca Examinadora:

Prof. Dr. Marcio Caetano (Orientador)
Doutor em pela Universidade

Prof. Dr.
Doutor em pela Universidade

Prof. Dr.
Doutor em pela Universidade

Memórias¹

*Eu parti
Minhas malas na mão
A maior decisão
Foi fugir
Pra viver de cantar
Ser mulher e amar
Resistir*

*Eu segui
E vivi preconceito
Por eu ser do meu jeito
Persisti
Também sofro de amor
Mas eu faço da dor canção*

*Você nessa mesa de bar
Que veio pra me ouvir cantar
Mergulha na minha canção, memórias...*

*E eu conto tudo que passei
Dessa mulher que me tornei
E vivo só pra TRANSbordar de amor*

*Quando alguém
Me olhar
Respeite a minha história
Respeite a minha memória.*

(VALÉRIA BARCELLOS)

¹ A música “Memórias” interpretada por Valéria Barcellos é uma composição de Juliano Barreto. A sua letra versa sobre a vivência trans e foi composta especialmente para a atriz e cantora, Valéria Barcellos.

Resumo

CORREA, Suelen Borges Loth. **Filhos (transexuais) não vêm com manual de instruções**: uma autoetnografia da maternidade. Orientador: Marcio Caetano. 2024. 99f. Dissertação (Mestrado em Educação) - Faculdade de Educação, Universidade Federal de Pelotas, Pelotas, 2024.

Este trabalho produzido na Linha de Pesquisa “Saberes Insurgentes e Pedagogias Transgressoras” do Programa de Pós-graduação em Educação da Universidade Federal de Pelotas teve como objetivos (1) interrogar uma perspectiva materna, a fim de provocar reflexões e saberes insurgentes acerca de suas condições socioculturais contemporâneas emergentes provocadas pelo deslocamento com a maternidade de filhos/as transexuais; (2) problematizar as experiências autoetnográficas sobre uma maternidade atravessada por processos de transição de um filho trans e de uma mãe que precisou se reinventar em expectativas frente aos discursos da norma de gênero. Para a construção desta pesquisa, parto das narrativas de minhas inquietações e experiências da maternidade. Como método de desenvolvimento do trabalho, procuro tecer reflexões autoetnográficas atravessadas pelas edições daquilo que sou capaz de interrogar das categorias analíticas “maternidade” e “transexualidade masculina”. Nessa lógica, a autoetnografia tem como enfoque de investigação e escrita o questionamento sistemático de experiências pessoais produzidas em interações coletivas com o fim de compreender a experiência cultural. O trabalho tem como fio condutor as experiências singulares da maternidade, que mesmo sendo descritas em primeira pessoa, são mediadas pelas normas coletivas de gênero que permeiam nossas subjetividades. As questões subjetivas singulares revelam fundamentalmente a insuficiência da categorização sexual e sinalizam que os sistemas de classificação sexo-gênero-maternidade constituem operações de in-exclusão.

Palavras-chave: transexualidades masculinas; maternidades; identidade de gênero; experiências.

Abstract

CORREA, Suelen Borges Loth. **Children (transsexual) do not come with instruction manuals**: an autoethnography of motherhood. Advisor: Marcio Caetano. 2024. 99p. Dissertation (Master's in Education) - Faculty of Education, Federal University of Pelotas, Pelotas, 2024.

This work produced in the “Insurgent Knowledge and Transgressive Pedagogies” Research Line of the Graduate Program in Education at the Federal University of Pelotas aimed to (1) interrogate a maternal perspective, in order to provoke reflections and insurgent knowledge about its contemporary sociocultural conditions emerging from displacement with the motherhood of transsexual children; (2) problematize autoethnographic experiences about motherhood intersected by processes of transition of a trans child and a mother who needed to reinvent herself in expectations facing gender norm discourses. For the construction of this research, I start from the narratives of my concerns and experiences of motherhood. As a method of developing the work, I seek to weave autoethnographic reflections crossed by the editions of what I am capable of interrogating from the analytical categories “motherhood” and “male transsexuality”. In this logic, autoethnography focuses on the systematic questioning of personal experiences produced in collective interactions in order to understand the cultural experience. The work is guided by the unique experiences of motherhood, which, even though described in the first person, are mediated by collective gender norms that permeate our subjectivities. Unique subjective questions fundamentally reveal the insufficiency of sexual categorization and signal that sex-gender-motherhood classification systems constitute operations of non-exclusion.

Keywords: male transsexualities; motherhood; gender identity; experiences.

Lista de Siglas

AEE	Atendimento Educacional Especializado
ANTRA	Associação Nacional de Travestis e Transexuais
Capes	Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior
CAPS	Centro de Apoio Psicossocial
CFP	Conselho Federal de Psicologia
CID	Classificação Internacional de Doenças
EEEM	Escola Estadual de Ensino Médio
EMEF	Escola Municipal de Ensino Fundamental
ERER	Educação Étnico Racial na Educação Básica
ICH	Instituto de Ciências Humanas
IFSul	Instituto Federal Sul Rio-grandense
LGBTI+	Lésbicas, gays, bissexuais, travestis/transexuais, intersexo e demais condições e expressões de existência de sexos, gêneros e sexualidades
OMS	Organização Mundial da Saúde
PIBID	Programa Institucional de Bolsas de Iniciação à Docência
POC's	Grupo de Pesquisa Políticas dos Corpos, Cotidianos e Currículos
RS	Rio Grande do Sul
SUS	Sistema Único de Saúde
UFPeI	Universidade Federal de Pelotas
UFRGS	Universidade Federal do Rio Grande do Sul
UTI	Unidade de Terapia Intensiva

Sumário

1 INTRODUÇÃO OU <i>TRANSIÇÃO</i>?	8
2 COMPANHIAS QUE ENCONTREI NA ARTE DE ME INTERROGAR E <i>TRANSITAR</i> NA EXISTÊNCIA	20
3 A ARTE DE EXISTIR E <i>TRANSFORMAR</i> A MATERNIDADE	30
4 MEMÓRIAS <i>TRANSITAM</i>: ELAS ME MOVIMENTAM E SIGNIFICAM VIDA	50
5 O <i>TRÂNSITO</i> DA Balsa: AS MUITAS MÃES QUE FORMARAM A MÃE	62
6 <i>TRANSCRITOS</i> (IN)CONCLUSIVOS: A CADA VERSÃO DO CONTO SEMPRE SE AUMENTA OS PONTOS	92
REFERÊNCIAS	94

1 INTRODUÇÃO OU TRANSIÇÃO?

O trabalho a seguir é uma autoetnografia sobre a minha maternidade, uma experiência específica na perspectiva da diversidade de identidades de gênero. Trata-se da minha vivência enquanto mãe de um filho trans. Pretendo, com este trabalho, dar conta de interrogar as experiências da maternidade subsidiando um campo de estudos sobre o tema no Campo da Educação e, através das narrativas por mim trazidas, auxiliar mães e familiares que estejam atravessando o momento da descoberta e transição de suas filhas e seus filhos. Acredito que ao expor minha experiência de maternidade, possa auxiliar outras mães e familiares, os quais, através dos relatos das vivências, possam se perceber em situações semelhantes e, quem sabe, auxiliar seus embates com as normas, a partir da leitura e análise das situações trazidas, dando conta de pluralizar respostas familiares às experiências com transexualidade, quase sempre, permeadas pela violência e rompimentos de laços afetivos.

Na época em que iniciou o processo de transição com meu filho, eu não tive orientação ou exemplo de outras pessoas em que eu pudesse encontrar aconselhamento ou apenas ouvir ou ler relatos de experiências. Senti falta de apoio. A transição de gênero, nesse caso, não é somente um processo pelo qual o meu filho passava para adequar o seu corpo à sua performatividade de gênero masculina. Ainda que ele recorresse a recursos biotecnológicos e acessórios para, paulatinamente, transformar as suas características primárias e secundárias, nós, de sua família, também vivenciávamos a adequação com a sua mudança de nome, os seus novos marcadores assumidamente masculinos. As palavras não dão a dimensão do vivido, as angústias experimentadas e as dúvidas que nos mobilizavam, ou melhor, me mobilizavam. De alguma forma, os discursos que me chegavam eram contraditórios e remetiam a respostas da situação que não me satisfaziam: “Você tem que aceitá-lo! Ele é o teu filho, independente de suas escolhas”, “Se você tivesse feito isso ou aquilo, não estaria vivendo essa situação”, “Isso é porque você não cuidou dele direito e não foi um bom exemplo”, “Seja energética! Busque apoio espiritual ou médico para cuidar dessa guria”. As frases foram múltiplas e algumas eram elaboradas até por mim. Todas eram ineficientes e não encontravam respostas no meu repertório de mãe.

Simone de Oliveira Mestre e Érica Renata Souza (2021) argumentam que a relação entre a mãe e suas crianças, tradicionalmente, foi marcada pela intensa responsabilização da mulher em sociabilizá-las conforme os valores sociais e, por vezes, religiosos. Nessa direção, a expectativa é que ela disponha de um repertório que exponha o seu filho e filha ao mundo, ou seja, me caberia a obrigação de educar a minha prole.

Ainda, de acordo com as autoras, essa “responsabilidade”, que é eficiente porque é subjetivada e está tatuada nas referencialidades da maternidade, é naturalizada e esconde o seu imenso caráter moral, social e cultural de um contínuo de “responsabilização” materna diante do que o entorno social compreende como “sucesso” ou como “fracasso” das crianças e, conseqüentemente, na mãe. Em outras palavras, o fracasso das tatuagens das normativas sociais no corpo do meu filho não se limitava a uma ineficiência dele em atendê-las, inclusive era inocentado pela forma com que os dedos em riste me apontavam: “Fracassada! Nem para ser mãe você serve, imagina para ser mulher. É por isso que está sozinha.” Nesse caso, o título de mulher, em questão, seria dado quando tivesse um marido.

Badinter (1985) argumenta que a responsabilidade da mulher pela educação das crianças e cuidados com a manutenção da família origina-se no fim do século XVII com as mudanças de concepção de sentimentos, maternidade e infância. A autora destaca que, até meados do século XII, a infância, tal como a conhecemos, inexistia. Foi com a caracterização da criança como o menino Jesus acompanhado da Virgem Maria, sua mãe, que a maternidade e a infância ganharam outras dimensões. A consequência, entre outras, é a exigência social da mulher vocacionada naturalmente para a maternidade. A sua devoção deve ser integral à família e aos filhos e filhas.

O fato é que experienciei tudo sozinha, senti no peito e na carne as dúvidas e os medos de ter um filho transexual nessa sociedade (da qual integrava e também me fazia) preconceituosa. De acordo com Novo (2021), as famílias de pessoas trans podem ser afetadas ao sofrerem mudanças estruturais e dinâmicas durante o processo de transexualização, ou como anteriormente nomeei, processo de transição de gênero. O autor, a partir de uma idealização pertinente, chama a atenção para que o período deva ser igualmente assistido por profissionais de saúde, especialmente enfermeiros, visto ser um processo longo, que alude a redesignações físicas e sociais, além de implicar em novas demandas de cuidado. No chão da experiência cotidiana desse período, tive tantas dúvidas, medos e inseguranças que hoje percebo que se

tivesse tido a presença de outras pessoas com quem eu pudesse ter conversado e/ou tido apoio, minha experiência poderia ter sido menos difícil. Como recorrer a serviços especializados quando não sabia o que dizer, para quem dizer ou onde encontrar o especialista para dizer? Aliás, o sujeito era compreendido como o especialista capaz de decifrar as minhas dores e descrever os meus passos maternos. Mas eu não sabia falar, cadê as palavras?

Assim sendo, essa dissertação, de algum modo, é o exercício que mobilizo para trazer experiências editadas pela memória ou pela minha capacidade de elaborá-las em palavras por meio do método autoetnográfico. Ao trazer fragmentos de minhas experiências de vida, compreendendo-as como o *lócus* privilegiado de saberes que são mobilizados para responder às demandas da existência, ofereço uma multiplicidade de momentos, lugares, espaços, situações e relações nas quais se originaram situações de formatividade. Penso que esclareci que não encaro as experiências de vida, como Caetano (2016), sob as marcas de uma racionalidade ocidental moderna que estrutura o mundo como se as coisas dependessem de ações conscientes. Estou compreendendo os fragmentos narrativos das experiências de vida como um trabalho de releitura do vivido que busca, a partir de estímulos, a identificação, reunião e organização de elementos para compor a trama da autoetnografia. Assim, os significados do tempo da vida são constituídos por aquilo que é possível narrar: eles são as histórias que somos capazes de imaginá-las, interpretá-las, contá-las a nós e, talvez, às outras pessoas. Obviamente que as narrativas são editadas pelos interesses, como aqui, que são orientadas pelas ações e reações às práticas heteronormativas e androcêntricas e seus efeitos nos movimentos curriculares. Mas é preciso ter claro que ao fazer as edições, trago corpos constituídos de experiências, de contradições, de configurações identitárias, de relações e de leituras do mundo que foram percorridas com inúmeros outros sujeitos.

Ao trazer as experiências de maternidade que vivi com meu filho, antes mesmo da transição até os dias atuais, procuro fazer um recorte cronológico desde o seu nascimento até a nossa transição. Acredito que, para chegar até o motivo pelo qual essa dissertação existe, terei que percorrer alguns caminhos com a maternidade dele. Após esse momento, minhas narrativas foram sendo conduzidas pelas situações que mais me afetaram e afetam emocionalmente. Com isso, não significa que acredito em fatos lineares de pura causa e efeito. Levando em consideração minhas narrativas memorísticas, o passado foi narrado, ainda que aparentemente linear, de maneira

difusa, dispersa e com superposições de experiências e tempo, questionamentos e espontaneidade. O que retorna na escrita não é o passado em si, mas a minha (re)leitura de experiências estimuladas no presente e sob circunstâncias desta dissertação. Assim, não se trata do nosso passado linear, mas do que eu privilegio de experiência que me marcou e me auxiliou na forma como ocupo o mundo.

Para desenvolver as narrativas, procurei fazer um exercício de busca na memória por situações marcantes; em outros momentos, minha memória se despertou por meio de gatilhos¹. Algumas notícias e fatos sobre a comunidade LGBTI+ veiculadas nas mídias, por vezes, me despertam gatilhos emocionais porque recorrentemente se voltam para situações de violência e morte. Logicamente, as notícias ruins não apenas despertam gatilhos, mas também mobilizam preocupações. Como já mencionado, estou subjetivada com a ideia de que minha maternidade precisa responder com preocupação quanto à integridade física e à saúde mental do meu filho. Notícias, filmes, propagandas, testemunhos, fotografias, conteúdos de redes sociais, conversas no Grupo de Pesquisa Políticas dos Corpos, Cotidianos e Currículos (POC's), nas orientações coletivas² e coisas desse tipo também me comovem. Eu não sou uma mãe superprotetora, acho que não; sei que meu filho tem sua vida pessoal e eu desejo que ele seja feliz e realizado. Vivo! Mas minhas preocupações, acredito, são as mesmas de grande parte das mães.

Antes da transexualidade “aparecer³” nas nossas vidas, eu já me preocupava com o futuro dele na sociedade racista. Além do marcador de gênero, lidamos primeiro com o marcador da raça, já que meu filho é um homem negro. Logo que me vi atravessando a experiência trans na família, as preocupações ganharam uma proporção maior e, sem um direcionamento, fiquei perdida. Senti falta de apoio, conselho, leitura e até mesmo relatos de outras mães em que eu pudesse me apoiar para seguir nossa caminhada da maneira menos dolorosa possível para nós (meu filho e eu). Diante do descrito, originam-se os objetivos desta pesquisa. Com eles,

¹ Compreendo como gatilho emocional as ocorrências que acionam ou disparam tipos de emoção ou memória.

² Trata-se de um esforço envolvendo os/as orientandos/as de mestrado e doutorado do Prof. Marcio Caetano, orientador da presente dissertação, para discutir a construção de nossa escrita acadêmica e percurso formativo intelectual de pesquisador/a da e na Educação.

³ O que quero descrever com esse verbo é que vivenciamos, eu e meu filho, encontros distintos com a transexualidade. Ainda que ele pudesse criticar os acessórios e expedientes que eu usava para marcá-lo no gênero feminino, isso não significava que ele tivesse o entendimento de que se tratava de um menino transexual. Quando ele soube nomear o que sentia e passou a existir dentro dessa identificação, a transexualidade surgiu na minha vida materializada no corpo do meu filho. Esse percurso será objeto de reflexão mais adiante na dissertação.

busco interrogar a (minha) maternidade com a intencionalidade de provocar reflexões e deslocamentos sobre as condições maternas na contemporaneidade a partir da experiência da transexualidade. Para tanto, recorro às ferramentas da autoetnografia para mobilizar fragmentos de experiências.

Podemos definir a etnografia como um tipo de estudo descritivo relacionado à cultura(s) humana(s), bem como a vários grupos étnicos, conforme apontado por Ataídes, Oliveira e Silva (2021). Um ensaio etnográfico, portanto, é um ensaio no qual o(a) autor(a) procura descrever e interpretar os hábitos, os costumes, os valores e as práticas de uma comunidade ou grupo específico. Hoje, a etnografia é um método consolidado no campo da pesquisa antropológica, mas também pode ser (re)apropriada por outras áreas de conhecimento, tornando-se um meio de investigar, em profundidade, comunidades e grupos com particularidades, o que exige que pesquisadoras e pesquisadores utilizem uma série de etapas metodológicas específicas.

A etnografia, hoje, pode ser compreendida como um tipo de metodologia de “observação participante”, já que observar, aqui, significa que a presença do sujeito pesquisador e o processo de pesquisa intervêm e sofrem intervenções ‘de quem’ e ‘do que’ é observado. A etnografia, nesse sentido, é um convite à reflexão epistemológica na medida em que dramatiza o lado mais humano da antropologia vivido no campo, segundo Rocha e Tosta (2017). Ela se dá a partir de uma imersão no campo que se deseja pesquisar, onde sujeitos – pesquisador(es) e pesquisado(s) – se aproximam através da convivência e da participação mútua.

Assim, as pesquisas etnográficas não buscam produzir uma verdade, mas sim acessar e compreender significados sociais e culturais, uma vez que seus métodos partem do entendimento das pessoas e seus vínculos com a(s) situação(s) estudada(s). Busca-se captar, nessas pessoas, os sentidos e os significados que elas dão ou expressam para determinada situação social, que, dessa forma, é o objeto da pesquisa etnográfica, como coloca Ataídes, Oliveira e Silva (2021). Esses autores argumentam, ainda, que a pesquisa etnográfica pode ser utilizada também para definir problemas que não foram previstos na literatura existente, mas que estão presentes no cenário social, propiciando à pesquisa o desvelamento de conhecimentos importantes sobre esses problemas com novas interpretações sobre o fenômeno vivido.

Como o presente estudo parte da necessidade de interpretar as situações vividas pela pesquisadora, que também se torna sujeito objeto do ato de pesquisar, utilizarei métodos relacionados à autoetnografia. A autoetnografia é, portanto, uma forma de etnografia, podendo ser definida também como tecnologia de pesquisa qualitativa. Digamos que o “gesto” autoetnográfico consiste em aproveitar e fazer valer as “experiências afetivas e cognitivas” de quem quer elaborar conhecimentos sobre um aspecto da realidade, mas se baseando, justamente, na sua própria participação no mundo em que vive ou está inserido, como demarcado por Scribano e Sena (2009). Além disso, Vergueiro (2015) ressalta que:

[...] podemos definir a autoetnografia como “um gênero autobiográfico de escrita e pesquisa que apresenta múltiplos níveis de consciência, conectando o pessoal ao cultural”, onde “ação concreta, diálogo, emoção, corporeidade, espiritualidade e autoconsciência são trazidos, aparecendo como histórias relacionais e institucionais afetadas pela história, estrutura social e cultural” (VERGUEIRO, 2015, p. 28).

Desse modo, a autoetnografia proporciona, a quem pesquisa, a oportunidade de escrever sobre as próprias vivências, refletindo e produzindo conhecimentos acerca das situações (auto)narradas. A possibilidade de analisar as situações vividas da perspectiva de quem pesquisa e que, portanto, se torna o próprio sujeito a ser pesquisado, permite uma profunda reflexão sobre a experiência a partir de sua rememoração para a análise.

Trata-se de uma forma de dar voz ao “eu” pesquisador como sendo o agente de sua própria vida, colocando o processo de pesquisa como uma etapa de autoconhecimento. Nessa perspectiva, segundo Scribano e Sena (2009, p. 5), “o investigador tem o privilégio e a responsabilidade de ser sujeito e objeto. Ele permite a própria interação com o objeto de estudo e implica a possibilidade de formular perguntas e conhecer respostas”.

É, ainda, um método para rememorar as próprias vivências e trazê-las para a análise, com quem pesquisa, nessa situação, “viajando” para dentro de si, buscando sentidos e significados ao ato rememorado/relatado ou a compreensão da experiência para a sua formação como sujeito. Segundo Larrosa (2002), são as palavras que nos rodeiam, as palavras pronunciadas e as palavras ouvidas que dão sentido e contribuem para a formação de quem somos.

Quando fazemos coisas com as palavras, do que se trata é de como damos sentido ao que somos e ao que nos acontece, de como correlacionamos as palavras e as coisas, de como denominamos o que vemos ou o que sentimos e de como vemos ou sentimos o que nomeamos (LARROSA, 2002, p. 21).

As palavras e as coisas, na maioria das vezes, já existiam antes mesmo de existirmos, pois nós chegamos depois que elas foram construídas, fomos socializadas(os) no meio de uma cultura pré-existente às nossas vidas e com a qual/na qual aprendemos a falar, a nomear as coisas com essa dinâmica de conhecer o que já existia antes de nós, mas que nos é novo quando nascemos e vai influenciando as nossas trajetórias de vida por meio das narrativas e/ou palavras.

Para além da construção do ser com as palavras e as coisas, há também o envolvimento emocional do pesquisador-sujeito que precisamos considerar na pesquisa autoetnográfica, já que essa também envolve conhecimentos e perspectivas que experimentamos sob a nossa situação singular no mundo. De outra forma, somente⁴ quem vive a situação pode testemunhar sobre ela na perspectiva de quem viveu, para além de conhecê-la por terceiros, com cada sujeito que vive produzindo diferentes perspectivas de vivência e, portanto, produzindo diferentes experiências ou conhecimentos, sendo essas experiências que tornam cada sujeito singular.

Para Josso (2004, p. 73), o “cair em si” ou início da “tomada de consciência” sobre o que vivemos é exatamente a transformação de uma vivência em experiência, que assim “[...] inicia-se quando prestamos atenção no que se passa em nós e/ou na situação na qual estamos implicados pela nossa simples presença”. Desse modo, podemos dizer que as experiências advêm dos lugares em que estivemos/estamos, das pessoas com quem convivemos, das situações que passamos, do nosso tempo-espaço no mundo, considerando as “[...] condições sócio-históricas da época e da cultura (das culturas) às quais pertencemos”, conforme diz Momberger (2008, p. 37). Contudo, em qual momento estávamos vivendo e sob a influência de quais palavras e coisas? Essa questão coloca uma infinidade de possibilidades, sendo exemplo de como as situações podem influenciar as nossas vidas.

Segundo Ribeiro (2017), existe um lugar chamado “lugar de fala”, do qual uma pessoa pode narrar as próprias vivências sem o intermédio do outro, com esse lugar

⁴ Quando digo “somente” quero dizer que o relato de quem viveu a experiência é diferente do relato de quem acompanhou ou testemunhou, pois quando se está dentro de um carrinho de montanha russa, a experiência, a sensação e o ponto de vista são diferentes de quem está apenas embaixo, observando.

podendo ser o de participante ativo na vivência e, portanto, na produção narrativa sobre o que se vive sem se limitar ao que ouviu dizer. Nesse sentido, o pesquisador-sujeito / a pesquisadora-sujeito tem propriedade para falar da perspectiva de quem viveu, para além de conhecer, produzindo uma amplitude do tema pela visão interna e externa, segundo quem vivencia-pratica-narra-conhece. Ele mesmo / ela mesma é a voz de determinada situação, a voz em primeira pessoa, quem ocupa o lugar no mundo, o ser-estar legítimo⁵ que delimita o lugar de fala.

Para Ellis e Bochner (2000, p. 739), a autoetnografia seria “um gênero autobiográfico de escrita e pesquisa que apresenta múltiplos níveis de consciência, permitindo conectar o pessoal ao cultural”, onde a “ação concreta, diálogo, emoção, corporeidade [...] pode incluir uma variedade de linhas de estudo, como as narrativas pessoais, auto-histórias, etnografia pessoal e etnografia nativa, entre outras terminologias” (*ibidem*).

Logo, a pesquisadora-sujeito / o pesquisador-sujeito traria para o centro da pesquisa as dimensões que a observação não etnográfica poderia deixar de captar, que o olhar de observadoras(es), não estando treinadas(os) para ver, poderia deixar passar despercebido. Por isso, é fundamental “reconhecer que a presença dos pontos de vista de quem se pesquisa pode favorecer a captação de experiências não acessíveis de outra perspectiva”, como apontam Scribano e Sena (2009, p. 8).

Para Larrosa (2002, p. 27), “a experiência e o saber que dela deriva são o que nos permite apropriar-nos de nossa própria vida”, tornando-nos o que somos. Se tivéssemos outras experiências, seríamos outras pessoas, com outras marcas, outras referências. O que motiva uma pessoa não necessariamente motiva outras, e assim segue o fluxo da vida: cada um sendo “fruto” das suas experiências em relação ao seu meio e às suas escolhas.

Dessa forma, a autoetnografia tem sido uma alternativa metodológica importante para a pesquisa acadêmica, tratando de assuntos a partir de perspectivas pessoais e singulares, sendo, portanto, uma forma de pesquisa que consegue visibilizar a voz de pessoas que, se subalternizadas, não poderiam se expressar em

⁵ Falo ‘legítimo lugar de fala’ no sentido da própria pessoa que viveu a situação de falar sobre ela mesma e não sobre alguém que testemunhou ou ouviu falar sobre um assunto ou alguém que não sente, na sua vida, a experiência da qual está falando. Um exemplo: falar sobre as dificuldades das jogadoras de futebol brasileiras ou ouvi-las falando, elas mesmas, sobre as suas dificuldades produzem perspectivas diferentes (falar por elas/delas ou ouvi-las falar sobre si na situação), com essas perspectivas diferentes produzindo conhecimentos também diferentes.

espaços oficiais de conhecimento, como as pesquisas acadêmicas chegam a ser, visto que essas pessoas, por opressão, muitas vezes não encontram representação nesses espaços, deixando de saber-poder nomear/narrar o que estão vivendo (a autobiografia das questões que atravessam a sua própria vivência).

Scribano e Sena (2009) ainda ressalta um ponto relevante para a pesquisa autoetnográfica: o amplo modo em que ela pode ser construída, ou, em outras palavras, a inexistência de uma regra única para construir esse tipo de pesquisa. O seu caráter dialógico e flexível nos processos de pesquisar são parte sensível do trabalho, pois não se trata de um método único ou descritível de uma única forma.

[...] é necessário enfatizar que desde uma posição autoetnográfica se reconhece que não existe uma forma linear, um único modo de proceder, nem tampouco uma receita única para levar adiante uma indagação. A investigação é como ir na 'floresta sem mapa', mas com um norte definido na mesma construção dos objetos e os "caminhos para alcançá-los". Isto a converte em uma técnica mais dialógica, flexível e permeável às críticas intersubjetivas (SCRIBANO; SENA, 2009, p. 12).

Assim, as características de dialogicidade e flexibilidade que compõem o modo de construir uma autoetnografia tornam-na complexa de ser desenvolvida. Uma vez que não existe um roteiro a seguir, a não ser o meu próprio roteiro (o roteiro de pesquisadora-sujeito), é preciso criar os caminhos da pesquisa a partir do que e de como se deseja abordar. A elaboração do trabalho, então, passa pela retomada da experiência da pesquisadora-sujeito (eu) e leva à autorreflexão acerca das próprias memórias, sendo eu mesma, quem pesquisa, aquela que pode organizar os caminhos que vou percorrer para desenvolver o presente trabalho.

Com a intenção de analisar as expectativas inscritas no interior das regulações de gênero, relacionando as categorias 'maternidade' e 'transexualidade', e com vistas a produzir referências sobre mães de filhas/filhos trans, eu escolhi tratar das minhas experiências como mãe assim identificada, usando métodos autoetnográficos de acordo com Scribano e Sena (2009). Os referidos autores colocam a autoetnografia como uma forma de pesquisa em que as experiências da pesquisadora podem ser usadas para construir conhecimentos sobre um aspecto da realidade. É um trabalho que se baseia, justamente, na participação de quem está no mundo, inserido em aspectos de vida sobre os quais se pesquisa.

Para que seja possível chegar à dimensão que o presente trabalho propõe, a pesquisa também será apoiada na perspectiva teórico-metodológica de Ribeiro,

Souza e Sampaio (2018), por entenderem que a partir das narrativas das memórias se pode alcançar, com mais profundidade, aspectos que, se pesquisados com moldes tradicionais e/ou engessados de pesquisa, seriam difíceis de captar. Um exemplo desses moldes seria o uso de questionários com questões estruturadas ou semiestruturadas, que assim buscam por respostas pré-prontas, prontas ou dadas sem a possibilidade de conhecer, com mais profundidade-autoria, os sujeitos da pesquisa e os seus contextos de vida ou cotidianos. Eu falo de ouvir, de trocar e partilhar os motivos pelos quais se encontram ali tanto os sujeitos que desejam pesquisar quanto aqueles que são objetos de conhecimento da pesquisa, ou, ainda, os sujeitos que são pesquisadores e que pesquisam as próprias experiências-existência.

Estou compreendendo a memória como algo que não é significado apenas com a imaginação; ela seria a nossa capacidade de remeter ou “fazer remeter” a determinado momento do passado. Nessa direção, ela pode ser entendida como a nossa capacidade de (re)significar as coisas e a nós mesmos/as. Como Caetano (2016), destaco a importância de ressaltar que o espaço-tempo segundo o qual figuramos os limites de nossa existência é, de fato, aquele no qual nascem as memórias que (auto)narramos. Em outras palavras, quando desejamos apropriar-nos da vida, precisamos narrá-la. Nesse caminho, o direito à memória traduz-se em sinônimo de garantia e existência.

Neste caso, é preciso atentar que a atividade de observar pressupõe uma observação participante, já que é na articulação entre as experiências de quem pesquisa e as alteridades do campo de pesquisa que reside a essência antropológica (GOLDMAN, 2006); uma perspectiva antropológica que, evidentemente, atravessa a minha relação com a presente pesquisa. Por outro lado, se as entrevistas em profundidade possibilitam alcançar “a humana criadora, ou seja, ambos os partícipes do jogo da entrevista que interagem, se modificam, se revelam, crescem no conhecimento do mundo e delas/deles próprios” (MEDINA, 2000, p. 8), é preciso inferir tal profundidade nos métodos de relação consigo mesma(o) quando vamos pesquisar as nossas próprias experiências.

De acordo com Larrosa (2002), é necessário se expor e se apoderar da experiência como um território do devir, já que ao experimentar a exposição em revelar a experiência é possível refletir sobre o que se viveu e trazer ressignificado ao vivido. Junto a isso, podemos caracterizar a experiência com “[...] esse viés, esse espaço-

tempo interior, segundo o qual representamos o seu desdobramento, sobre o qual nos situamos, sem conhecer exatamente o momento e o lugar que ocupamos na figura de conjunto que lhe atribuímos” (MOMBERGER, 2008, p. 36).

Assim, a pesquisa através de narrativas, conforme Josso (2006, p. 375), alude à “produção de relatos de vida centrados na reconstrução da história da formação de alguém, é uma abordagem que alterna tempos de trabalho individual e tempos de trabalho em grupo articulados a uma leitura de relatos com olhares cruzados”. No mais, a autora exemplifica as formas de análise da experiência como um laboratório de pesquisa, mencionando o “[...] trabalho de análise e de interpretação da escuta e do diálogo; uma pesquisa de compreensão; uma confrontação das sensibilidades e das ideias; e finalmente das comparações entre relatos, épocas, gêneros, percursos culturais, origens sociais” (JOSSO, 2006, p. 375).

Ou seja, eu comungo da perspectiva de Josso (2006) ao considerar que:

[...] revisitar sua história, juntamente com o que guia, no momento presente, esta retrospectiva, para extrair dela o que pensamos ter contribuído para nos tornarmos o que somos, o que sabemos sobre nós mesmos e nosso ambiente humano [...] tentar compreender melhor, é o primeiro desafio da pesquisa dos elos que nos deram forma (JOSSO, 2006, p. 376).

Em outras palavras, alcançar e compreender os elos que nos tornaram o que fomos, somos e ainda seremos, os elos que vamos construindo em nossa trajetória. Por fim, a construção desta pesquisa não é estanque, ela vai se moldando com o decorrer das experiências por mim trazidas, rememoradas, relatadas e analisadas ao longo do processo de pesquisar.

No intuito de auxiliar a leitura da dissertação, a dividi em seis seções que se (des)articulam em experiências. Nessa primeira, descrevo alguns elementos que serviram de mobilização para a escrita da minha experiência com a maternidade, seguido dos objetivos e perspectivas metodológicas. Na próxima seção, trago as reflexões e diálogos com algumas autorias que foram encontradas nesta arte de problematizar as minhas experiências da maternidade de menino transexual. Seguida da seção em que descrevo alguns elementos que buscam a constituição sempre transitória da maternidade. Na outra seção, descrevo o quanto os simbolismos me movimentam e me auxiliam nas redes de significados em torno da vida, para, na penúltima seção, rememorar fragmentos da vida nessa trajetória de menina, mulher,

professora e *mãeaprendente*⁶. Para, por fim, trazer as reticências inconclusivas desta narrativa.

⁶ Algumas palavras serão gravadas juntas ao longo do texto com a intenção de demarcar que sozinhas elas não dão o sentido pretendido.

2 COMPANHIAS QUE ENCONTREI NA ARTE DE ME INTERROGAR E TRANSITAR NA EXISTÊNCIA

Se durante o “aparecimento” da transexualidade do meu filho, inexistia e/ou não tinha as condições objetivas-emocionais para buscar compreender o que vivia, afinal, negar pareceu para mim a melhor tática. Com a posição cada vez mais firme do meu filho frente às minhas resistências, busquei com o mestrado, sob a orientação coletiva do POC's, alguma forma de, lendo sobre a temática, compreender a minha experiência. A escrita deste trabalho não dará conta desse movimento, o exercício segue ainda sendo feito e não reúno as habilidades para expressar na escrita as voltas que as leituras produziram em mim. Entretanto, irei apresentar as autorias respeitando o que compreendo como sendo as regras acadêmicas, deixando o movimento subjetivo que elas produziram para trabalhos futuros.

Para compor o desenvolvimento bibliográfico da pesquisa, procurei materiais de cunho acadêmico em plataformas da internet pela possibilidade de melhor acessibilidade aos materiais. Na busca, procurei publicações no site do Catálogo de Teses e Dissertações da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (Capes), bem como na plataforma SciELO e no Google Acadêmico. Foram usadas as palavras-chave, na seguinte ordem e com aspas: “transexuais; família; maternidade; e trans” sem sucesso, com isso me levando a combinar as palavras-chave de outra forma, mantendo as aspas: “transexuais-família”; “transexuais-maternidade”; “trans-família” e, por fim, “maternidade-trans”.

A partir dessa busca (na segunda tentativa), eu encontrei dois artigos no Google Acadêmico, um da área da saúde e outro da área de educação, sendo que, com a combinação “trans-família” apareceram mais três dissertações, uma tese e seis artigos nas áreas da saúde e ciências humanas. A busca na SciELO resultou em um artigo, sendo que esse mesmo artigo também apareceu no Google Acadêmico, enquanto a busca na plataforma Capes, com a mesma combinação de palavras-chave (trans-família), resultou em uma dissertação sobre a construção da categoria ‘maternidade’.

Após a leitura dos resumos e da conclusão de cada publicação encontrada, selecionei cinco artigos que dialogavam com a minha proposta de pesquisa, assim

como uma dissertação de mestrado e uma tese de doutorado. A dissertação com o título “Dispositivo da maternidade: mídia e produção agonística de experiência” de Marcello (2003) me chamou muito a atenção.

Nela, a autora, considerando as convenções e os valores sociais sobre ser uma “boa” mãe, problematiza a necessidade de seguir os códigos de condutas já estabelecidos socialmente, visto que o não cumprimento desses códigos e condutas torna uma mãe socialmente percebida como “ruim” no desempenho dos “papéis maternos”. Na ocasião, a autora comparou a maternidade de mulheres famosas, destacadas na mídia, apoiando-se em materiais como revistas, notícias e reportagens que denotavam o modo como elas lidavam com as filhas e os filhos, concluindo que esses códigos de valores/condutas servem para controlar os nossos corpos e as formas com que desempenhamos a maternidade.

Considerando o trabalho de Novo (2021), “Famílias em transição: uma etnografia sobre relacionalidade, gênero e identidade das vidas trans”, o autor se aproxima da presente proposta de pesquisa quando, ao conversar com mães de filhas e filhos transsexuais, quis conhecer as suas histórias, trajetórias, medos, angústias e as formas com que o ser/fazer mãe eram (re)produzidos.

No entanto, o autor se dedicou a explorar o que chamou de passos ou etapas possíveis da transição, incluindo os acompanhamentos médico e psicológico que essas filhas/esses filhos transsexuais realizavam, não se limitando às experiências de suas mães. A pesquisa é bastante rica, traz informações que podem auxiliar nos tempos atuais, mas alguns dos seus pontos de discussão se distanciam do que eu pretendi pesquisar, dado o protagonismo que almejo nas experiências da maternidade, incluindo os processos sentidos e vividos durante a transição de um(a) filho(a) transexual.

Independente das diferenças, o trabalho acima fez uma conclusão pertinente à presente pesquisa: “Nossos filhos têm direito à vida!”. Essa mensagem, de muitas formas, remonta ao direito de sermos mães de nossas filhas/nossos filhos trans (assim como elas/eles têm o direito de existir, nós, como mães, também). Isso tem a ver com as minhas intenções com este estudo, que também se constitui como um lugar de registro das minhas existências e experiências como mãe de um filho trans.

A segunda dissertação, encontrada no Google Acadêmico, de Silva (2019), intitulada “Do Silêncio à Aceitação: percursos e desafios das famílias de pessoas trans em Portugal”, também se aproxima do estudo aqui proposto, tendo entrevistado nove

mães e três pais de pessoas transexuais sob uma metodologia de conversa, concluindo que a família tem uma importância fundamental no suporte e na segurança de pessoas trans, considerando tanto o núcleo familiar, quanto a família mais alargada – expressões usadas pela autora.

As narrativas, entrevistas e conversas permitem pensar numa outra necessidade hipotética: a de que pessoas trans e suas famílias têm a necessidade de construir novas memórias ou ressignificar aquelas que estão guardadas e/ou que remontam ao período anterior à dita transição de gênero, já que a reconstituição do que nós, mães, lembramos sobre nossas filhas e nossos filhos podem nunca ter existido para elas e eles – o que percebemos sobre o(a) outro(a) pode não coincidir com o que este/esta percebe sobre si.

Em outras palavras, falar de um(a) filho(a) trans pode ser (re)construir uma nova história sobre um(a) filho que acaba de nascer, não necessariamente para si, mas para pais e mães que, até então, percebiam/entendiam o(a) filho(a) sob uma perspectiva social normativa; entendimento que divergia dos entendimentos subjetivos do(a) filho(a) sobre si mesmo(a).

Nesse sentido, resgato a colocação de Silva (2019) ao dizer que é preciso informação e formação para as mães, os pais e/ou família das pessoas trans, com os veículos de comunicação podendo exercer um papel importante na difusão de informações/formações, visto que o acolhimento e o apoio dentro das famílias, e as famílias em si, é fundamental na lida com o sofrimento e/ou dificuldades relacionados à transição de gênero.

A terceira dissertação, encontrada no Google Acadêmico e intitulada “Experiências das Famílias de Crianças e Jovens Trans e/ou de Gênero Fluído”, de Carmona (2020), também se aproxima da presente proposta de pesquisa, diferenciando-se pelos sujeitos da pesquisa, visto que a autora pesquisou os membros do núcleo familiar para além das mães, incluindo irmãs/irmãos, pais e avós/avôs; pessoas cuja idade variava dos 18 aos 82 anos, proporcionando uma variedade de percepções sobre ter um familiar trans.

A autora sistematizou as respostas através de um *software*, e concluiu que as famílias também passam por um processo de transição junto com as suas filhas e os seus filhos trans, bem como que a falta de informação sobre o tema é causadora de estigmas entre as pessoas, além de que as escolas e as mídias possuem um papel importante enquanto recursos informativos e desmistificadores dos temas da

transexualidade e do gênero fluido. Embora saibamos da importância do apoio de todos os membros da família, eu foquei este estudo na experiência materna, visto que as mães têm papéis que são historicamente construídos, além de toda a discussão sobre o dispositivo da maternidade feita acima.

Também encontrado na plataforma Google Acadêmico, o artigo intitulado “Vivências familiares no processo de transição de gênero”, escrito por Braz, Reis, Horta e Fernandes (2020), foram entrevistadas 29 pessoas sobre a transição de gênero de familiares, com essas pessoas correspondendo a dez famílias distintas. Assim, a pesquisa analisou as vivências familiares durante o processo transsexualizador de integrantes transexuais, o que se deu por um estudo descritivo, de abordagem qualitativa e que teve os dados coletados de janeiro de 2018 a fevereiro de 2019.

Esse estudo fez uma análise de conteúdo e, com os resultados desse processo, identificou cinco categorias temáticas: “mudanças do corpo como vivência de todos”, “medo do preconceito e da violência”, “busca de escuta e tratamento especializado”, “reconstrução de ideias e valores” e “respeito, tolerância e zelo como cuidado”. Os autores concluíram que as famílias de pessoas em processo de transição de gênero apresentam mudanças de paradigmas e valores, enfrentam preconceitos e aprendem a cuidar do ente em transição com grande proteção. As dificuldades são enfrentadas com a busca de ajuda especializada ainda escassa, e exercitando a cidadania no próprio sistema familiar. O artigo se aproxima da pesquisa que proponho aqui, na medida em que também utiliza as narrativas para compreender experiências de familiares das pessoas transexuais.

Outro trabalho encontrado, uma dissertação intitulada “Mães pela Diversidade: trajetórias políticas de mulheres-mães do Rio Grande do Sul”, escrita por Baratto (2018), trata do grupo “Mães pela Diversidade”, no RS, descrevendo as histórias, trajetórias e as articulações que compõem a emergência de identidade política de quatro participantes do grupo. Essa dissertação parte do pressuposto de que cada sujeito é construído historicamente e por relações de poder, sendo que as suas trajetórias de vida são cravejadas de acontecimentos que, junto com marcadores sociais de diferença, produzem arranjos singulares.

Nesse trabalho, há um sujeito mulher-mãe sendo analisado sob as articulações que produziram uma “mãelitância”, considerando as noções de norma e identidade política – um trabalho de campo mobilizado pelo método etnográfico, incluindo

entrevistas em profundidade com as participantes. Também compuseram a análise trechos e textos publicados por representantes desse grupo de mães nas redes sociais, com o trabalho tentando explorar as experiências de quem lê, apontando uma escrita implicada com o feminismo e a ética na apresentação de histórias de vida que, por sua vez, se entrecruzam em pontos como sofrimento, amor, luta e reconhecimento de um lugar social.

Desse modo, o trabalho elucida a imbricação entre feminismos e a noção de maternidade nas narrativas de vida de integrantes do grupo do “Mães pela Diversidade”, que hoje é um movimento nacional que reúne familiares de LGBTI+ na luta por direitos diante das violências sexista, homofóbica e transfóbica no Brasil, tanto direitos civis, como direitos simbólicos como o de existir e ser socialmente visível.

O direito à visibilidade nos remete à lógica do “armário” apresentada por Eve Sedgwick (2007), uma metáfora que representa a relação conflituosa entre a revelação da orientação sexual/identidade de gênero e o segredo dessas identidades/expressões na vida de uma pessoa. Assim, além de ser um regime epistemológico responsável por produzir culturas e histórias ocidentais, o “armário” é uma experiência impactante, opressora e que, sobretudo, sinaliza as LGBTfobias¹, “ressonante como é para muitas opressões modernas, a imagem do armário é indicativa da homofobia de uma maneira que não o pode ser para outras opressões”, como bem demarca Sedgwick (2007, p. 31).

Essas reflexões entram em acordo com a pressuposição de Eve Sedgwick (2007, p. 31), a de que “existe toda uma cadeia de violência que começa em casa e termina na rua”, em casa com a própria família cometendo violências contra as pessoas LGBTI+, na rua em todos os espaços as pessoas sofrem LGBTfobia, quando não são mortas.

Para compor a parte teórica do trabalho, apoio-me em autoras/autores que produzem sobre questões relacionadas a gênero e sexualidade e/ou que versam sobre as dissidências de gênero, além de autoras/autores que produzem sobre o conceito de família, vivências, narrativas, maternidade, etnografia e autoetnografia.

¹ LGBTfobia é a terminologia usada para abarcar todas as formas de violência contra pessoas LGBTI+, em que a motivação principal é sua identidade de gênero e/ou orientação sexual. Ela não pode ser entendida como algo de simples motivação pessoal, visto ser um fenômeno social construído e consolidado através de projetos de sociedade e de ser humano que são disseminados por instituições sob ideologias e culturas. A LGBTfobia produz impactos em todas as áreas de vida das pessoas, principalmente na educação e socialização e/ou em áreas como no lazer, no trabalho, na saúde, etc. (CIDADANIA LGBT+, 2020).

Aqui irei explanar, de forma objetiva, as contribuições de cada autor(a) que percebo como pertinente neste trabalho, considerando a perspectiva teórica de cada um(a).

A proposta do trabalho no que se refere a gênero e sexualidade se apoia em Judith Butler (2007) que, através de suas pesquisas, nos demonstra o quanto a categoria 'gênero' é performativa, além de que a nossa sociedade está pautada em um binarismo feminino-masculino que, assim, divide o gênero relacionando-o com as performatividades socialmente reconhecidas/inteligíveis – as ações do que culturalmente entende-se por masculino e feminino.

Nessa direção, segundo Butler (2007), gênero é uma construção que se dá nas relações sociais, e seu significado está para além das diferenças biológicas e do sexo, tratando-se de algo que envolve as representações do que se considera feminino e masculino na cultura, ou seja, o gênero tem a ver com performatividades e performances de uma sociedade.

Paul Preciado diverge de Butler ao analisar as multiplicidades de gêneros possíveis, considerando o livro intitulado “Yonqui” de 2008, no qual analisa como as estruturas políticas e de poder, principalmente as capitalistas representadas pela indústria pornográfica e farmacológica, incluem as experiências subjetivas das pessoas e os modos como vivem. Já no livro “Manifesto Contrasexual”, publicado pela primeira vez na França em 2000 e que o tornou uma das principais referências no campo de debate dos estudos de gênero, Preciado (2014) propõe a contrassexualidade como um conjunto de análises críticas e subversivas às categorias fixas de identidade do sujeito.

Considerando as identidades ligadas a sexo, gênero e sexualidade, o autor faz uma análise crítica sobre a diferença entre gênero e sexo – duas categorias que costumam ser julgadas como produtos de explicações/fenômenos biológicos discursados como normas. Aliado a isso, ele não rejeita a hipótese das construções sociais ou psicológicas de gênero, (re)elaborando-as como mecanismos de um sistema tecnológico mais amplo e complexo.

A contribuição de Wittig (1985) para este trabalho versa em torno das perspectivas linguísticas, a forma de descrever as pessoas, formas que são carregadas de significados. Como expressamos as categorias masculino e feminino, quando usamos as palavras sobre uma diversidade generalizada no masculino, isso reforça os padrões de gênero em uma sociedade. Já para dialogar sobre transexualidade, travestilidade e transgeneridade, Leticia Lanz (2014), uma mulher

trans, autora e psicanalista, descreve as três categorias relacionando-as a outros marcadores como raça e classe, enquanto Jaqueline de Jesus e outras trazem em uma abordagem transfeminista² na composição dessas categorias.

Dialogando com Le Breton (2012), nós podemos afirmar que o corpo é o primeiro meio de comunicação entre o ser humano e o mundo. Segundo o autor, nós nascemos sem saber nos comunicar e, aos poucos, vamos aprendendo a verbalizar, a socializar e a nos colocar como atores no ambiente em que vivemos. Ele ainda salienta o papel do meio social e das identificações que cada indivíduo estabelece, ou seja, como e com quais elementos simbólicos o sujeito se identifica baseado nos signos que são percebidos no seu convívio. Assim, partindo dessa premissa, nós podemos refletir sobre a construção dos elementos que definem as noções de gênero masculino e feminino no ambiente em que vivemos e, conseqüentemente, em nossas vidas.

Conforme Costa (2002b), a teoria da diferença sexual nasce do interesse filosófico, moral e político de encontrar algo que justificasse a inferioridade política, jurídica e moral das mulheres. Se analisarmos a história, percebemos que as mudanças que ocorreram na filosofia e na academia sobre esses aspectos, tais mudanças ocorreram por causa da antecipação da polêmica cultural em torno da suposta natureza e/ou papéis das mulheres na nossa sociedade, e não em razão de novas “descobertas” científicas, filosóficas, morais e/ou políticas que rebatessem as justificativas ideológicas de inferiorização de nós mulheres. As alterações da visão cultural sobre as mulheres aconteceram muito antes de qualquer prova científica sobre os efeitos sociais baseados no dimorfismo sexual originário. Distinguir a mulher do homem pela particularidade do sexo foi uma preocupação de filósofos e moralistas do Iluminismo, por exemplo, antes que isso se consolidasse como crença científica, como mostra Costa (2002b). A necessidade de diferenciar homens e mulheres era, então, uma preocupação do pensamento iluminista que acabou influenciando a forma como as ciências conceberam e interpretaram as questões relacionadas ao sexo e seus dimorfismos.

² O transfeminismo, nesses termos, é conhecimento situado e construído na objetividade feminista (paradoxal e limitada). Metodologicamente, o transfeminismo adota uma noção de gênero e identidade de gênero como dimensões sobrepostas e dadas a partir da autodeclaração (GOMES *et al.*, 2023).

A partir do momento em que as crianças ainda estão sendo gestadas, antes de nascerem, atualmente elas passam a ser idealizadas e/ou ter o seu futuro planejado por mães, pais e demais familiares e/ou membros da comunidade da sua família, incluindo o planejamento e/ou expectativas sobre o sexo-gênero dos fetos que, sendo socialmente condicionados à genitália sob os modelos binários e normativos de gênero, é designado antes mesmo do nascimento, com o advento do exame de ultrassom que, assim, se torna um dispositivo de definição e controle do sexo-gênero ainda na vida intrauterina. Para elucidar essa percepção, trago a fala de Louro (2004):

“É um menino!” ou “É uma menina!” também começa uma espécie de “viagem”, ou melhor, instala um processo que, supostamente, deve seguir um determinado rumo ou direção. A afirmativa, mais do que uma descrição, pode ser compreendida como uma definição ou decisão sobre um corpo (LOURO, 2004, p. 15).

Como a autora afirma, a definição do sexo da criança a partir da ultrassonografia lhe infere uma gama de costumes e padrões cisheteronormativos, como, por exemplo, o tipo de roupas, acessórios, brinquedos, personagens, programas de televisão, filmes, brincadeiras, comportamentos, liberdade, etc. Esse leque de itens é usado para demarcar as diferenças sociais entre homens e mulheres desde a tenra infância, conduzindo as crianças a aprenderem e reproduzirem os padrões sociais e normativos de gênero, além de estabelecer limites do que é socialmente permitido a partir do ser/fazer homem e do ser/fazer mulher. Esses limites servem como o limiar de classificação e marginalização de qualquer comportamento que se difere do que foi predeterminado como próprios do sexo-gênero designado a cada criança, comportamentos que são entendidos como inatos ou “naturais” a um gênero específico e que, portanto, não podem ser escolhidos ou identificados pelas crianças de uma forma diferente do socialmente (im)posto.

A norma corresponde à construção de um paradigma que embasará a distinção entre o normal e o anormal. Ao anormal, isto é, ao que se situa à margem da norma, são destinados instrumentos de correção, os quais se pautam, sobretudo, em mecanismos de exclusão. Vale dizer que é preciso excluir para tratar, consertar, normalizar a anormalidade do indivíduo, sendo que tais procedimentos normalizadores objetivam a transformação dos sujeitos em corpos dóceis, o que é demasiado interessante às pretensões de governamentalidade dos indivíduos (FOUCAULT, 2010, p. 282).

As normatividades sociais de sexo-gênero impostas confundem quem não se identifica/se percebe dentro dos padrões entendidos como normais, ou seja, alguém

que é dito com o sexo biológico feminino, mas que não se identifica/se percebe pelos padrões ditos como “práticas femininas”, acaba sendo questionado(a), problematizado(a) e valorado(a), socialmente, na direção do que coloca Foucault (2010). As pessoas transexuais se tornam, assim, objetos de exclusão e correção, tal como as práticas de maternidade de suas mães, que também se tornam questionáveis segundo os padrões cisheteronormativos³ do dispositivo social dominante da maternidade.

É por isso que precisamos, pelo menos nesta pesquisa, visibilizar a situação dos supostos não pertencimentos que atravessam os corpos trans e seus afetos e destacar a desidentificação morfológica que as pessoas trans podem ter enfrentado ou continuar enfrentando, até mesmo enquanto percorrem o processo de transição sobre a sua identidade de gênero. Esse processo pode envolver ou não a redesignação sexual, como os procedimentos cirúrgicos de mastectomia ou histerectomia, por exemplo, já que a forma com que nos identificamos sob as performatividades sociais de sexo e gênero não necessariamente tem relação com a genitália e/ou suas classificações/significações.

Muitas vezes as pessoas trans não passam pelo processo de redesignação sexual, por conta de fatores como problemas de saúde ou pela dependência de instituições que lhes dêem as condições de fazer cirurgias por questões morais, burocráticas, de acesso, etc., além de que elas podem não fazê-los por falta de desejo ou necessidade. Ou seja, nem todas as pessoas trans precisam ou desejam realizar procedimentos transexualizadores; o que, de maneira alguma, invalida a sua identidade de gênero. Não é uma regra que as pessoas trans tenham que fazer tratamentos hormonais ou cirurgias de redesignação sexual para ser/fazer o gênero com o qual se identificam, visto que, independentemente das modificações corporais, há o reconhecimento, a identificação e o pertencimento que essas pessoas produzem sob os signos que são atribuídos, socialmente, às diversas identidades de gênero.

De toda forma, o processo transexualizador é um recurso importante na rede pública de serviços de saúde, considerando que a população trans também tem

³ A cisheteronormatividade caracteriza-se, segundo Eli Rosa (2020), como um conjunto bem delimitado de normas reproduzidas de forma ampla na sociedade, que têm por objetivo a produção e formatação de subjetividades para que estas sejam sempre cisgêneras e heterossexuais. Tal naturalização ressalta os fins reprodutivos da dimensão sexual humana e não admite a quebra de tal ideologia, punindo exemplarmente aquelas que se localizam à margem de tal configuração, impondo a desvalorização desses indivíduos e a patologização de suas condutas e desejos.

direitos à qualidade de vida e, portanto, a recursos de saúde que são elementares ao desenvolvimento das suas vidas. Entretanto, como a palavra ‘transexualizador’ sugere, construir-se sob um determinado gênero é sempre um processo cujos significados e sentidos não se restringem a terapias hormonais e/ou cirurgias de redesignação sexual, como lembram Rocon *et al.* (2020).

Segundo a Associação Nacional de Travestis e Transexuais (ANTRA), transgênero é uma condição inerente às pessoas que não se identificam com o gênero atribuído ao nascimento, sendo elas: travestis, mulheres transexuais, homens transexuais, transmasculinos e demais pessoas trans (BENEVIDES; NOGUEIRA, 2021). Inicialmente, vale destacar que as identidades trans podem ser utilizadas, socialmente, de forma pejorativa – quando os corpos trans são transformados em algo estranho, não igual ou exótico, por exemplo.

Isso também se reflete em termos de raça, etnia, classes sociais, orientações sexuais e outros marcadores de diferença que têm sido alvos da estigmatização social. Cria-se, assim, um ideário de populações minorizadas em contraste com os grupos idealizados/praticados como hegemônicos; grupos que têm o homem branco, cisgênero e heterossexual, além do desenho tradicional de família como modelos socialmente superiores. Baseando-se no princípio de que todas as pessoas merecem e devem ser respeitadas e valorizadas sobre as suas particularidades, o que pretendo evidenciar é um olhar de preocupação com um grupo socialmente minorizado – as pessoas trans e suas implicações no ser/fazer de suas mães, com esta pesquisa se inspirando no desejo de liberdade, equidade e respeito a essas pessoas, como colocam Figueiredo e Sawaia (2019).

3 A ARTE DE EXISTIR E TRANSFORMAR A MATERNIDADE

O meu desconforto já iniciou quando comecei a pesquisar sobre as vivências trans. Nos materiais que acessei, no geral, dos campos da sexologia, psiquiatria e alguns da psicanálise, a experiência trans era trazida como uma patologia descrita como transtorno identitário dada a inconformidade entre o esquema do sexo biológico-anatômico e gênero. Notei que o que definia o suposto diagnóstico de transgeneridade era uma concepção normativa do sistema socio-cultural que estruturava e exigia uma coerência entre os marcadores sexo biológico-anatômico e o gênero. Lógica fundamentada, logicamente, em uma matriz binária cisheterossexual, ela se converteu, para mim, inicialmente, em um sistema regulador da sexualidade do meu filho, o que me levou a incidir nos modos de suas subjetividades. Em outras palavras, não havendo coerência naquilo que esperei a partir do ato de nascimento, o que passei a pedi-lo era a estrutura coerente do binário masculino. Mas efetivamente o que o meu filho tem feito é me desestruturar e ensinar que entre o dito e o vivido, o cotidiano de sua vida é mais escorregadio do que minhas aprendizagens com os textos desses campos de conhecimento.

Em outros termos, por contrariar a coerência essencialista entre os ditos sexo-anatômico de matriz biológica e a normativa cultural de gênero, não se enquadrando em nenhum modelo proposto normativo de sua identidade sexual, o meu filho vive, em princípio, o seu cotidiano buscando, com criatividade, a sua realização.

A percepção patológica da transgeneridade vem sendo tensionada/problematizada com o passar do tempo, sobretudo pelos movimentos sociais, quando passaram a reivindicar direitos e exigir políticas públicas. O que observo, ainda que com diferentes configurações neste imenso país, é que a população transexual vem sendo deixada de ser vista, exclusivamente, como “doente”, até então identificada com o código da Classificação Internacional de Doenças (CID). Sobre esse último, vale destacar que a transexualidade, como patologia, foi retirada da lista de doenças da Organização Mundial da Saúde (OMS), em 2019. Ainda de acordo com o Conselho Federal de Psicologia (CFP), a Resolução CFP n.º 1/2018 orienta sobre a atuação de profissionais sobre pessoas trans não

serem consideradas patologias – após 28 anos essas identidades ainda eram consideradas assim.

Com as pressões realizadas sobretudo pelos movimentos sociais, as pautas das populações transexuais, ainda que diferentemente entre trans homens, trans mulheres e trans não-binárias, vêm passando a ocupar mais espaço nas agendas políticas e alguns avanços foram significativos para a qualidade de vida dessas populações, a exemplo: o direito às intervenções especializadas e gratuitas pelo Sistema Único de Saúde (SUS), como os chamados tratamentos hormonais e as cirurgias de redesignação sexual; o direito de estudantes, maiores de 18 anos, serem chamados pelo nome social, tanto na educação básica quanto na educação superior e sem a necessidade de retificar o nome civil em cartório; o direito de ter o nome civil e o gênero retificados nos registros em cartório, sem a obrigatoriedade de cirurgias de afirmação de gênero e, mais recentemente, o direito às cotas de acesso em algumas universidades e concursos públicos, dentre outros avanços importantes para a qualidade de vida e dignidade humana dessa população.

As questões trans têm recebido cada vez mais visibilidade na mídia, o que é um passo importante para a representatividade e a conscientização sobre a diversidade de identidades de gênero que, inquestionavelmente, existe. Nos últimos anos, temos visto um aumento significativo de personagens trans em filmes, séries e programas de televisão, documentários, reportagens, debates, etc., o que pode contribuir para que essa população seja considerada nas ações de inclusão social, bem como na desconstrução de desinformações, preconceitos e estereótipos prejudiciais, permitindo que as pessoas interajam com as experiências e os desafios enfrentados por pessoas trans, com isso impactando positivamente quando oportuniza uma maior compreensão, o respeito e a empatia pela vida dessas pessoas. Embora existam avanços, ainda existem desafios a serem enfrentados pelas populações transexuais e por mim enquanto mãe que vive a maternidade em trânsito. O que quero dizer é que meus filhos e filhas com suas vidas me levam a me reconfigurar cotidianamente enquanto mãe.

Objetivamente, as representações das pessoas trans na mídia nem sempre são éticas ou vistas como positivas, muitas vezes perpetuando estereótipos negativos ou preconceitos que reforçam sua discriminação social e retiram seu direito à existência com dignidade. É importante que a mídia se esforce para oferecer representações mais plurais e autênticas, que possibilitem aproximações com as diferentes realidades

sociais e subjetivas dessas pessoas. Em outras palavras, essas apresentações dos modos de vivência trans poderiam permitir que as populações transexuais tenham protagonismo sobre suas narrativas e sejam retratadas de forma respeitosa e inclusiva, já que podem promover auxílio a esses sujeitos e suas famílias na vida social.

Quanto à desconstrução de estereótipos, acredito que seja necessário sensibilização e uma educação contínua para garantir ações de combate à violência e discriminação que pessoas transexuais experimentam em seus cotidianos, promovendo a inclusão da diversidade de identidades de gênero. Sobre o papel da educação no combate ao preconceito, a Prefeitura Municipal de Pelotas - RS sancionou e promulgou a Lei Nº 6.864, de 23 de outubro de 2020, “que dispõe sobre a inclusão de “Educação sobre o respeito à diversidade e combate à LGBTfobia” nas escolas municipais, e dá outras providências – no seu Art. 1º “A inclusão, em nível municipal, do tema Educação sobre o respeito à diversidade e combate à LGBTfobia como tema transversal da grade curricular”; no seu Art. 2º “Cabe à Secretaria Municipal de Educação a definição da metodologia de introdução do currículo escolar”; e no seu Art. 3º “Fica autorizado o poder executivo a firmar convênio com universidades, bem como entidades sem fins lucrativos, para que auxiliem na capacitação dos professores e servidores da rede de ensino” – o peso que essa lei carrega para a desconstrução de preconceito e combate à LGBTfobia é imenso, ela nos oferece o aparato para falar na escola sobre as diversidades existentes e desenvolver trabalhos sobre esse tipo de preconceito.

Essa lei municipal pode e deve contribuir para quebrar o estigma que envolve as pessoas LGBTI+, para que se possa compreender as experiências e necessidades desses sujeitos. A urgência da construção de uma sociedade mais acolhedora para as pessoas trans está diretamente relacionada às famílias dessas pessoas que, há algum tempo, vêm ganhando espaço de estudos, pesquisas e outras narrativas acadêmicas, começando a ser descritas, problematizadas e consideradas, por exemplo, nas discussões de conhecimentos, leis e políticas públicas relacionadas. Nesse sentido, não só pais e mães de pessoas trans se tornam sujeitos de compreensão, como os contextos familiares com mães e pais trans para além de filhas e filhos.

Voltando-me para a maternidade, trarei a narrativa sobre a minha experiência de maternidade de um filho trans e farei a observação de alguns aspectos sobre a

experiência/o desenvolvimento desta, não sendo intuito do trabalho fazer uma linha do tempo da história da maternidade como categoria social, visto que focarei na perspectiva singular, mais subjetiva ou pessoal, embora isso permita refletir sobre os atravessamentos socioculturais envolvidos. Assim, o que trarei sobre a maternidade serão pontos que acredito ter relevância para a construção deste trabalho, considerando as minhas *memórias e experiências* como *praticante pensante* nesse cenário.

No entanto, é preciso considerar os fenômenos em que as mulheres foram e/ou são subjugadas, com a categoria da maternidade sendo usada como forma de controle e promoção das normatividades de relações de gênero dominantes, como nas sociedades patriarcais que reduziām/reduzem as mulheres como objetos de posse e/ou meios de reprodução/produção (a produção de descendentes para as linhagens patriarcais e a produção de trabalho doméstico e/ou de cuidado na vida privada, além da própria produção de renda em si).

Ao longo do século XX, especialmente com a luta pelos direitos das mulheres, surgiram mudanças significativas na compreensão da maternidade: movimentos feministas levantaram questões relacionadas a direitos reprodutivos, controle sobre o próprio corpo e igualdade em questões de trabalho e família (PINTO, 2010). Inovações tecnológicas, como os contraceptivos e a fertilização *in vitro*, também influenciaram na concepção da maternidade, permitindo mais opções e decisões sobre planejamento familiar e concepção de bebês. Além disso, ocorreram avanços legislativos e políticos relacionados à maternidade, com muitos países implementando o direito à licença-maternidade, bem como políticas de proteção à maternidade na garantia ou promoção do bem-estar de mães e suas famílias. Agora, na contemporaneidade, a maternidade também tem sido debatida nos termos de inclusão e diversidade, visto que a compreensão da maternidade se expandiu para além das mulheres cisgênero, considerando as necessidades e o reconhecimento das experiências e dos direitos de mães e pais trans.

Com frequência, vemos que os contextos histórico, social e político da maternidade são complexos e estão em constante transformação e disputa, refletindo tanto nas mudanças sociais e culturais envolvidas, quanto nas lutas por igualdade de gênero e/ou direitos das mulheres. À medida que a sociedade continua a progredir sobre essas pautas, é importante reconhecer e valorizar a maternidade em todas as suas formas, incluindo aquelas que são produzidas por mulheres trans.

Como se percebe, a maternidade ainda é vista como papel relacionado aos cuidados, à educação, à responsabilidade, ao sagrado e ao controle social sobre a vida das mulheres. Contudo, a forma como se dá o maternar, hoje, está relacionada à divisão sexual, principalmente no âmbito do trabalho, que estrutura sociedades contemporâneas como a nossa e, conseqüentemente, faz as tarefas relacionadas à maternagem recaírem sobre as mulheres, visto o maior número de famílias em que as mulheres possuem o acúmulo de uma vida profissional (geração de renda) em conjunto com, se não todas, a maior parte dos papéis e ocupações relacionadas à vida doméstica e familiar, destacando os cuidados com as filhas e os filhos, gerando situações de sobrecarga física e emocional.

Logo, essa maternidade por mim vivida, exercendo trabalho fora e dentro de casa, juntamente com a função de cuidado exclusivo dos filhos, contando com o auxílio da minha mãe, outra mulher que trabalhou e cuidou dos filhos, sempre e sozinha. Nesse sentido, acredito que essas vivências, à luz da minha experiência-formação, foram se fazendo necessárias, também, a serem visibilizadas e pensadas na academia – quando eu ingressei no mestrado, pensei em trazer a questão trans da perspectiva profissional devido algumas experiências que me captaram na escola (sou professora), mas aquilo que estaria no âmbito do trabalho foi se encaminhando para a minha própria experiência materna; o que me possibilitou pensar-escrever a minha história como mãe, no sentido de trazer as minhas experiências para a produção teórica-reflexiva no campo da pesquisa acadêmica.

Para embasar a discussão sobre maternidade, apoio-me em Marcello (2003), que fala que a própria sociedade criou e alimentou dispositivos¹ de maternidade que colocam a mulher como um ser que cuida, que protege, que é resiliente. Através dessa construção, nós, enquanto sociedade, naturalizamos esses pensamentos e acabamos por concordar com a construção da mulher-mãe-cuidadora e responsável por filhas e filhos em todos os aspectos, mas de forma, sobretudo, relacionadas à cisgeneridade e à heterossexualidade como reguladoras da maternidade discursada.

¹ Com Michel Foucault (1979) compreendo 'dispositivo' como sendo um conjunto heterogêneo de discursos, instituições, organizações arquitetônicas, decisões regulamentares, leis, medidas administrativas, enunciados científicos, proposições filosóficas, morais, filantrópicas, que formam uma rede de elementos que potencializam e mantêm o exercício de poder em uma determinada sociedade em um espaço-tempo determinado. Nesse contexto teórico, a maternidade seria um dispositivo de exercício de poder sobre o ser/fazer mãe e os nossos corpos que performatizam esse ser/fazer materno.

Assumindo essa perspectiva, podemos admitir que a própria educação e os demais campos de conhecimento, estão profundamente implicadas no controle sobre as mulheres e a maternidade, sendo usada, com frequência, para a regulação ou legitimação de práticas opressivas sobre as mulheres mães. A situação de opressão relacionada à maternidade foi e tem sido mantida, principalmente, devido ao caráter regulador que predominou (NOGUEIRA, 2004).

É como se a responsabilidade pelo cuidado e criação de filhas e filhos fosse “naturalmente” exclusiva da mulher, um papel social que seria de qualquer e/ou todas as mulheres. Isso também tem relação com a construção social sobre os papéis das mulheres mães numa sociedade, sendo que essa construção foi organizando e ainda organiza a vida segundo os padrões que, normatizados, foram naturalizados na medida em que deixam de ser questionados ou problematizados no cotidiano dessas mulheres.

Nós, mães, somos, na maioria das situações, responsabilizadas pelos cuidados com filhas e filhos, sendo impelidas a dar prioridade a eles e elas que, assim, devem ser colocadas(os) “em primeiro lugar” com relação aos outros âmbitos e/ou desejos que constituem as nossas vidas. Quantas mulheres já perderam uma vaga de emprego ou a aprovação num processo seletivo, inclusive na academia, por terem filhas(os) pequenas(os)? Quantas mulheres precisam faltar nos seus trabalhos quando suas/seus filhas(os) adoecem sem outra opção/escolha? Quantas vezes nós abdicamos de algo que queremos para (re)produzir os cuidados de nossas(os) filhas(os) que a vida social delega? Por exemplo, saindo mais cedo de festas, deixando de ir a lugares, deixando de comprar o que gostaríamos já que temos que priorizar os filhos e filhas.

Nós poderíamos realizar os nossos desejos para além da maternidade? Mas se não agirmos assim, conforme as expectativas sociais normativas sobre o ser/fazer mãe, geralmente nos sentimos culpadas e somos julgadas sob as determinações e cobranças externas que compõem o dispositivo da maternidade, já que tanto as famílias quanto a sociedade esperam, sem outra expectativa, que sejamos mães dentro dos padrões regulados sob os discursos de ser “boa mãe” ou uma “mãe suficientemente boa”, tal como tem sido colocado na psicologia.

Diante dessa problemática, cabe esclarecer certa confusão histórica ligada ao termo família. Segundo Bilac (1995), o termo é derivado de *famulus* (escravo doméstico) e foi uma expressão inventada na sociedade romana para designar um

novo organismo social que surge entre as “tribos” latinas que foram introduzidas na agricultura e na escravidão legal.

Esse novo organismo caracterizava-se pela presença de um chefe, que mantinha sob o seu poder a mulher, as(os) filhas(os) e um certo número de escravos; chefe que detinha o poder sobre a vida e a morte de todas essas pessoas. Desde então, o termo tem designado instituições e agrupamentos sociais diferentes entre si, do ponto de vista de sua estrutura e funções. Com isso, a variabilidade histórica da instituição família desafia qualquer conceito socialmente generalizado ou universalizado de família. Ou seja, a generalização do termo ‘família’ termina por ocultar as demais esferas da vida social, porque se tem como regra, em diversos países, que pais, mães e suas filhas/seus filhos dependentes é a única forma socialmente e juridicamente concebida de se ter uma família.

Para Zamberlan e Alves (1997), a família é mantida pelo parentesco e relações interpessoais marcadas pela afeição, apoio e pela partilha de tarefas. Já com Carvalho e Almeida (2003) e Sousa e Rizzini (2001), família pode ser compreendida como sendo a mediação entre o indivíduo e a sociedade, sendo produtora e reprodutora de cultura e ideologias. De toda forma, do ponto de vista histórico e cultural, a mulher sempre esteve mais presente no desempenho de papéis relacionados a filhas e filhos no que tange a essas organizações de família, além das funções domésticas, dedicando o seu tempo a essas questões enquanto o homem, pai, se ocupava/ocupa com a vida pública, incluindo o trabalho fora de casa e que, nesse discurso, provia/provê o sustento de toda a família.

Nesse sentido, a mulher sempre foi desvalorizada, juntamente com as crianças e pessoas estrangeiras, ao não possuir direito algum perante os papéis sociais dos homens. O único direito e/ou papel socialmente aceito e que atribuía algum valor às mulheres era, então, a maternidade, o ser/fazer mãe, educadora e responsável pela criação/formação de filhas/filhos – o que foi naturalizado a ponto de ser compreendido como um instinto, algo biologicamente programado a quaisquer e todas as mulheres. Tal “instinto”, vocação, dom, papel ou responsabilidade sociais tornou-se a única característica pela qual as mulheres podiam ser consideradas melhores ou superiores aos homens (TRINDADE, 1998), sendo válido dar ênfase ao referido por Hrdy (2001), que argumenta que se depois do parto as mulheres sentissem uma irresistível compulsão para lambar o corpo do recém-nascido e/ou comer a placenta, como alguns símios fazem, poder-se-ia chamar de “padrões fixos de ação”, ou seja, a

produção fantasiosa de que respostas estereotipadas serviam para confirmar a crença sobre um componente inato ao comportamento materno de todas as espécies e, nessa lógica, de todas as mulheres.

Além das inquietações mencionadas anteriormente, houve aquelas que me incitaram à presente pesquisa. Durante a pandemia da Covid-19, um período em que ficamos reclusas(os) em casa, muitas instituições de ensino promoveram cursos de variadas linhas e formações. Nessa ocasião, eu pude estudar mais e organizar meus pensamentos em relação ao trabalho de pesquisa que eu poderia desenvolver, sendo que, se fosse em outros lugares/contextos, eu não conseguiria estudar a temática com a mesma disponibilidade – enquanto mulher, mãe, dona de casa, estudante e trabalhadora eu não conseguiria tempo para todos os afazeres e estudar.

A maternidade, como conhecemos, foi se construindo e se modificando ao longo do tempo, sendo influenciada por diversos fatores como a sociedade, a cultura, a política, a tecnologia, a ciência, os movimentos sociais, a mídia, etc. Mas atualmente, a maternidade não se resume ao ato de gestar e/ou “dar à luz”: ela envolve as interações/concepções sociais, políticas e econômicas. Um exemplo de intervenção política na maternidade é a preocupação em diminuir a taxa de mortalidade infantil; movimento que produziu discursos sugerindo que as crianças são melhor cuidadas pelas mães, já que estas garantiriam a qualidade de vida e/ou o desenvolvimento de filhas/filhos no cotidiano.

Dessa forma, as noções sobre a categoria ‘criança’ e seus cuidados oferecem uma perspectiva de manter/dar continuidade a valores e tradições ou, de outra forma, rever e ressignificá-los com relação à categoria ‘maternidade’, como seria o caso das novas gerações problematizarem e proporem novas formas de produção maternal, incluindo a escolha de não realizá-la, com isso podendo combater ou apoiar a regulação violenta sobre os corpos e a vida das mulheres.

Outrora, aponta Badinter (1985), entre os séculos XII e XX, a noção de maternidade era diferente, sendo que a ideia de maternidade começou a mudar a partir da preocupação com a alta taxa de mortalidade infantil, quando era comum que mulheres das classes sociais, consideradas nobres ou ricas, entregassem as suas filhas e os seus filhos recém-nascidos para serem amamentados e cuidados por outras mulheres (as amas de leite). Nas classes sociais consideradas populares ou pobres, a mortalidade infantil era alta, com as crianças que sobreviviam, muitas vezes, participando dos afazeres domésticos ou do trabalho de alguma forma.

Quando não escravizadas, as amas de leite eram pagas para o exercício da função de cuidar e amamentar bebês das classes mais abastadas; comumente, essas mulheres amas de leite eram pobres, já que o dinheiro que recebiam era insuficiente para as despesas e, por esse motivo, acabavam cuidando de muitas crianças ao mesmo tempo – uma única mulher chegava a dividir o leite entre seu/sua bebê e mais de uma criança, vivendo em condições tão precárias que era admirável que seus filhos e suas filhas vivessem até um ano de vida, como mencionado por Badinter (1985). De toda forma, isso permite pensar que a maternidade já foi uma função terceirizada, com possibilidade, inclusive, de funcionar como um trabalho remunerado, sem que isso ofendesse a moral da época (terceirização que podemos repensar para os dias de hoje, considerando as perspectivas sociais-capitalistas sobre a profissão de babá e/ou espaços como “creches”).

A ideia de frear a mortalidade infantil e garantir uma população apta a trabalhar e continuar contribuindo com sua mão de obra, além do crescimento do patrimônio das classes abastadas, procurou-se inculcar, nas mulheres, a ampliação das noções de cuidado, não só com a promoção da ideia de necessidade de que essas mulheres precisavam cuidar e amamentar seus/seus bebês, como prover toda a assistência ambiental, social e de saúde necessária ao crescimento/desenvolvimento das crianças, com isso instituindo a responsabilização e/ou naturalização desses papéis sendo inatos ou próprios de todas/quaisquer mulheres. Assim, de acordo com Badinter (1985), a partir dos anos 1760 começaram a aparecer, de forma mais concreta, os primeiros esboços do que seria chamado de “amor materno”.

O que é a maternidade se transforma constantemente, assim como as sociedades se transformam, e tudo o que implica vai se modificando ao longo do tempo. Hoje em dia, muitas mulheres estão desafiando os papéis normativos de gênero ao questionar, problematizar e até redefinir o que significa o ser/fazer mãe. Elas estão conciliando carreiras profissionais e maternidade, tencionando em prol de promover a igualdade social com os homens, tanto na expressão das individualidades e na participação da vida pública, quanto na responsabilização e produção da vida doméstica, incluindo o cuidado/trabalho com filhas e filhos, além da casa e da família como um todo.

Dessa transformação, também podemos mencionar o advento dos métodos contraceptivos, que passam a oferecer a possibilidade de escolher não engravidar/ter filhas(os), embora esses métodos também tragam desigualdades de gênero, visto que

a maioria deles atua exclusivamente sobre o corpo das mulheres, conferindo, quase sempre, riscos à saúde, como trombose, hipertensão arterial, mudanças de humor, ganho de peso, náuseas, dores de cabeça, enxaqueca, etc.

Continuando, a noção de “boa maternidade”, ela vem sendo construída ao longo do tempo e dos interesses das sociedades. Segundo Pinheiro (2014), a “boa maternidade” seria aquela que envolve o cuidado e a dedicação das mulheres com filhas e filhos; o que pode incluir um tipo de “sofrimento prazeroso” ou “bem quisto” (eu falo da romantização/naturalização das renúncias e/ou exploração do trabalho de maternar/cuidar). Segundo essa noção de “boa maternidade”, ser mãe envolveria o que chamamos de “amor incondicional”, um compromisso para toda a vida das mulheres, um papel que exige dedicação, paciência e sacrifício, sendo compensado, quase que exclusivamente, com a suposta alegria e gratificação que toda mulher pode sentir sendo mãe e/ou atendendo às expectativas sociais normativas.

A ideia de “boa maternidade” sugere que as mulheres sejam moldadas e transformadas em seres incríveis, perfeitos, capazes de amar e cuidar de outro ser de forma única e especial, incluindo todo o arsenal capaz de garantir o bem-estar físico, emocional e psicológico de filhas e filhos. Assim, as mulheres-mães são levadas a se sentirem na obrigação de estarem presentes em cada fase do desenvolvimento das crianças, desde os primeiros passos até a adolescência e, por que não, na dita fase adulta, sempre apoiando, guiando e nutrindo independentemente do que isso lhes cause – basta pensar em como as mulheres hoje, depois de mães, se tornam avós que muitas vezes produzem a renda da família e/ou maternam/cuidam dos netos.

Além de tudo isso, a ideia da boa maternidade sugere que ser mãe é estar disposta a abrir mão de necessidades/desejos em prol do amor e dos benefícios destinados à filha/ao filho, priorizando as necessidades delas/deles ao buscar proporcionar-lhes um ambiente seguro, provedor e amoroso (é quando filhas/filhos se tornam o único desejo socialmente desejável). Assim, conforme Gonzales e Lopes (2020), as mulheres, desde sempre precisam aprender a conciliar todos os campos da sua vida com o ser/fazer mãe, ressaltando as variações históricas, sociais e culturais, mas destacando a noção que parece prevalecer na contemporaneidade: a mãe é aquela mulher cisheteronormativa que antepõe às necessidades de filhas(os) às suas, encarando duplas jornadas como lembra Scavone (2001a), ou que assume a maternidade como um projeto que dura toda uma vida como coloca Pinheiro (2014).

Partindo desses pressupostos, é possível pensar na maternidade como um dispositivo² de controle do corpo das mulheres e como esse se molda/deve ser moldado além do caráter biológico e instintivo. Atualmente, ganha cada vez mais espaço as teorias que concebem esse corpo como uma construção discursiva, conforme lembra Fidalgo (2003) – o que hoje se traduz no exemplo da produção discursiva sobre a “educação/maternagem positiva³”.

Badinter (1985) descreve as formas que levaram as mulheres a desenvolver o perfil de maternidade que se tem hoje, apontando que o dispositivo da maternidade seria um aparato discursivo que incidiria na performatização do chamado “amor materno” e que, através do discurso e da performatização, as condutas que são desejadas para o empenho da maternidade seriam moldadas, como também reforça Pinheiro (2014).

Dentre as condutas desejadas para a maternidade está o ato de educar e transmitir valores, como ensinar a importância do respeito, do amor ao próximo e da responsabilidade – valores morais ocidentais muito presentes nos discursos cívicos, por exemplo. Nesse sentido, para além de ensinar, é exigido que as mulheres-mães também se tornem/sejam um exemplo social, um corpo que promove as demonstrações dos valores morais promovidos como critérios de valoração social das pessoas, como é o caso da bondade e da resiliência.

Entretanto, quando percebemos a maternidade de uma forma mais crítica, analisando mais profundamente e questionando os papéis que lhes são atribuídos, as expectativas e os desafios que são enfrentados pelas mulheres que optam por serem mães ou que são socialmente designadas para esse papel nos conduzem a explorar as questões subjacentes à maternidade, examinando aspectos como o patriarcado, o sexismo, a desigualdade de gênero, as estruturas familiares, as pressões sociais na

² Complementando a concepção de ‘dispositivo’ anterior, de acordo com Agamben (2009), podemos pensá-lo como “qualquer coisa” que viabilizasse a governamentalidade que, por sua vez, é um conceito proposto por Foucault (2008) para a “[...] capacidade de capturar, orientar, determinar, interceptar, modelar, controlar e assegurar os gestos, as condutas, as opiniões e os discursos dos seres vivos” (AGAMBEN, 2009, p. 45), sendo que, para o autor, todo o existente se divide em duas categorias-base: seres vivos e dispositivos; com os sujeitos sendo o resultado da relação entre ambos. O dispositivo, portanto, teria um papel decisivo nos processos de subjetivação, como seria o caso do tornar-se mãe.

³ A educação positiva, também chamada de parentalidade positiva, consiste em ter uma abordagem mais sutil e baseada em gentileza na criação infantil. É por meio do amor e carinho que se constrói o vínculo afetivo. Palavras rudes, brigas, castigos e agressões não são a melhor solução para educar as crianças. Disponível em: <https://maescomciencia.com/educacao-positiva/>. Acesso em: 12 dez 2023.

produção desse dispositivo e, no caso do presente estudo, os atravessamentos da diversidade e/ou diferenças das identidades de gênero.

Considerando as convenções e valores sociais, para ser uma “boa” mãe seria necessário seguir os códigos de condutas já estabelecidos socialmente, já que sem o cumprimento desses códigos e condutas, uma mãe não seria socialmente percebida/reconhecida como tal e/ou sob o adjetivo de “boa mãe” no desempenho dos papéis maternos. Nós, enquanto sociedade, nos encarregamos de fortalecer esses padrões/modelos de comportamentos quando, por exemplo, reproduzimos falas que remetem às formas de cuidar das filhas e dos filhos como uma responsabilidade exclusiva das mulheres mães, como, por exemplo, quando uma criança não se comporta da forma considerada socialmente adequada, se questiona se a mãe não lhe deu a devida educação (isenção da sociedade e/ou do Estado nesse processo), ou quando uma criança vai “mal arrumada” ou “suja” para a escola e questionamos sobre a falta de cuidado da mãe (invisibilização de outros elementos, como as desigualdades social e de gênero).

Por outro lado, quando uma mãe é percebida como severa ou problemática, ela pode ser julgada como inadequada ou violenta. Ou quando uma mulher engravida e as pessoas, incluindo outras mulheres, dizem que ela precisa aproveitar para dormir/descansar enquanto a(o) bebê ainda está na barriga, já que é supostamente natural que as mães não consigam descansar depois que nascem. Ou, ainda, quando uma mãe escolhe não deixar de fazer tudo aquilo que é importante para ela, para além da maternidade, ela pode ser vista como ruim. Nesse sentido, para elucidar o que digo, debruço-me em Marcello (2003):

A partir da instauração de uma lógica mãe-mulher, o sujeito-mãe pode ser discursivamente produzido como vital para as estratégias de regulação e da política de vida desde o final do século XVII. Assim, discuto as relações estabelecidas entre sujeito-mulher e sujeito-mãe; as disposições sociais, políticas e econômicas de certos períodos históricos para a promoção de tais relações e, principalmente, as formas pelas quais estas organizações passaram a produzir outros e novos sujeitos (tanto maternos, como infantis). Pergunto, ao final, o que estas proposições nos sugerem sobre a construção histórica de uma maternidade normativa (MARCELLO, 2003, p. 41).

Podemos dizer que a nossa sociedade criou e alimentou dispositivos de maternidade que colocam as mulheres como o ser que cuida, que protege, que é resiliente. Desse modo, naturalizamos o discurso/pensamento na medida em que concordamos e/ou aderimos a ele sem problematizar ou questionar, (re)produzindo

“automaticamente” comportamentos/performance que colocam, de forma contínua, as mulheres como corpos naturalmente responsáveis e desejantes pelo papel de cuidadora, de passiva, daquela que é naturalmente feita para esse cuidado ou zelo com filhas, filhos, marido e a vida doméstica em geral – “marido”, aqui, me referindo à cisheteronormatividade e ao patriarcado que regulam esses pensamentos/discursos.

Nesse sentido, procedimentos realizados pelo sujeito-mãe como controlar-se, organizar-se e enunciar-se são constantemente invocados, constituindo modos pelos quais o indivíduo-mãe torna-se sujeito de um dispositivo que materniza. A partir de tais técnicas, os sujeitos-mãe têm a oportunidade de voltarem para si mesmos, de maneira a concluir, primeiro, o quanto o cuidado de si está relacionado ao cuidado do outro (no caso, o/a filho/a) e, segundo, o quanto, a partir desses procedimentos, os sujeitos tornam-se visíveis a si mesmos e podem enunciar-se como sujeitos transformados, amadurecidos e “melhorados” pela prática materna (MARCELLO, 2003, p. 14).

É possível perceber que a noção de “indivíduo mulher-mãe” ainda supõe, ou supõe com força renovada, a existência de “um ser que incorpora e se desfaz em múltiplos”: a mãe como parceira do Estado, a mãe como agente de promoção de inclusão social, a mãe como provedora do núcleo familiar e a mãe como principal produtora de cuidado, educação e saúde das crianças de uma família/sociedade, tal como descreve Meyer (2005).

Essa multiplicação de capacidades, atributos e funções na maternidade produz e justifica a necessidade de inserir as mulheres no âmbito de redes de saber e poder que devem educá-las para esse fim, desde muito cedo, para que elas vivam a sua vida como mulher e como mãe. Como mulher, estimulando-a a não beber, não fumar, a exercitar-se, a comer alimentos adequados à saúde reprodutiva e estética, educar-se, ter equilíbrio emocional, ter um trabalho remunerado, gerir adequadamente o orçamento familiar, escolher bem o parceiro, fazer exames médicos regularmente, e etc. E como mãe, para serem capazes de acompanhar, com proximidade e intensidade, o crescimento e o desenvolvimento infantil, especialmente o desempenho escolar, elas devem colocar as necessidades biopsicossociais de filhas e filhos ou da própria família à frente de todas as outras necessidades e desejos, independentemente das circunstâncias ou condições.

Nesse contexto, gerar e criar filhas e filhos ditos “educados, equilibrados e saudáveis” passa a ser social e culturalmente definidos, também, como um “projeto” de vida para todas as mulheres, reforçando a responsabilização/culpabilização individual de cada mulher que se torna mãe, sem ter em conta as condições sociais-

peçoais em que elas vivem, ou os problemas/barreiras que experimentam (as mulheres mãe, supostamente, têm a obrigação de assumir a maternidade de forma incondicional). Assim, educar/capacitar mulheres para exercer essa maternidade coloca-se, pois, como prioridade nas políticas e/ou programas de Estado, em especial daqueles que objetivam promover a inclusão social, conforme Meyer (2005).

Os discursos que atravessam e instituem essas políticas e/ou programas interpelam o sujeito mulher, valorizando a sua capacidade de inserção concomitante no mercado de trabalho e a responsabilização sobre os cuidados com a família (as mulheres seguem assumindo a maior parte dos encargos vinculados ao cuidado e ao trabalho doméstico, mesmo quando elas também trabalham fora e/ou têm uma carreira profissional consolidada).

Basta pensar nos níveis de escolaridade que costumam ser atingidos pela população de mulheres, bem como nas qualidades humanas que têm sido definidas como “inatas” à mulher-mãe, como priorizar sempre as necessidades de filhas e filhos frente às demais necessidades/desejos, dada a sua (im)posição como sujeito mãe que, socialmente, devem operacionalizar as ações de cuidado, assistência e inclusão social de crianças numa sociedade estatizada, como também nos lembra Meyer (2005).

Isso acontece como se os espaços a serem preenchidos por nós, mulheres, fossem espaços de amor obrigatório, englobando o cuidar e o subservir que nos colocam na vida social com relação à família, incluindo as crianças. Esses afazeres estão inerentemente inseridos no conjunto das tarefas domésticas infindáveis e não remuneradas ou reconhecidas sob status de ocupação “formal”, já que o tempo dedicado aos cuidados com a família é desconsiderado nos sistemas de remuneração do atual sistema econômico (com ênfase no capitalismo). Em outras palavras, o trabalho com o cuidado e a servidão das mulheres mães são “retribuídos”, unicamente, pela ideologia de que esse trabalho promove a suposta realização pessoal discursada como a de mais valia ou suficiente/substitutiva a qualquer outra forma de retribuição/reconhecimento, como a produção material, financeira ou previdenciária.

No caso desta segunda afirmação, evidencio que foi a partir da constituição de uma maternidade normativa pelo dispositivo em questão que a ideia da mulher como sujeito cuidadoso, amoroso por natureza e como sujeito a ser ensinado, domesticado e analisado pôde ser reforçada. Desta maneira, assim como posso, de algum modo, “localizar” a urgência do nascimento do sujeito-

mãe, posso igualmente problematizar o fato de que com ele também nasceram (ou pelo menos foram reforçados) outros pressupostos sobre a mulher (MARCELLO, 2003, p. 41).

Esses pressupostos jogados sobre nós, mulheres mães, serviram e servem para nos controlar, nos limitar e fazer com que nós absorvamos, para nós, as responsabilidades e tarefas que homens também poderiam e deveriam fazer, mas que sob um mecanismo relacional de controle, mantêm as mulheres condicionadas à casa, mesmo quando trabalham fora, ocupadas com a vida doméstica com a crença naturalizada de que cuidar de filhas, filhos e da família é algo próprio do gênero mulher. Isso é reforçado com ideias/discursos de que homens, como pais, seriam naturalmente menos aptos a prover esse cuidado e, portanto, poderiam/deveriam ser dispensados de fazê-las (dispensa que encontra uma legitimidade social). Ao contrário, as mulheres que não as cumprem, então, podem ser acusadas de inadequação, tornando-se objetos de questionamento da sua mulheridade, já que o ser/fazer mulher mais reconhecido numa sociedade patriarcal, de alguma forma, acaba sendo o ser/fazer mãe, além do trabalho sexual que devem prover aos maridos – eu falo das expectativas sociais de que as mulheres performatizem os valores maternais que são endossados pelo patriarcado).

Assim, nós, mulheres, devemos nos sentir e/ou sentimos responsáveis por tudo, sendo supostamente insubstituíveis na realização dos cuidados e nas tarefas domésticas quando se pensa em filhas e filhos, principalmente. Isso ecoa nas representações denunciadas pelas expressões “grupo de mães da escola”, “a mãe da/do estudante”, “temos que chamar a mãe para falar dos comportamentos delas/deles” e etc. Se a criança se atrasa ou esquece algo da escola em casa, surgem expressões como “precisamos conversar com a mãe”, entre inúmeras outras formas que responsabilizam, vigiam e controlam as mulheres sob o dispositivo materno. De fato, as mães ocupam esse espaço-tempo de cuidado, mas porque, de muitas formas, isso é imposto e usado como a medida/valor do seu caráter, da sua mulheridade e/ou da sua importância social.

Ou seja, socialmente falando, uma mulher que se torna mãe não tem a opção de problematizar e escolher sobre quem cuidará da(o) filha(o), tal como os homens pais têm podido fazer/feito, mesmo que eles façam isso informalmente ou de forma não declarada, já que os dispositivos de controle obrigam as mulheres mães a fazê-

lo por eles, independente da situação, subordinando a sua necessidade/desejo de estudar, trabalhar e etc. ao papel social e compulsório de maternar.

Outro ponto importante de se analisar, na maternidade, é a pressão social sobre as mulheres que, sendo mulher, devem desejar, necessariamente, o ser/fazer mãe; tarefa que, sendo supostamente inata ao seu gênero, deve ser cumprida sem exceção e/ou de qualquer jeito. Essa ideologia serve à opressão e produz diversos tipos de violência na vida das mulheres, tornando necessário identificar e compreender como o dispositivo da maternidade foi e é construído; o que, segundo Badinter (1985), permite desconstruir o mito do amor materno para concebê-lo a partir de uma perspectiva discursiva, como coloca Fidalgo (2003). Assim, operar tal desconstrução se torna relevante para não tomarmos esse tipo discursivo de amor como natural e/ou intrínseco a todas e quaisquer mulheres, anulando as diferenças subjetivas e singulares que a categoria ‘mulher’ produz (leia-se: ao sujeito designado socialmente como mulher), conforme também coloca Gonzales e Lopes (2020).

Muitas vezes, a sociedade espera que as mulheres sejam mães e coloquem a maternidade como o auge da sua “realização feminina”, ignorando e/ou subalternizando todas as outras escolhas de vida e/ou toda a diversidade de experiências individuais que nós, mulheres, podemos desejar/realizar. Para o mito do amor materno, Gonzales e Lopes (2020) apontam que as mães seriam o ser que, impulsionado pelas demandas sociais prescritivas, têm os seus gestos e condutas moldados por discursos sobre o dito amor materno – o que também é reforçado por Fidalgo (2003). Esses discursos mantêm as mulheres subordinadas à esfera da vida privada, no âmbito do que é doméstico e, assim, tornando-as responsáveis pelo cuidado de si, de filhas e filhos ou da família como um todo. As mulheres são convertidas em um tipo de “ pilar de sustentação” da base social, conforme coloca Diego (1992); o que, segundo Badinter (1985), acontece com a “parceria” do Estado pela promoção do dito bem-estar social.

Essa “parceria” é efetiva, visto que as mães dificilmente se rebelam, o que é garantido pela formação/educação/inculcação que elas recebem para se tornarem docilizadas⁴, visto que uma das funções dos dispositivos, cabe lembrar, é

⁴ “É dócil um corpo que pode ser submetido, que pode ser utilizado, que pode ser transformado e aperfeiçoado”. “A disciplina fabrica assim corpos submissos e exercitados, corpos ‘dóceis’. A disciplina aumenta as forças do corpo (em termos econômicos de utilidade) e diminui essas mesmas forças (em termos políticos de obediência) [...] a coerção disciplinar estabelece no corpo o elo coercitivo entre uma aptidão aumentada e a dominação acentuada” (FOUCAULT, 1975, p. 133).

produzir/garantir corpos dóceis, conforme o conceito proposto por Foucault (1999). Entretanto, na contramão de uma submissão plena, os corpos docilizados não deixam de ser livres de alguma forma e/ou em alguma medida: “docilizar” corpos não se trata de levar a cabo uma dominação plena, mas sim de colocar em prática estratégias de governamentalidade que regimentariam tanto os corpos, que assim devem ser docilizados, quanto os sujeitos que os habitam, como colocam Gonzales e Lopes (2020). Desse modo, é importante que as mulheres repensem as ideias sobre “o amor materno” como algo inato/inerente a todas as mulheres pelo viés biológico, como algo que as levaria à plenitude de serem perfeitas e superiores quando cumprem a suposta “missão” de ser mulher-mãe.

Ainda é importante lembrar que os corpos dóceis e livres, conduzidos nos/com os dispositivos, criam e/ou “[...] assumem a sua identidade e a sua liberdade de sujeitos no próprio processo de seu assujeitamento” (AGAMBEN, 2009, p. 23-24). De acordo com Derrida (1995), é nos próprios dispositivos e em seus mecanismos de captura que residem os meios para desafiá-los. Além disso, é necessário discutir a desigualdade de gênero presente na distribuição de tarefas domésticas e do cuidado com os filhos. As mulheres, muitas vezes, carregam a maior parte do trabalho de cuidado, enquanto os homens são socialmente menos “cobrados” nessa área. Isso pode e tem resultado em sobrecarga, exaustão e falta de equilíbrio para as mulheres que vivenciam a maternidade, apontam Gonzales e Lopes (2020). Em expansão constante de seu domínio, o dispositivo da maternidade faz com que as mães não sejam apenas aquelas que “dão à luz”, ainda que a gravidez e o parto estejam intrinsecamente associados à ideia de maternidade, mas aquelas que cuidam de filhas e filhos, zelando pelo seu bem-estar e educação, como diz Badinter (1985).

Outro aspecto que deixa a desejar quanto à maternidade é a falta de suporte e/ou políticas públicas que contemplem as necessidades e/ou demandas produzidas no ser/fazer mãe, como é o caso da licença-maternidade estendida, das creches acessíveis e da flexibilidade no local de trabalho e estudo. A ausência dessas medidas pode prejudicar a carreira e o desenvolvimento profissional das mulheres, perpetuando a desigualdade de gênero, além de evidentemente comprometer a saúde e qualidade de vida delas.

A crítica à maternidade também questiona a ideia de que todas as mulheres devem ser mães para se sentirem plenas e bem-sucedidas. Essa visão reducionista ignora as diferentes escolhas e realidades, desconsiderando aquelas mulheres que

optam por não ter filhos ou que não podem tê-los por questões relacionadas ao organismo ou à saúde. Esse tipo de discurso produz a universalização do ser/fazer mulher, coibindo qualquer diversidade que a categoria 'mulher' envolve, já que não existe um único jeito de ser/fazer mulher e, obviamente, nem todas as mulheres desejam ou precisam ser mães para constituir/vivenciar a sua mulheridade.

Em algumas culturas, a maternidade foi usada para reforçar hierarquias de gênero e manter as mulheres em posições subordinadas. A ideia de que a principal missão de uma mulher é se tornar mãe pode restringir as suas oportunidades em outros âmbitos da vida humana, como educação, carreira e participação política, além de, certamente, poder gerar insatisfações na contradição entre o desejo individual de não ser mãe e o “desejo social” de que todas as mulheres sejam. Essa visão limitada da maternidade coloca um fardo sobre as mulheres, colocando-as em um papel restritivo e que, muitas vezes, apaga, desconsidera e violenta as vontades, identificações e aspirações pessoais que vão de encontro com as expectativas sociais sobre a maternidade.

No entanto, a compreensão e as diversas realidades da maternidade têm sido pensadas e vividas com muitas mulheres refletindo, buscando questionar as perspectivas mais tradicionais e hegemônicas que atravessam e conduzem os valores e significados do ser/fazer mãe. Hoje em dia, existe uma pluralidade de vozes que discutem a liberdade de escolha para as mulheres, incluindo a (não) relação com a maternidade, com a ênfase de que essa não deve ser imposta e nem naturalizada como inata, adequada ou desejada a todas as mulheres, considerando, também, as diversas perspectivas individuais/pessoais sobre essa experiência.

Assim, há mulheres que têm buscado reivindicar a modificação do controle tradicional/social com que se promove a maternidade hoje, reivindicando o direito de decidir, por exemplo, se querem e/ou como querem ser mães, bem como as prioridades dos seus projetos de vida, como a busca de carreiras e interesses individuais e pessoais que, parecendo ser limitadas pelos papéis atrelados ao ser/fazer mãe, o são, principalmente, pela desigualdade de gênero que esse ser/fazer tem demarcado, mantido e promovido.

De toda forma, a busca das mulheres por autonomia e igualdade de oportunidades sociais instiga a discussão e a implementação de políticas públicas que levem à mudança das relações sociais que atravessam a maternidade, como seria o caso da licença-paternidade, a disponibilidade de creches/recursos na vida social com

filhas/filhos e a flexibilidade nos meios e locais de trabalho, com tudo isso visando permitir que as mulheres, quando se tornam mães, tenham mais poder sobre as decisões e projetos da própria vida.

Em suma, a crítica à maternidade busca desafiar as normas/normatividades socialmente preestabelecidas e mantidas e que, de alguma forma, produzem injustiças sociais sob as quais as mulheres enfrentam dificuldades, desafios e até violências em relação à maternidade. Essa crítica levanta questões que são fundamentais à desconstrução das desigualdades de gênero e/ou à promoção da igualdade de gênero, oportunizando que mulheres façam diversas escolhas, além dos direitos relacionados às políticas públicas e/ou suporte necessários e compatíveis com as condições sociais inerentes ao exercício pleno, justo e humanizado do ser/fazer mãe.

Essa abordagem crítica permite uma reflexão e um diálogo mais amplo sobre os significados da maternidade hoje em dia e sobre como as mulheres podem ter autonomia e independência nesse processo, sendo importante reconhecer que a maternidade, enquanto controle da vida das mulheres, tem sido uma realidade histórica, significativa e durável. No entanto, as perspectivas e as lutas feministas têm desafiado essas valorações e práticas sociais restritivas no âmbito da maternidade, buscando garantir/promover que as mulheres tenham o livre-arbítrio e/ou oportunidade de fazer escolhas com autonomia, considerando, também, a sua pessoalidade com relação à maternidade.

Todas essas questões em relação à luta de ser mãe nessa sociedade cisheterobranca e patriarcal, me fizeram pensar em como eu poderia usar as minhas experiências na produção acadêmica e, através delas, servir ao auxílio de mães e famílias que precisassem de materiais com esse teor. Foi a partir dessa perspectiva que a pesquisa rumou para os acontecimentos da minha maternidade e todos os desafios que existem e perpassam os marcadores de gênero por mim relacionados.

Tais situações que encontrei na maternidade foram gritantes para a construção deste trabalho, mas antes de definir a minha maternidade como o tema, eu já tinha experiências docentes com estudantes que (re)produziam a diversidade de gênero para além das normatividades socialmente estabelecidas – eu trabalho com educação escolar, possuindo vivências profissionais nas redes de ensino pública e privada. Refiro-me às situações escolares nas quais estive com estudantes que não se

enquadravam nos padrões de gênero percebidos como “normais” ou comuns, com destaque de um estudante trans com quem trabalhei no Ensino Médio.

4 MEMÓRIAS TRANSITAM: ELAS ME MOVIMENTAM E SIGNIFICAM VIDA

O contato inicial com a população trans foi no ano de 2015, durante o meu estágio obrigatório pelo curso de licenciatura em Ciências Sociais, da Universidade Federal de Pelotas (UFPel). Quando realizei o estágio na Escola Estadual de Ensino Fundamental e Médio Dr. Antonio Leivas Leite, localizada na zona norte de Pelotas - RS, tive uma estudante que era descrita como travesti. Naquele momento, ainda que já conhecesse outras trans, aquela experiência era a primeira que vivenciava no espaço escolar. Mas nos limites de meu estágio, o que fiz foi cumprir as minhas atividades.

Passados vários anos, eu já tive experiência nas três etapas da Educação Básica (Educação Infantil, Ensino Fundamental e Ensino Médio). Atualmente, sou professora na rede pública municipal da cidade de Pelotas - RS, formada em Ciências Sociais e em Pedagogia, já tendo atuado há mais de uma década, além de ter sido supervisora do Programa Institucional de Bolsas de Iniciação à Docência (PIBID) na escola onde trabalho – a Escola Municipal de Ensino Fundamental (EMEF) Dr. Joaquim Assumpção – ressaltando que eu também encontrei estudantes com outros marcadores da diferença, além da identidade de gênero, como as pessoas com deficiência.

Desde o início da pandemia até agora, eu cursei uma especialização em Atendimento Educacional Especializado (AEE) pela Universidade Federal de Pelotas (UFPel), além de alguns cursos de aperfeiçoamento na área da inclusão. Um desses cursos chamou muito a minha atenção, qual seja, o curso oferecido pelo Departamento de Antropologia da UFPel, chamado “Reflexões sobre a comunidade LGBTI+: diferentes narrativas e histórias entre casa, escola, trabalho e cotidiano”, vinculado ao projeto de extensão ‘Mapeando a Noite: o universo travesti’. Foi um curso de curta duração, mas que foi bastante significativo para a minha entrada teórica no “mundo” LGBTI+ (lésbicas, gays, bissexuais, travestis/transsexuais, intersexo e demais condições e expressões de existência de sexos, gêneros e sexualidades).

Outros cursos que fiz foram o de 'Educação Étnico Racial na Educação Básica' (ERER), da Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS); e o 'Negritudes', do Instituto Federal Sul Rio-Grandense (IFSul). Cito esses, pois acredito terem contribuído para que fosse possível uma visão mais aproximada dos diferentes aspectos sobre as categorias de gênero, raça e classe que atravessam o presente trabalho, ocasionando a minha vontade de explorar o tema da diversidade, sobretudo, da transexualidade, sobre a qual este estudo se dedica. Assim, por tratar-se de assuntos extremamente importantes, socialmente e pessoalmente para mim, decidi focar na transexualidade que, também, constitui o espaço-tempo que estou vivendo com o meu filho.

Os dois últimos anos em que realizei os estudos citados foram influenciadores da minha inserção no mestrado, na Faculdade de Educação, no Programa de Pós-Graduação em Educação da UFPel, precisamente a linha de pesquisa Saberes Insurgentes e Pedagogias Transgressoras, sendo o caminho por onde comecei a pensar as formas de trazer a minha realidade para o âmbito da pesquisa junto à instituição.

Aproximando-me da referida linha de pesquisa, com suas/seus docentes e discentes, foi possível conhecer e identificar as possibilidades para pensar e executar investigações, tendo sido apresentados trabalhos de dissertações e teses, bem como projetos de pesquisa e extensão coordenados por professoras e professores da referida linha/pós-graduação. Em outras palavras, a minha identificação com a linha de pesquisa serviu como ponto de encontro diante da possibilidade de (re)fazer as minhas experiências com a academia e, através dela, problematizar como as mães de pessoas trans (se) experimentam na maternidade em relação às normatividades sociais de sexo, sexualidade e gênero.

O respeito que eu gostaria de ter testemunhado nos espaços escolares onde estive, como professora e mãe, também atravessaram o meu interesse de pesquisar a temática, algo que vai da escola até o meu lar. Contudo, preciso demarcar a minha constituição como mulher cis, mãe e primeira filha do casamento entre minha mãe e meu pai, que se separaram logo que nasci, se casaram novamente e tiveram mais filhas e filhos (eu tenho duas irmãs paternas e um irmão materno), comigo tendo sido cuidada, na infância e adolescência, por minha mãe e minha avó.

Hoje sou eu quem cuida da minha mãe e da minha família, além de trabalhar e estudar. O meu filho, aos 12 anos de idade, externou o seu descontentamento com a própria “aparência” relacionada ao gênero que, até então, eu estava acostumada a perceber como parte dele. Assim, quando me deparei com a situação com a minha até então filha, que passou a se identificar como filho, imediatamente procurei uma resposta para a situação, me sentindo perdida e sem referências nas quais me apoiar. Desde então, as pessoas próximas sempre souberam da situação, visto que nós não escondemos o que estávamos vivendo, tampouco tivemos vergonha disso, sendo que o que tínhamos era medo da violência que poderia acontecer contra o meu filho.

Quando se sai da zona de conforto e adentra outras zonas, nem tão confortáveis, o comum é ter medo do desconhecido. No nosso caso, o desconhecido existente foi e é a sociedade cisheteropatriarcal e todas as regras vigentes diante das categorias que escapam das regras entendidas como normais nessa mesma sociedade – se as pessoas trans tornam-se a margem, logo tínhamos uma lacuna que nos distanciava do que é “entendido como normal”, considerando a maneira como o meu filho pernormativizava o gênero.

Enquanto o que pairava em nossas vidas e nos afastava da categoria dominante era o gênero, saliento que compreendo o termo gênero como polissêmico e, portanto, com mais de um sentido. Não é intenção deste trabalho esgotar as possibilidades de observações acerca do conceito, tampouco, descrever o conceito de transexual como sendo fechado e determinado. Fazer isso seria jogar por terra o que meu filho tem me ensinado no seu dia a dia. É importante entender que as pessoas usam tecnologias de gênero para sua autoafirmação dentro da normativa cisgênera e/ou das diferenças produzidas com a “trans existência”.

Nesse sentido, parto das percepções de Monique Wittig, já que uma das suas contribuições mais notáveis foi o seu ensaio intitulado “A Marca do Gênero” (*The Mark of Gender*), publicado originalmente em 1980. Nesse ensaio, Wittig (1985) propõe uma concepção radical da identidade de gênero, argumentando que a noção de “mulher” é uma construção social e política opressiva que mantém a desigualdade entre os sexos. Por essa compreensão da autora eu pude me apoiar na construção deste trabalho, tanto no que se refere à minha construção enquanto mulher, mas também enquanto mãe, pois a noção de mulher que a autora traz revela um mecanismo de opressão e sobreposição de gêneros (no caso, o ser/fazer homem e o ser/fazer mulher).

Para a autora, o gênero seria uma categoria sociológica, construída para que as relações baseadas no próprio gênero fossem hierárquicas, sendo que para ela o gênero seria ainda um ato político, uma forma de pressionar as mulheres separando-as em categorias, visto que a criação dos dois gêneros (mulher e homem) se daria de forma artificial. Wittig (1985) desafia a ideia de que a biologia determina a identidade de gênero, enfatizando que a noção de “mulher” é uma construção histórica e cultural, imposta às pessoas a partir do momento em que elas nascem (atualmente, sabemos que essa imposição acontece antes mesmo delas nascerem).

A autora adentra o campo da linguagem em relação ao gênero, ao sugerir que a gramática serviria como um indicador linguístico da oposição política entre os sexos e o reforço da dominação das mulheres. E assim como o sexo (macho e fêmea / feminino e masculino), o gênero (homem e mulher) é um modo de viabilizar um discurso político. Assim, Wittig (1985) percebe que o gênero na gramática é um modo de hierarquizar os sujeitos, tal como a declaração de sexo em documentos, pois o gênero afeta o corpo da linguagem e obriga o falante a se classificar/ser classificado no âmbito do discurso, o que serve à opressão discursiva sobre as mulheres, como é o caso da sua invisibilidade nas generalizações linguísticas, formalmente legitimadas, na figura do masculino e que, assim, confere a visibilidade dos homens, sempre.

Com vistas a contribuir com este estudo, eu também trouxe Paul B. Preciado, filósofo e escritor espanhol, cujos estudos são voltados para o pós-estruturalismo, a desconstrução e a crítica dos modos de conhecer e de subjetivar tópicos da modernidade, definidos como uma ontologia assentada nos pressupostos da continuidade, da substância, da linearidade, da lógica formal, do princípio da não contradição, da identidade. Ele aproxima-se do pensamento de Derrida sobre a desconstrução do pensamento ocidental. Preciado (2014) segue a abordagem crítica desconstrutiva que busca trazer para a compreensão dos modos de conhecer e de subjetivar os pressupostos do devir, do descontínuo, da contradição, do indecível, do paradoxal, dentre outros.

O autor não trabalha com categorias de identidade como um recurso analítico da constituição psíquica a partir da ontologia. Sua teoria se dá a partir da desconstrução do sujeito, logo a questão dos efeitos de sujeito em sua constituição psíquica. É crítico aos binarismos e às dicotomias, sendo que antes de ser Paul foi Beatriz, uma mulher lésbica e, enquanto Beatriz, o autor se automedicou com hormônio masculino, não com a intenção de transicionar, mas de usar o próprio corpo

como um laboratório de análise e pesquisa. O autor é lido por seus trabalhos onde subverte e expande reflexões de outros autores como Foucault, Butler e Derrida em conversas sobre gênero e sexualidade. Preciado (2014) discute os padrões inteligíveis de gênero, que não são somente normas socialmente construídas e culturalmente aceitas para a expressão desse gênero, mas matéria para a sua expressão.

Preciado ainda traz o falocentrismo como um ponto crucial na manutenção do patriarcado, dada a perspectiva de que o ‘dildo’ seria superior ao falo como algo da natureza e da propriedade, “pois todo mundo poderia ter seu próprio falo, aliás, quantos quiser” (HADDON-LOBO, 2016, p. 10) – situação que desnuda a precariedade do falo, instituindo-o como um brinquedo sexual. Para Preciado (2014), o falo seria o único órgão legítimo com privilégio para penetração no leito conjugal, sendo um dispositivo a serviço do biopoder, enquanto o ‘dildo’ produziria linhas de fuga.

Partindo dessa perspectiva, podemos pensar as expectativas quanto ao comportamento das pessoas baseadas no sexo atribuído ao nascimento: o autor sugere que os padrões limitam a liberdade e a autodeterminação, forçando as pessoas a se encaixarem em categorias predeterminadas. Ele ainda critica a ideia de binarismo, defendendo a existência de uma multiplicidade de identidades de gênero além do padrão masculino/feminino. Diferente de Butler, ele diz que o gênero não é:

[...] simplesmente performativo (isto é, um efeito das práticas culturais linguístico-discursivas) como desejaria Judith Butler. O gênero é, antes de tudo, prostético, ou seja, não se dá senão na materialidade dos corpos. É puramente construído e ao mesmo tempo inteiramente orgânico. Foge das falsas dicotomias metafísicas entre o corpo e a alma, a forma e a matéria (PRECIADO, 2014, p. 29).

Assim, Preciado desafia a ideia de que a identidade de gênero é fixa e imutável, enfatizando que se trata de algo fluido e sujeito a mudanças e evolução. Dito isso, as concepções do autor sobre gênero vão ao encontro das performatividades que percebi com o meu filho durante sua infância, com a sociedade se encarregando de engessar as práticas de gênero enquanto ele se experimentava transgredindo essas regras, performatizando o que mais se aproxima das masculinidades – nós somos socializadas(os) e socializamos sob o reconhecimento dos binarismos de gênero. Ou seja, a nossa socialização nos conduz a entender que o meu filho se distanciava do feminino e se aproximava do masculino.

No entanto, agora, reconheço também a possibilidade dele ter ou estar experimentando-performativizando outros gêneros para além das categorias binárias de homem e mulher, pois segundo Preciado (2014), na autodeterminação de gênero, onde as pessoas têm a possibilidade de deliberar a sua própria identidade, elas podem fazê-lo sem serem limitadas por categorias rígidas e/ou socialmente reconhecidas/lidas. Ou seja, a desconstrução desses padrões inteligíveis de gênero é necessária a espaços de expressão livre e diversa de gênero, permitindo que as pessoas se autodefinam e se expressem de acordo com as suas identificações.

[...] quando o status construído do gênero é teorizado como radicalmente independente do sexo, o próprio gênero se torna um artifício flutuante, com a consequência de que homem e masculino podem, com igual facilidade, significar tanto um corpo feminino como um masculino, e mulher e feminino, tanto um corpo masculino como um feminino (PRECIADO, 2013, p. 24-25).

Dessa forma, o autor busca abrir espaço para a existência de uma ampla variedade de identidades de gênero e defende a liberdade de expressão para além dos padrões tradicionais de gênero que têm sido impostos pelas sociedades ocidentais. Nesse contexto, o autor propõe uma desconexão radical entre sexo e gênero, no sentido do sexo ser desconectado do genital, propondo também que os papéis de gênero são construídos socialmente e que a genitália não seria a única forma de experimentar a sexualidade.

O sexo (os órgãos chamados “sexuais”, as práticas sexuais e também os códigos de masculinidade e de feminilidade, as identidades sexuais normais e desviantes) entra no cálculo do poder, fazendo dos discursos sobre o sexo e das tecnologias de normalização das identidades sexuais um agente de controle da vida (PRECIADO, 2011, p. 11).

Para o autor, as tecnologias da normalização das identidades serviriam para adequar as pessoas aos padrões inteligíveis de gênero e reforçar a binaridade e a sobreposição de masculinos sobre femininos. Procurei trazer o autor para o trabalho, pela experiência dele enquanto Beatriz e Paul, porque isso pode promover, através de seus trabalhos, a percepção da sobreposição de gênero sob o lugar do falo como genital dominante (o falocentrismo), e o mito do seu caráter insubstituível como parte do corpo para a penetração (o mito da própria penetração como única via), com essa questão atravessando, assim, os homens transexuais e/ou as transmasculinidades.

Para Jaqueline Jesus (2012), é importante destacar que, em termos de gênero, todos os seres humanos podem ser enquadrados (com todas as limitações comuns a

qualquer classificação), como transgênero ou “cisgênero”. Segundo a autora, a categoria ‘gênero’ se refere às formas de se identificar e ser identificada(o) como homem e mulher – gênero, aqui, é diferente de orientação sexual, podendo se comunicar com esse aspecto, mas sem depender ou decorrer dele. Assim, as pessoas transgênero são como as cisgênero: podem ter qualquer orientação sexual, já que nem todo homem e toda mulher é “naturalmente” cisgênero e/ou heterossexual – tornam-se.

Já os marcadores trans (transexualidade, travestilidade e transgeneridade) seriam a desidentificação com o sexo dito biológico devido à incompatibilidade com as formas de existir determinadas pela ideia de sexo. Para este trabalho, usarei o termo “trans”, referindo-me a transgênero, pois é a categoria que meu filho se identifica, à qual este trabalho abraça a existência, com o termo ‘trans’ sendo a forma de existir de pessoas que não se identificam com o sexo atribuído ao nascer. Não tenho a intenção de separar nem excluir as diferentes pessoas que ocupam essa categoria, mas precisei especificar a comunicação no presente trabalho. Ainda segundo Platero (2014), as formas de expressar um gênero variam de acordo com o contexto social, histórico e geográfico, sendo que as formas de expressar gênero coexistem e são flexíveis.

A pesquisadora e psicanalista trans, Letícia Lanz, em sua dissertação de mestrado intitulada ‘O corpo da roupa: a pessoa transgênera entre a transgressão e a conformidade com as normas de gênero’ (Lanz, 2014), investigou o constante tensionamento que a experiência transgênero estabelece com a noção de desvio social. Apoiando-se na noção de dispositivo de sexualidade de Foucault, ela desenvolve a noção de dispositivo de normatividade binária de gênero para entender a experiência transgênero.

Letícia Lanz indica que a própria definição de transgênero é algo que só ocorre a partir do atrito das categorias ‘gênero’ e ‘normatividade’, incluindo a rigidez binária que as envolvem, pois a multiplicidade de formas de vivência transgênero se unificaria, somente, enquanto um agrupamento conceitual único, pela exclusão que a norma binária de gênero estabelece em relação a todas elas. Desse modo, o termo transgênero seria, para a autora, um modo de agrupar a grande diversidade de experiências de gênero que se divergem da norma binária: transsexuais, drag-queens, travestis, crossdresser, mulheres-trans e as diferentes nuances de expressão de gênero não-binárias.

Em uma realidade social em que as condutas de gênero fossem flexibilizadas, a definição do que seria transgênero provavelmente também se alteraria por completo, muito possivelmente se diluindo em uma grande heterogeneidade de vivências de gênero. Logo, para Letícia Lanz, a definição de transgênero como um termo que agrupa em si diversas identidades estabelece-se a partir da exclusão e do conflito que a norma binária de gênero opera sobre as diferentes formas de vivenciar o gênero.

A categoria 'transexual' ainda foi incorporada e produzida pelo discurso médico, o que lhe confere algum reconhecimento institucional e, por vezes, maior garantia de sobrevivência diante dos riscos de violência física vivida por pessoas trans; o que não isenta essas pessoas de viverem a violência institucional.

Sobre o termo 'travesti', existe um artigo de Mário Carvalho (2018), intitulado 'Travesti, mulher transexual, homem trans e não binário: interseccionalidades de classe e geração na produção de identidades políticas', onde uma das travestis traz sua perspectiva sobre a diferença entre os termos travesti e transexual, sendo:

A impressão que dá é que as travestis... elas são oriundas de uma classe mais popular. As transexuais geralmente... quando você faz um desenho da onde ela vem, se você fizer o mapa da onde saiu essa transexual. Ela vem de uma classe média... de média para cima. A travesti, ela vem de uma classe social mais baixa. [...] e a classe baixa, ela é menos tolerante, entendeu? Então, se a família descobre um menino muito feminino, muito afeminado, ele... simplesmente corta, não aceita, vai embora. Se você não quer ser homem, você vai embora da família. Acabou. E aí quando esse menino sai, ele vai procurar pares para se identificar e ele acaba se identificando com esse grupo que se autodenomina travesti. A transexual, também... quando tem um menino que está se descobrindo e tal. Essa família de classe média... ela não faz esse corte já num primeiro momento. No primeiro momento é um psicólogo, e quando vai para o psicólogo, existe a questão do CID-10, transexualismo, é doente, vamos tratar. Pode ser uma cura, pode não ser... vamos ver o que a gente faz (CARVALHO, 2018, p. 9-10).

Achei importante trazer este recorte do texto de Mário Carvalho em que a fala de uma travesti exemplifica, de forma subjetiva, o papel que a família confere para as existências trans, mesmo que no caso deste trabalho eu use a terminologia trans para me referir a transgênero, acredito ter sido pertinente falar um pouco sobre as categorias e demarcar a perspectiva de que iremos tratar aqui.

Nesse contexto, o termo 'trans' tem sido amplamente usado, surgindo de uma perspectiva crítica e que considera as idiosincrasias das pessoas que são/vivem inconformes às normas dominantes de gênero. Ainda que assumam a sua diversidade, as pessoas trans podem constituir-se como aliadas nas lutas sociais

(comuns) com vistas à consecução dos direitos fundamentais, como também nos lembra Platero (2014).

Assim, as particularidades das pessoas trans podem ser incluídas e agregadas nas lutas sociais, de um modo geral. Embora o termo englobe as categorias trans, é importante destacar que nem todas as pessoas vistas assim se incluem nos movimentos e nas nomenclaturas relacionadas e, por isso, é importante respeitar a autoidentificação das pessoas e atentar às formas da linguagem de referência com que se identificam no ativismo pela busca por direitos dentro das sociedades. O autor acima ainda mostra que o conceito ‘trans’ denota a virada do paradigma médico que classificava essas pessoas como doentes, até então entendidas como pessoas que não estavam em conformidade com o seu gênero ‘verdadeiro’, recebendo o diagnóstico de ‘disforia de gênero’¹.

Quando buscamos informações sobre as identidades (in)conformes, aparecem múltiplos conceitos, como é o caso de ‘*gender variant*’ ou ‘variante de gênero’ (tradução livre), conforme Fernández-Fígares (2013) e Platero (2014). Considerando os inúmeros discursos normativos sobre a transexualidade, acredito ser importante trazer o conceito de variante de gênero, até porque o presente estudo remonta a experiências que podem ser tomadas como inconformidade de gênero na infância (as experiências do meu filho Gabriel). Sobre isso, autoras e autores adotam o conceito ‘transgênero’ como uma espécie de conceito “guarda-chuva” por incluir todas as identidades que não se enquadram nos padrões normativos e binários de gênero – são transgêneros homens e mulheres transexuais, travestis, pessoas com o gênero fluído, as ditas identidades queer, pessoas não binárias etc., tal como reforçam Missé e Coll-Planas (2010), Oliveira (2010) e Platero (2014).

Para Jesus (2012), o conceito de transgênero é formado a partir da observação de dois aspectos: a identidade, que seria como a pessoa se identifica, como ela se vê e se percebe no mundo; e a funcionalidade, que se refere a como a pessoa age, se expressa, se veste, traveste, etc.

¹ Disforia de gênero: Desconforto ou sofrimento relacionado a uma incongruência entre a identidade de gênero de um indivíduo e o sexo atribuído ao nascimento. Disponível em: <https://www.msmanuals.com/pt-br/profissional/transtornos-psiqui%C3%A1tricos/sexualidade-disforia-de-g%C3%AAnero-e-parafilias/incongru%C3%AAncia-de-g%C3%AAnero-e-disforia-de-g%C3%AAnero>. Acesso em: 05 nov. 2023.

Reconhecendo-se a diversidade de formas de viver o gênero, dois aspectos cabem na dimensão geral que denominamos de “transgênero”, como expressões diferentes da condição trans; a vivência do gênero como: 1. Identidade (o que caracteriza transexuais e travestis); ou como 2. Funcionalidade (representado por crossdressers, drag queens, drag kings e transformistas) (JESUS, 2012, p. 12).

Independente de como entendemos e classificamos, as formas de viver das pessoas trans, elas ainda são objetos de preconceito e segregação. Mesmo que já saibamos, em maior escala do que antes, que essas pessoas são dotadas de direitos e sentimentos, que ser trans não se trata de ser/estar doente, como outrora, essas pessoas sofrem toda a sorte de preconceitos e violências, tanto nos lares onde nascem/vivem, quanto em todos os espaços da nossa sociedade.

De acordo com o dossiê do Observatório de Mortes e Violências contra LGBTI+ no Brasil aponta a ocorrência de 273 mortes dessas pessoas de forma violenta no país, em 2022. Desse total, 228 foram assassinatos, correspondendo a 83,52% dos casos; 30 suicídios (10,99%); e 15 mortes por outras causas (5,49%). No relatório, a sigla LGBTI+ se refere a pessoas lésbicas, gays, bissexuais, travestis, mulheres e homens trans, pessoas transmasculinas, não binárias e demais dissidências sexuais e de gênero. O dossiê foi lançado em Brasília, junto com o Ministério dos Direitos Humanos e Cidadania e a Secretaria Nacional dos Direitos das Pessoas LGBTQIA+. A organização não governamental (ONG) Observatório de Mortes e Violências contra LGBTI+ foi fundada em janeiro de 2020 por Alexandre Bogas, diretor executivo da Acontece – Arte e Política LGBTI+, e pelo Grupo Gay da Bahia (GGB). Participam também a Associação Nacional de Travestis e Transexuais (Antra) e a Associação Brasileira de Lésbicas, Gays, Bissexuais, Travestis, Transexuais e Intersexos (ABGLT). A elaboração do dossiê teve apoio do Fundo do Reino dos Países Baixos e do Fundo Brasil de Direitos Humanos, que têm financiado uma série de ações realizadas pela Acontece LGBTI+. Alexandre Bogas destacou que as 273 mortes correspondem a uma pessoa LGBTI+ assassinada a cada 32 horas, ou a uma média de duas mortes a cada três dias. O relatório foi baseado em registros de casos relatados em reportagens online, notícias de redes sociais e de portais eletrônicos. São procuradas informações também em institutos médicos legais (IMLs) e secretarias de Segurança Pública. Bogas disse que esses dados, embora mais restritos, também são trabalhados pelo observatório. Há também relatos pessoais incluídos na investigação. “A dificuldade principal nossa são os recursos, e a gente acaba dependendo de muito voluntariado para isso funcionar”. Embora o total de crimes de ódio tenha apresentado declínio em relação ao ano anterior, quando foram registradas 316 mortes, Bogas afirmou que o Brasil continua campeão no ranking mundial desses crimes há 14 anos, seguido pelo México, com 120 mortes. Em 2020, foram apurados 237 assassinatos. “O Brasil é o país onde mais se mata LGBT no mundo”, lamenta o diretor (GANDRA, 2023, n.p.).

As violências e segregações sofridas por pessoas trans são um aspecto bastante relevante, a ponto de o Brasil ser o país onde mais assassina LGBTI+, em comparação com os índices oficiais de todo o mundo.

Historicamente, a população transgênero ou trans é estigmatizada, marginalizada e perseguida, devido à crença na sua anormalidade, decorrente da crença de que o “natural” é que o gênero atribuído ao nascimento seja aquele com o qual as pessoas se identificam e, portanto, espera-se que elas se comportem de acordo com o que se julga ser o “adequado” para esse ou aquele gênero. Entretanto, a variedade de experiências humanas sobre como se identificar a partir de seu corpo mostra que essa ideia é falaciosa, especialmente com relação às pessoas trans, que mostram ser possível haver homens com vagina e mulheres com pênis (JESUS, 2012, p. 12).

Já sabemos, hoje, que a transexualidade também é uma questão de identidade, não é uma doença mental, não é uma perversão sexual, nem é um desvio debilitante. É uma condição que independe da orientação sexual, como geralmente se pensava, nem é uma escolha ou um capricho, como nos lembra Jesus (2012).

Há várias definições, clínicas e sociológicas que descrevem a vivência transexual. Seria exaustivo citá-las. Se puder simplificar bastante, diria que as pessoas transexuais lidam de formas diferentes, e em diferentes graus, com o gênero ao qual se identificam. Uma parte das pessoas transexuais reconhece essa condição desde pequenas, outras tardiamente, pelas mais diferentes razões, em especial as sociais, como a repressão (JESUS, 2012, p. 15).

As pessoas trans adaptam suas vidas e sua condição corporal pelas mais variadas formas de existir. Nem sempre são fáceis essas formas, mas cada um encontra a maneira que melhor lhe cabe, alguns desde cedo sabem o que querem, outros mais tarde adquirem convicção da sua existência trans. Tal qual as demais pessoas, uma pessoa trans “pode ser bissexual, heterossexual ou homossexual, dependendo do gênero que adota e do gênero com relação ao qual se atrai [afetivossexualmente]: mulheres transexuais que se atraem por homens são heterossexuais, tal como seus parceiros; homens transexuais que se atraem por mulheres também [o são]” (JESUS, 2012, p. 8).

[...] mulheres transexuais que se atraem por outras mulheres são homossexuais, e homens transexuais que se atraem por outros homens também. Não se pode esquecer, igualmente, das pessoas com orientação sexual bissexual. Nem todas as pessoas trans são gays ou lésbicas, apesar de serem identificadas como membros do mesmo grupo político, o de Lésbicas, Gays, Bissexuais, Travestis e Transexuais – LGBT. Homossexuais se sentem atraídos por pessoas do mesmo gênero, e bissexuais por pessoas de qualquer gênero, o que não se relaciona com sua identidade de gênero, ou seja, não se questionam quanto a sua identidade como homens ou mulheres e ao gênero que lhes foi atribuído quando nasceram, ao contrário das pessoas transexuais e travestis (JESUS, 2012, p. 14).

A autora ainda explica que a orientação sexual é diferente da identidade de gênero, mas que a primeira se explica pelo gênero que se tem atração, ou seja, que se uma mulher sente atração por outra mulher ela é lésbica, independentemente de ser mulher cis ou transgênero. Da mesma forma, se um homem sente atração por outro homem, ele é homossexual/gay, independentemente de ser cis ou transgênero. Pessoas cisgênero, portanto, são pessoas que se identificam com o gênero que lhes foi atribuído ao nascer, independente da orientação sexual que assumem na vida.

A transexualidade, como fenômeno humano, pode ser identificada ao longo de toda a história e no mundo inteiro. A novidade que o século XX trouxe para as pessoas transexuais foram os avanços médicos que lhes permitem adquirir uma aparência-fisiologia quase idêntica à de mulheres e homens cisgênero, coloca Jesus (2012). No entanto, embora haja avanços, ainda existem desafios a serem enfrentados, como é o caso das representações que as pessoas transgêneros têm tido na mídia, e que nem sempre é precisa ou socialmente positiva quando acabam reforçando estereótipos prejudiciais à vida social dessas pessoas.

Em outras palavras, Jesus (2012) lembra que não cabe valorar a transexualidade como uma benção ou maldição, mas concebê-la da mesma forma com que concebemos outras identidades enquanto identidades que são, como é o caso das pessoas que, se identificando com o sexo-gênero designados no nascimento, são cisgêneros. Assim, a transexualidade também é uma condição individual, singular e alheia ao controle dos indivíduos até então, que assim não podem escolher se são trans ou não, sendo que as ciências ainda não têm uma explicação da sua causalidade e, provavelmente, não se trate de uma condição que possa ser reduzida à dualidade de causa e efeito.

5 O TRÂNSITO DA Balsa: AS MUITAS MÃES QUE FORMARAM A MÃE

Para compor este capítulo, trago fragmentos de vivências da maternidade intuitivamente cronológicas. A ordem dos fatos narrados, mais do que buscar um tempo de *Chronos*, foi uma tática que adotei para significar a construção específica da minha maternidade com o meu filho. No entanto, para iniciar este processo, vejo como necessário relatar, ainda que brevemente, os passos dessa mãe-pesquisadora que investiga e (se) investigando interroga a vida. Lá no início do texto, falei da minha formação e profissão, mas acredito ser importante voltar uns passos na história e narrar a *guria da Balsa*.

Eu sou a “guria ali da Balsa”, aquele bairro que fica ao lado do prédio da reitoria da UFPel, no “campus Anglo”¹. A minha mãe e minha avó trabalhavam lá quando no prédio localizava-se um frigorífico. Na minha infância, lembro de ficar em casa para minha mãe ir trabalhar com a roupa branca que os/as funcionários/as usavam no frigorífico. Após o fechamento das atividades comerciais do abatedouro e o intenso abandono da área, o prédio se manteve vazio por muitos anos e os moradores da Balsa usavam a sua área como lazer aos finais de semana; íamos pescar e sentar à sombra das árvores à beira do Canal São Gonçalo. Ainda hoje, muitas pessoas que residem na Balsa trabalham com pesca e frutos do mar. Quando nós (moradoras) ingressávamos na escola, as meninas dos outros lugares nos apelidavam de “peixeira”, a meu ver uma tentativa de *bullying*, como se fosse demérito o trabalho de pescadores e das limpadoras de peixe e camarão. Confesso que me incomodava o apelido porque a minha família não trabalhava com peixe e eu achava injusto.

A minha educação iniciou na escola municipal do bairro, a Escola Ferreira Viana, no primeiro ano do Ensino Fundamental e, em seguida, passei para outra escola no bairro Porto, o Colégio Estadual Félix da Cunha, fica próximo do atual Instituto de Ciências Humanas (ICH) e da Faculdade de Educação da UFPel, onde eu realizo o curso de mestrado que deu origem a essa dissertação. Após os estudos no Colégio Estadual Félix da Cunha, fui cursar magistério na Escola Estadual de Ensino Médio (EEEM) Assis Brasil; curso que acabei concluindo no Colégio Pelotense devido

¹ Balsa é um antigo bairro que fica ao lado do prédio da reitoria da UFPel e tem esse nome porque fica às margens do canal São Gonçalo, onde existia uma embarcação chamada balsa que fazia a travessia para o outro lado do canal. Atualmente a região é conhecida como bairro São Gonçalo.

a diversas dificuldades. Eu tive que parar e retomar por algumas vezes os meus estudos. Em uma ocasião não tinha passagens de ônibus para ir ao colégio e era distante da minha casa e perigoso andar sozinha à noite; em outro momento, o frio do inverno era rigoroso e não tinha roupa o suficiente para enfrentar essa situação; também houve momentos em que não tinha material escolar.

Sempre acreditei que a educação mudaria minha vida de alguma forma. Eu tinha apenas uma certeza naquele contexto, cursaria uma universidade federal. Admirava muito alguns professores e professoras que passaram em minha vida, mas não imaginava que eu seria professora. Sou a primeira pessoa/mulher da minha família a ingressar em uma universidade pública e estar na pós-graduação, esse é um motivo de muito orgulho para minha mãe e minha avó, que me criaram sozinhas. Elas foram a base e o alicerce da minha família e toda minha educação e formação como pessoa (devo isso a elas).

Devidamente apresentada, falarei sobre a fase da gestação/gravidez porque acredito ser importante começar nesse ponto pois, foi a partir daí que o meu filho Gabriel de apelido Gabi passou a existir em minha vida. Engravidei aos 21 anos (vinte e um) e, em 2004, aquela criança nasceu. Nessa época, eu já cursava magistério à noite e trabalhava no comércio durante o dia, em uma loja de aviamentos dessas que vendem materiais para costura e adereços para carnaval, como plumas, paetês, lantejoulas, linhas, agulhas, botões e etc. Esse período foi bastante complicado, trabalhar oito horas por dia e ir para escola à noite, chegar em casa e preparar as coisas para o outro dia, a exemplo da comida que precisaria comer no almoço, o lanche para a manhã e tarde, organizar a casa, lavar alguma roupa, louça, varrer, limpar, e todo tipo de tarefa socialmente atrelada às mulheres na vida doméstica.

Eu sempre chegava cansada, passava o dia caminhando na loja, atendendo clientes, repondo mercadorias e, à noite ia para a escola. Lá aproveitava para ficar sentada e não tinha ânimo de levantar para nada, só levantava na hora de ir embora. Mantive essa rotina durante toda a gestação, até o dia do nascimento do meu filho, mantendo minhas atividades, já que eu não me afastei do trabalho pois era estagiária; se me afastasse não teria direitos trabalhistas, logo para ter renda, precisava manter o trabalho.

Foi desta forma até a véspera do nascimento dele. No dia dezessete de janeiro, um sábado de movimento fraco, já que o fluxo no comércio, neste segmento, diminui bastante, voltando a melhorar próximo do carnaval. Eu trabalhei neste dia e estava

tão cansada, a barriga pesando e os pés inchados, recordo que o patrão entrou na loja e me viu encostada em um balcão, alisando a barriga; ele pegou uma banqueta e me alcançou, fazendo sinal para que eu sentasse.

Penso que ele se compadeceu da minha situação. Aos sábados a loja fechava às dezoito horas e, como de costume após fechar fui para casa, com meu cansaço “normal” e que eu achava ser da gravidez. Em casa tomei banho, jantei e deitei. Passei o domingo me atirando pelos cantos, da cama para o sofá, do sofá para a cama. Dormi cedo e, por volta das três horas da madrugada acordei com muita dor de cabeça e vômito, a cada momento a dor de cabeça aumentava e os enjoos também, a minha cabeça latejava.

Nesse período eu estava com vinte e sete semanas de gestação, aproximadamente sete meses, não imaginava que seria a hora mais apropriada para ele nascer, digo mais apropriada pois ele estava sofrendo na barriga, com a minha “pressão alta”. Então mesmo prematuro, seria melhor para ele ficar fora da barriga e sob os cuidados médicos. Nesse instante eu acreditava que estava sofrendo de um mal estar relacionado ao fígado, pois desde criança tive problemas hepáticos.

Fui ao pronto-socorro, já que achava exagero ir na maternidade, lá me atenderam e passei o resto da noite e um pedaço do dia ali, deitada em uma maca com dor de cabeça e vomitando. Os médicos não haviam percebido o que me ocorria até que eu tive uma crise convulsiva: neste instante entenderam a gravidade da situação e me transferiram para a maternidade, por dentro do hospital (São Francisco de Paula, uma maternidade de referência na cidade de Pelotas-RS). Chegando na maternidade uma equipe estava à minha espera, estava passando por um episódio de eclâmpsia, é quando a pressão fica alta e a gestante desenvolve crises convulsivas. A única forma de melhorar a situação foi através do parto cesáreo de emergência, uma tentativa de aliviar o sofrimento da mãe e do filho. Durante o parto sofri outra convulsão, a minha pressão estava alta e eu não fazia uso de medicação, pois nas consultas pré-natal ela sempre esteve normal.

Logo que sofria as convulsões, eu demorava para recobrar a consciência e a memória, portanto, nesse período de internação e parto as lembranças me atravessaram como um sonho. Os fatos que eu lembro desse período, precisei verificar junto aos meus familiares, pois naquele momento eu não lembrava se tal coisa havia acontecido ou se tinha sido um sonho.

Além de viver a desventura da eclâmpsia e o parto prematuro, tinha um bebêzinho de 1,260 Kg e 36 cm esperando por mim na Unidade de Terapia Intensiva (UTI) neonatal, então eu precisava me recuperar logo para conhecer o meu bebê; demorei três dias para conseguir sentar na cama e ir de cadeira de rodas na UTI conhecer meu filhinho. Durante a gestação não foi possível saber o sexo do bebê, ele estava na posição sentada e de costas, só soube o seu sexo na hora do parto e fiquei imensuravelmente feliz em imaginar aquele bebê de roupa rosa e com lacinhos. Quando soube da gravidez, desejei que fosse menina para, sem saber, reproduzir os padrões de gênero no qual estamos inseridos e que me guiavam no momento, eu queria vesti-la de rosa, com laços e fitas, preparar brincos e lembrancinhas de nascimento em tons rosa.

A possibilidade de saber o sexo do bebê no ultrassom traz, para quem espera (mãe e família), uma infinidade de desejos e planos de vida e de futuro, todos marcados pelo gênero. Nessa direção, verifico, assim como fez Caetano (2016), que nossos corpos já nascem profanados pela e com a cultura. Eles originam ‘cirurgiados’ pelas tecnologias que orientam e validam as formas adequadas e impróprias para educar cada gênero. Inexiste corpo livre dessa intervenção!

Percebo agora que o exame de ultrassom sobre o sexo do bebê trouxe uma perspectiva morfológica, um dado biológico sobre uma parte do corpo: a genitália. Fui eu, com base no que me foi ensinada, que atribuí os significados de sexo do meu bebê. Reforcei, assim, as normatividades e expectativas sobre o seu corpo. Contudo hoje, sabemos que sexo e gênero são categorias que também podem ser autoidentificadas. A pessoa, independente da genitália que ela sustenta, pode identificar a sua maneira de vivenciar e performatizar o gênero e, portanto, a sua identidade de gênero.

Nós, enquanto sociedade, criamos expectativas sobre aquela pessoa que está no útero ao saber o sexo. Mesmo antes de nascer, já a sobrecarregamos com as nossas referências culturais. Ela já chega ao mundo com a responsabilidade de responder às expectativas colocadas sobre ela, recebendo junto com a sua mãe “um fardo” de ser/estar nas regulações de gênero. O que me remete às concepções de Butler (2018) onde a autora discorre sobre a performatividade do gênero, independente da matriz biológica que se possui, o que torna uma pessoa pertencente a um determinado gênero é a maneira como ela existe e é reconhecida na sociedade.

É um equívoco criar expectativas sobre um corpo ainda no ventre, querer designar caminhos para uma pessoa em formação, e esperar que ela se adapte às normas sociais. Nós somos levados a agir de forma a regular as performatividades alheias, numa tentativa inconsciente de estabelecer a heteronorma, essas ações acontecem de forma natural, pois fomos socializadas(os) assim.

Seguindo a narrativa da gestação, como não sabia o sexo, fiz o enxoval dele todo em bege com marinho e um ursinho marrom, relato esse fato pois não comprei nada que referisse ao gênero feminino, mesmo desejando muito que fosse uma menina, se eu soubesse que era menina teria comprado tudo na cor rosa. Nessa época acreditava que as cores se referiam a gênero, que menina usaria tons rosados e meninos tons azuis. Quando eu pude sair do hospital e comprar outras coisas que ele precisava, comprei tudo em tons rosados.

Quando soube que era menina a felicidade tomou conta de mim, a ponto de acalantar o sofrimento que estava passando no momento, me enchi de esperanças de levá-la para casa, mesmo sabendo que o processo de UTI seria longo e temia quando pensava em perdê-la. Por causa da prematuridade ficou 36 dias internado na UTI, não teve complicações graves, a internação foi longa por causa do tamanho e do peso. A cada dia que passava ele adquiria peso por gramas, a cada pesagem diária a alegria da proximidade do dia de trazê-lo para casa tomava conta de mim, os trinta e seis dias mais longos da minha vida, o dia mais difícil foi quando tive alta hospitalar e ele ainda continuava hospitalizado e precisei deixá-lo. Eu poderia vê-lo somente nos horários de visitas, à tarde e à noite, por uma hora. O resto do tempo eu ficava longe e ele sob os cuidados dos enfermeiros.

Este mês foi muito difícil, as visitas diárias a ele, a vontade de permanecer com ele no colo, foi preciso aprender a viver com algumas sequelas que a eclâmpsia me deixou, até que eu pudesse voltar ao mais próximo da minha vida anterior, a incerteza do período que ele ficaria internado e de quando poderia vir pra casa, para termos uma rotina e para nos conhecermos, todos esses fatores me preocupavam bastante.

Quando chegou o trigésimo dia me ligaram da UTI, telefone desconhecido, quase meu coração salta pela boca, eu sempre penso que é notícia ruim quando me ligam, atendi e recebi a notícia de que ele tinha sido transferido para o quarto e que eu precisaria ir ficar com ele como acompanhante. Que notícia maravilhosa! Estava mais próximo do dia em que poderia trazê-lo pra casa, fui o mais rápido que pude, no quarto ele já usava roupinha, pois na UTI era só fralda.

Permanecemos seis dias no quarto em observação, no segundo dia que estávamos no quarto eu tive a terceira convulsão, estávamos em um quarto com outra mãe e seu bebê em situação parecida. Ainda bem que tinha essa mãe para me auxiliar durante a crise convulsiva, na ocasião eu estava deitada ao lado do bebê e a crise convulsiva provoca movimentos involuntários, num destes movimentos poderia ter machucado o bebê, mas a outra mãe teve a agilidade de retirar o Gabi do meu lado no momento da convulsão e chamar as enfermeiras.

Incrível que quando recobrei a consciência após a crise convulsiva, não lembrava onde estava e nem que um dos bebês que a mulher segurava era meu, lembrava menos ainda da mulher que estava no quarto no leito ao meu lado, em poucos minutos minha mãe chegou no quarto, dela eu lembrava. Com o passar do tempo fui aos poucos me recuperando das sequelas da eclâmpsia e pude voltar minha vida “quase” como antes, fiquei hipertensa e com um edema cerebral que foi se desfazendo, não tive sequelas na parte neurológica, não que eu perceba. Os dias de UTI e de internação no quarto foram difíceis demais, além de outras situações como a falta de dinheiro, que traz consigo preocupações e estresse.

Essa instabilidade financeira se instalou pois o meu trabalho era estágio, logo quando saí para ter o bebê não tive direito à licença maternidade remunerada. Então, no período que fiquei em casa sem trabalhar, fiquei sem receber. Justamente o momento que eu precisava ficar tranquila cuidando do Gabi, criando laços, incentivando a amamentação, criando um ambiente harmonioso e seguro foi de preocupação e angústia.

Os três primeiros meses dele fiquei em casa, tentando oferecer o melhor que podia nas condições que tinha, quando completou o terceiro mês voltei a trabalhar. A dor de ficar longe dele aos três meses de idade era menor que a dor de depender de outras pessoas para suprir os itens necessários para nós dois.

O meu patrão havia se comprometido a deixar uma vaga na loja me esperando para quando voltasse da licença maternidade. Como combinado voltei para loja e com os direitos trabalhistas registrados na carteira de trabalho, como não tinha creche pública disponível no momento, deixei ele com uma senhora conhecida da família. Fui tranquila trabalhar por ele ter ficado bem cuidado e por eu ter a certeza de ter todos os meses o dinheiro necessário às nossas necessidades. Ele ficou sob os cuidados dessa senhora, (Nazinha seu nome) até próximo dos sete meses de idade, depois sua avó paterna assumiu os cuidados até perto do primeiro aninho, nessa época ele teve

a primeira crise de bronquite, que desencadeou repetidos episódios de crises de asma e bronquite, no início ficava desesperada, depois aprendi a lidar e fazer tratamentos prolongados à base de corticoides.

Por um período longo ele ficou sob os cuidados da avó paterna, até que enfim conseguimos uma vaga na creche filantrópica São Francisco de Paula, através da indicação de uma conhecida que tinha duas crianças na creche. Fiquei positiva, pois na creche ele teria cuidado diário e contato com outras crianças, além da alimentação, e o melhor que era gratuita, aquele dinheiro que pagava para cuidarem dele, agora poderia usar diretamente com ele.

Minha esperança durou pouco, na creche ele não teve uma boa adaptação, já no primeiro dia saiu de lá com a boca inchada, disseram que havia comido abacate, os olhos estavam vermelhos, acredito que deva ter chorado muito, estranhei pois abacate não costuma provocar alergia, fiquei muito chateada. Durante o curto tempo que ele esteve lá contraiu doenças de criança, essas virais que acometem as crianças que vivem juntas, como gripe, diarreia, pediculose. Por conta desses episódios recorrentes das doenças, dos lábios inchados e de todos os dias ele voltar com os olhos vermelhos, minha mãe se dispôs a cuidá-lo, gostei muito da ideia dele não precisar sair de casa de manhã cedo e ser cuidado com exclusividade. Ainda hoje me dói lembrar a carinha dele quando buscava na creche, os olhos vermelhos e tristes, sempre teve os olhos grandes e expressivos. No inverno pela manhã é muito frio para tirar as crianças pra rua, além do frio, muitas vezes chove, o que também ocasiona outros tipos de doenças respiratórias.

Após a primeira crise de bronquite aos sete meses, essas tornaram-se recorrentes a cada vez que a temperatura diminuía. Foi algo que me conduziu a aprender a lidar com a sua maternidade. Assumindo essa perspectiva, pode-se admitir que a própria psicologia, como ciência, está profundamente implicada no controle sobre as mulheres e a maternidade, sendo usada, com frequência, para a regulação ou legitimação de práticas opressivas sobre as mulheres mães. A situação de opressão relacionada à maternidade foi e tem sido mantida, principalmente, devido ao caráter inerentemente positivista que predominou na área da psicologia (NOGUEIRA, 2004), essa regulação sobre as mulheres e sobre as mães se alimenta quando reproduzimos as práticas opressivas, quando não refletimos sobre o que aprisiona o nosso ser/fazer mãe, se na perspectiva da maternidade cisgênero e hétero

somos julgadas e medidas a todo momento, na maternidade trans, essa régua de medida e de julgamento recai com mais intensidade.

Seguindo as memórias sobre os cuidados com ele, a primeira infância dele foi mais tranquila e saudável, sem precisar acordar cedo e sair no frio para que eu pudesse trabalhar, agora sim eu ia trabalhar tranquilamente. Ela cuidou dele até entrar no primeiro ano do ensino fundamental, todos os dias pela manhã bem cedinho eu ia trabalhar e chamava minha mãe na frente de casa para que ela fosse pra minha casa cuidar do Gabi. Minha casa ficava na mesma rua que a dela, aproximadamente uns vinte metros de distância, isso me lembra quando Pinheiro (2014) traz a noção de que a “boa maternidade” seria aquela que envolve o cuidado e a dedicação das mulheres com filhas e filhos; o que pode incluir um tipo de “sofrimento prazeroso” ou “bem quisto” (eu falo da romantização/naturalização das renúncias e/ou exploração do trabalho de matemar/cuidar).

Quando eu deixava ele com minha mãe sofria por deixá-lo e ter que ir trabalhar, mas me consolava o fato dele ficar com alguém que era familiar e que eu sabia que iria cuidar como eu o cuidaria. A necessidade de trabalhar me obrigava a deixá-lo, enquanto ficar na companhia da avó me causava um alento. Ou seja, perceber os conflitos que podem surgir, nesse jogo de sofrimento prazeroso, entre as idealizações do ser/fazer mãe e a maternidade possível e necessária (o meu ser fazer mãe/trabalhadora).

Outra idealização do ser/fazer mãe passa pela identidade de gênero, já que a nossa sociedade idealiza a maternidade a partir de filhas e filhos cisgêneros e heterossexuais; o que me faz pensar que o dispositivo da maternidade também é genitalizado. Por isso é necessário que a maternidade também seja pensada pelo transfeminismo, já que este reconhece a “interseção entre as variadas identidades e identificações dos sujeitos e o caráter de opressão sobre corpos que não estejam conforme os ideais” (JESUS, 2014, p. 249), como seria o caso de mães de filhas e filhos trans.

Voltando sobre a infância dele, quando tinha por volta dos três anos e meio, quase todos os dias que eu chegava do trabalho, o encontrava de cueca, eu o deixava vestido com suas roupas, a minha casa era próxima a casa da minha mãe, ela tinha a chave para ter acesso e pegar roupas para ele, acaso precisasse, mas mesmo assim ele estava usando cueca quase todas as tardes.

Minha mãe dizia que ele se urinava na roupa e que ele mesmo pedia para por uma cueca do irmão, ela achava engraçada a situação, eu não me importava com o fato dele estar usando cueca, me preocupava mais o fato dele urinar na roupa, pensava que poderia ser problema de saúde, não passava em hipótese alguma pela minha cabeça algo relacionado ao seu gênero.

Os episódios referentes ao uso de roupas do irmão e brincar com seus brinquedos foram se tornando comuns para nós, mesmo que estranhássemos num primeiro momento, a naturalidade com que ocorria e a recorrência, nos levava a naturalizar qualquer comportamento socialmente percebido como diferente ou inadequado. Nunca me acostumei com o desconforto dele ao usar saias e meia-calça, achava que era algum problema com os tecidos das roupas, mesmo assim eu continuava comprando, acreditava que algum tipo ele iria gostar. As meias-calça ele puxava para baixo, nenhuma roupa podia encostar o fundilho nele, quando eu percebia ele estava com a saia pra cima e as meias quase nos joelhos, achava normal ele escolher não usar uma roupa que não se sentisse confortável, eu também odiava meia-calça quando era criança. Sobre a situação das roupas, Butler (2018) infere que o gênero é performativo e não estável, não necessariamente se performatiza um gênero específico em detrimento de outro, dentro da perspectiva binária, masculino/feminino, é possível transitar entre os gêneros e performatizar ambos.

Para as crianças, as regras sociais estabelecidas em relação às roupas são uma forma de controlar/regular seus corpos, principalmente para as crianças trans, que na maioria das vezes não entendem o que se passa com seu corpo e seu desejo em vestir determinada roupa ou brincar com determinado objeto que possa ser entendido como inadequado. Tanto para as crianças quanto para as mães, a forma como a matriz cisheterossexual interfere na vida e liberdade de escolha é urgente de ser refletida e desvinculada da generificação de roupas e brinquedos.

Seguindo o relato das memórias, ele gostava de usar calças de moletom, camiseta e tênis, calças molinhas que ele pudesse mover o corpo e que não encostassem no fundilho dele, os tênis eram só botinhas tipo *All Star*, eu achava lindo tanta personalidade, isso pelos cinco anos de idade, já quase entrando na pré-escola, ele entrou com cinco anos e três meses. Nessa época era fascinado pelos programas de televisão infantis, *Ben 10*, o *Max Steel*, o *Homem Aranha*, o *Super Shock*, o *Patolino*.

Nunca demonstrou interesse por qualquer personagem dito do mundo das meninas. Sua identificação sempre transitou entre os personagens entendidos como de “meninos”. Esse ponto me intrigava, pois ele se inclinava na maioria das vezes a preferir bonecos a qualquer outro tipo de brinquedo. Bonecos daqueles personagens que mencionei acima, bonecos soldados, bonecos guerreiros, bonecos atletas, jogadores de futebol, mas sempre bonecos.

Em um determinado Natal, ele pediu de presente aquele soldadinho que se arrasta pelo chão e atira de metralhadora e um boné, o boné dos personagens que ele gosta, qualquer um deles, o importante é não ser rosa. Eu dei o soldado de presente de Natal, pois era barato e ele ficou muito feliz, não pensei nem duas vezes e comprei o soldado. Muito tempo depois, com onze anos ele pediu um boneco do incrível *Hulk*, não pude dar por causa do preço. Aliás, até hoje ele não ganhou o tal boneco que tanto queria.

Entre o pedido do soldado e do *Hulk*, ele pediu um boneco *Max Steel*, então combinei com ele de levá-lo para que escolhesse o boneco que queria. Ele me sugeriu que encenássemos para a vendedora, se ela estivesse próxima, que o boneco seria para o irmão dele e nessa hora eu lhe perguntaria: “Qual modelo tu achas que teu irmão vai querer?” Então ele escolheria um boneco, fingindo que seria para o irmão, quando na verdade seria para ele. Fiquei admirada com a criatividade dele e não me dei conta na época de que a divisão de gênero que os brinquedos carregam já afetava a existência do meu filho sem que percebêssemos, e que essa divisão pressiona as pessoas, inclusive as crianças, sob as normatividades de gênero. Um simples brinquedo teve o poder de fazer com que uma criança criasse em sua cabeça uma encenação para não se deslocar do padrão de gênero estabelecido socialmente; inconscientemente ele criou a cena para se/nos proteger de prováveis constrangimentos que poderiam ter acontecido caso expuséssemos o verdadeiro dono do boneco.

Para Butler (2018), o gênero estaria no campo da ação, o modo de agir. Creio que se tivesse que classificá-lo em uma categoria da língua portuguesa, gênero seria verbo, pois está mais ligado ao movimento do que ao substantivo estanque. No momento em que ele me contou sobre a cena com o boneco, pensei no aprisionamento em que ele estava/vivia ao ponto de criar uma cena para não desapontar ou ter que dar maiores satisfações à vendedora. Nessa e em outras situações, as normatividades de gênero nos forçaram a encontrar maneiras de

transgredir a norma, de fugir do esperado. Mesmo criando uma cena para parecer “normal” a compra do boneco, eu me senti incomodada pela situação opressora que a heteronormatividade causa nas pessoas. Uma criança precisar criar uma encenação para poder ter um simples boneco e brincar em paz é aprisionante. Sufocante ter que justificar que um brinquedo não interfere na orientação sexual de uma criança.

Ainda hoje, quando vou comprar algo para criança, eventualmente me perguntam se é para menina ou para menino, logo lembro da situação do boneco e me incomodo. O incômodo que sinto é por lembrar da situação do boneco, de imaginar o quanto ele deve ter remoído a situação da compra do boneco, até chegar ao ponto de me sugerir encenar a compra para o irmão. Eu acredito que ele teve uma infância feliz, mas se eu estivesse consciente da situação, a infância dele poderia ter sido melhor, digo no sentido de não precisar ensaiar a compra do boneco, não precisar usar meia-calça, cabelo comprido, ser livre para usar cuecas sem precisar usar o subterfúgio de urinar na roupa para vestir a cueca.

Aos cinco anos, quando iniciou a trajetória escolar, a rotina matinal de acordar cedo, se vestir e de arrumar o cabelo – o que era complicado. Ele detestava pentear o cabelo e fazer rabo de cavalo, pedia para cortar igual ao da sua avó, um corte curto “como o cabelo da ex-presidenta Dilma Rousseff” (menciono a figura dela, pois era a que Gabriel se referia como um modelo de corte de cabelos que gostaria de ter). Eu achava que a sua vontade de cortar o cabelo era devido à dificuldade de pentear os cachos diariamente, mas hoje eu percebo que esse não era o motivo, ele gostaria de ter o cabelo curto por preferência mesmo.

Quando entrou para a pré-escola, queria uma mochila dos tais personagens preferidos *Max Steel*, *Ben 10*, *Hulk*, visto que o comércio de materiais escolares oferece uma gama imensa de opções em personagens. Eu achei uma ideia ruim deixá-lo ir à escola com esses personagens de referência, acreditei que as outras crianças poderiam zombar dele por causa da mochila. Expliquei para ele que poderiam fazer comentários negativos por causa da mochila, que para evitar desentendimentos seria mais apropriado que ele tivesse uma mochila neutra, então comprei uma mochila que era um cachorrinho preto e branco com as orelhas pretas penduradas.

Somente agora percebo que o preconceito gritava em mim, eu quem imaginava as situações que ele poderia vivenciar por conta de uma simples mochila, tentava evitar de todas as formas que ele passasse por algum constrangimento, quando na verdade era eu quem queria evitar o constrangimento de ter um filho com preferências

diferentes. Sem perceber, tentava adequá-lo às cisheteronormas, acreditava que estava o protegendo.

Definido o personagem da mochila, as aulas foram fluindo e ele criando seus laços de amizade com os colegas, literalmente com “os colegas”. Colegas meninas ele só tinha duas, a Bruna e a Juliana, o resto dos amigos eram os meninos, os parceiros de futebol e correria no recreio, os parceiros de trocas de cartinhas e jogadores de *Bafo*. O rendimento escolar nas disciplinas se dava de forma esperada, sem dificuldades de aprendizagem e com boa vontade e atenção nas aulas. A afinidade dele com os meninos é que preocupou a professora, que me chamou para conversar.

Fiquei desesperada, com o coração na mão. Quando uma mãe é chamada na escola para conversar é porque o assunto é delicado, até o momento da conversa imaginei milhares de coisas, não tive sossego até chegar a hora de saber do que se tratava o assunto. A professora Marilyn relatou certa preocupação com a aproximação e afinidade dele com os meninos da sala para a execução das atividades, o desenvolvimento das tarefas de educação física e que durante o recreio participava das brincadeiras de pega-pega, esconder, lulinhas e etc., junto com os meninos, já que das meninas ele não se aproximava, somente da Bruna e da Juliana.

Assim, conforme Gonzales e Lopes (2020), as mulheres, desde sempre precisam aprender a conciliar todos os campos da sua vida com o ser/fazer mãe, ressaltando as variações históricas, sociais e culturais, mas destacando a noção que parece prevalecer na contemporaneidade: a mãe é aquela mulher cisheteronormativa que antepõe às necessidades de filhas e filhos às suas, encarando duplas jornadas como lembra Scavone (2001b), ou que assume a maternidade como um projeto que dura toda uma vida como coloca Pinheiro (2014).

Dessa forma, eu acreditava que deveria ser a maternidade, logicamente que carregada pelos dispositivos que nos foram introduzidos desde antes da primeira infância, ainda dentro da barriga. As funções de trabalhar e ser responsável pelo cuidado dos filhos, de ser chamada na escola por ser a mãe, de ter que saber o que se passa com o filho, de prestar contas da forma como o filho se comporta na escola, entre outras. Essas questões são dirigidas à mãe, salvo em situações em que não existe a mãe por algum motivo específico, mas no geral ainda são dirigidas às mães as situações relacionadas aos seus filhos, por este motivo era eu a pessoa chamada na escola para dar conta do que se passava com o meu filho, não de forma

naturalizada, mas para ser questionada/informada sobre o comportamento “diferente” dele.

Quando eu perguntava o porquê de seu comportamento de não brincar com as meninas, ele dizia que elas eram bobas e que as brincadeiras delas eram sem graça. Entendi que não era atrativo as coisas que comumente são atrativas para as meninas e não insisti que ele brincasse com elas. Ele sempre foi livre para escolher as brincadeiras desde antes da escola, não seria após a inserção que ele seria obrigado a algo. Assim continuou brincando com quem gostava de brincar, com quem se identificava, pois acreditei que a preferência dele por brincar com os meninos era por causa do costume de brincar com meninos em casa, brincava com o irmão e os vizinhos, não tinha meninas no convívio dele. Então, considereei que era natural para ele as brincadeiras com os meninos e por isso reproduzia o comportamento na escola.

Eu não acredito que a sua preferência por determinados brinquedos na escola e em casa, fazendo uso de brinquedos como carrinho, bonecos, bola, etc, tenha relação com a performatividade de gênero que ele se identifica, até porque eu também naturalizava as particularidades que ele apresentava na infância, pois a questão do gênero não passava pela minha cabeça, sendo que, naquela época, eu não tinha essa percepção. Se eu tivesse percebido desde cedo, teria permitido que ele cortasse o cabelo como gostaria desde antes da escola. O que estou querendo dizer é que se eu tivesse notado o desejo dele em ser reconhecido socialmente como um menino, teria apoiado as suas escolhas, não porque eu acredite que menino e menina precisem de socializações diferentes, mas porque gostaria que ele fosse livre e feliz.

Percebi que a construção de masculinos e femininos com os quais fomos socializadas(os) nos aprisiona a padrões de comportamentos e não permite que pensemos além de “coisas de menino e coisas de menina”. Esses padrões orientam as vidas das pessoas e tentam delimitar o que elas podem ou não fazer, pré-estabelecendo projetos de vida a partir dos padrões binários de sexo e gênero, inclusive a profissão.

Aos poucos, as ideias binárias de gênero foram/estão sendo problematizadas e tentando ser desconstruídas, com estranheza e resistência. Atualmente, a nossa sociedade está passando por processos de abertura e ampliação das discussões sobre gênero; o que nos dá esperança quanto ao futuro das crianças, de que elas, cada vez mais, tenham o direito de serem socializadas com menos “amarras”,

determinações e proibições com relação ao que são e ao que querem/podem ser na sua infância.

Se eu tivesse tido naquela época a percepção sobre a prisão às normatividades de gênero, teria permitido que ele cortasse o cabelo e teria dado abertura para que ele fizesse as coisas que gostaria, mas que talvez não tivesse a (auto)segurança para externar por não encontrar a sensibilidade e o entendimento na família. A questão das roupas foram outro ponto de reflexão: pensando atualmente sobre suas preferências, recordo que sempre optou por roupas mais largas, confortáveis, incluindo tênis e chinelos, além de que adorava usar as cuecas do irmão – além da Sophia, Gabriel tem um irmão cinco anos mais velho do que ele, então as roupas que deixavam de servir no irmão, ele pegava as que eram do seu gosto, inclusive as cuecas, sendo que, por vezes, se vestia com essas roupas e passava o dia brincando feliz.

Eu achava engraçado ele gostar das roupas do irmão. Sempre comprei saias, vestidos, meia-calça, sapatinhos e toda a “parafernália” cor de rosa que estivesse ao meu alcance. A minha até então guriuzinha era uma boneca para mim, mas, para “ela” ser uma boneca funcionava como uma tortura, usar aquelas roupinhas cor de rosa e cheias de babados. Enquanto eu pude escolher suas roupas na infância, era uma verdadeira disputa: eu colocava meia-calça, saia, sapatinho, blusinha, lacinho no cabelo e ele puxava a meia-calça para baixo, deixando o fundilho nos joelhos, eu puxava para cima e ele puxava para baixo, arrancava os laços dos cabelos e jogava futebol se arrastando pelo chão, como se quisesse me fazer desistir de lhe vestir com aquele tipo de roupa.

Foi essa disputa de meia-calça para cima e meia-calça para baixo até ele completar mais ou menos seis anos de idade e adquirir autonomia para decidir sobre as roupas que usaria, a luta diária com laços e meia-calça para cima e para baixo foi diminuindo. Teve também a questão de andar sem blusa, ele queria andar de bermuda e sem camisa como os meninos do seu convívio faziam, mas eu não conseguia explicar o motivo pelo qual ele não poderia andar assim, ele questionava que ele tinha o peito igual dos outros meninos, portanto não havia motivo que o impedisse de andar sem blusa.

À medida em que crescia, sua personalidade se reafirmava e ratificava suas preferências, começando pelo desejo de usar calças de moletom, camisetas e tênis. Nada de diferente do que sempre indicou gostar, a partir da minha compreensão com relação às roupas, não tivemos mais conflitos por esse motivo. Por volta de dez anos,

ele trocou de escola e as meninas, suas colegas de turma, usavam *shorts*, blusas bem “fru-frus”, meia-calça, sandálias e, nessa fase, “ela” tentou usar esse tipo de roupa que, acredito, ser por influência das pessoas e do lugar/escola em que estava “inserida”. Eu acho que “ela” tentou se enquadrar nesse padrão de vestimenta dita feminina, mas sem conseguir manter-se nesse enquadre (o seu desejo gritou mais alto), eu fiquei animada com a ideia “dela” em se vestir de maneira mais afeminada, mas percebia um desconforto.

Recordo de uma festa de aniversário que uma colega o convidou, na ocasião pediu para eu “arrumá-la” com bota, meia-calça, maquiagem, etc. Fiz tudo o que pediu, fiquei tão feliz em estar se arrumando, se cuidando (equivocadamente eu entendia aquilo como um cuidado, se maquiando e arrumando o cabelo). Ficou linda aos meus olhos, mas em si estava apagada, com o andar encurvado, como se quisesse se esconder dentro de si, o seu olhar sem brilho, o seu sorriso cinza. Levei-a no salão do aniversário, tendo combinado de voltar para buscá-la em duas horas. O salão ficava a duas quadras de distância de nossa casa, fui buscá-la e, quando retornamos, entrou em casa já tirando a roupa e a maquiagem – eu sentia como se ele estivesse interpretado um personagem difícil, como se o ato de se vestir daquele jeito fosse uma caracterização para uma encenação pesada e que chegar em casa e se desvencilhar daquele figurino foi como retomar o seu eu real.

Nessa ocasião, percebi que sua tentativa em se adequar à aparência e às performances femininas servia para ser “reconhecida” pelas meninas da sua idade. Refleti sobre essa tentativa ter sido um esforço, uma luta contra o que realmente queria ou se identificava. Ele não se sentia confortável com aquelas roupas. Penso sobre os conflitos internos que ele passou todas as vezes que tentou se encaixar nas normas de gênero, sendo que, muitas vezes, eu me senti culpada por não ter percebido tudo isso a tempo de amenizar o seu sofrimento. A ideia de poder ter pensado/agido de uma forma diferente naquela situação não saiu da minha cabeça por muito tempo – a sensação de “e se eu tivesse feito diferente?”.

O modo dele de agir na escola não era entendido como espontâneo, a aprendizagem ocorria normalmente, mas a socialização não. Ao longo do ensino fundamental I, as professoras relatavam que ele era quieto, tímido, não falava quase nada, não interagia muito com as meninas. As vezes que me chamavam para conversar sobre o comportamento dele, mencionavam essas preocupações. Eu conversava com ele, tentava entender o que se passava, mas ele dizia que estava

bem, que não acontecia nada de errado, que não sentia vontade de brincar com as meninas, que se sentia bem.

Eu não me incomodava com o fato dele não interagir com as meninas, mas sim com a quietude dele, com sua passividade e com as professoras acharem que ele tinha algo errado. Me incomodava que achassem que ele era diferente. Na parte pedagógica, ele tinha dificuldade em matemática. Até nas operações mais simples ele tinha dificuldade e eu ajudando-o em casa percebia que ele não perguntava sobre o que não entendia, não questionava o passo a passo das operações e, por isso, não conseguia entender o raciocínio das operações.

Sugeri que perguntasse à professora suas dúvidas, que sentasse próximo a ela, visto que tinha vergonha de levantar e ir até a mesa dela. Ele me dizia que iria perguntar e sanar suas dúvidas, mas ele não o fazia. Ficava retraído e sem saber como resolver as coisas da escola. Me irritava que a timidez o impedia de ter a fluência do aprendizado, que ele mesmo impedia que acontecesse.

Com o passar do ensino fundamental I, ele foi amadurecendo, entrando na pré-adolescência até chegar ao final do quinto ano, e em 2016 relatar o desejo de ser menino. Na ocasião, ele tinha 12 anos de idade e externou o descontentamento com a própria “aparência” relacionada ao gênero que, até então, eu estava acostumada a perceber como parte de si. Assim, quando me deparei com a situação de identidade de gênero dele, imediatamente procurei uma resposta para tal situação, me sentindo perdida e sem referências para me apoiar. Para Costa (2002a), o momento de descoberta trata-se de um processo cheio de ambivalências, em que a aceitação e o reconhecimento da vivência de gênero dos filhos não estão ainda plenamente assentados, e o desejo de resistir e negar a possibilidade de transgeneridade se expressam de maneira muito intensa na relação.

Na época da “revelação”, estávamos no fim do ano de 2015, passando pelas festividades natalinas e de ano novo e, como de costume, eu havia comprado algumas peças de roupas de verão para “ela” passar o Natal e as férias, também porque as crianças se desenvolvem rapidamente entre as estações do ano e precisam trocar de roupas na medida em que as roupas do ano anterior deixam de servir. Seguindo a narrativa do fato, naquele verão comprei vestidos, biquínis, macacões e uma sandália de verão para que “ela” passasse alguns dias na praia com nossas(os) familiares. Na ocasião, “ela” estava com 11 anos e começava a apresentar os primeiros anúncios da puberdade/adolescência: as espinhas, os hormônios, as mudanças no corpo e no

comportamento. Os seus interesses foram se adaptando à realidade da pré-adolescência, tal como as preferências, os segredos, medos e as dúvidas, muitas dúvidas.

Todos esses fatores dentro de uma cabeça pré-adolescente, imagino, de alguém que há um ano era criança e agora enfrenta um universo cheio de incertezas em relação a si próprio, ao seu corpo, a quem realmente era e ao mundo exterior. O dia que eu soube a notícia foi no período de férias, logo ao cair da noite, estávamos na sala de casa, ele usando o celular e “envolvido” em conversas num movimento de digitar contínuo – eu fico chocada como as novas gerações têm a destreza de usar as duas mãos para digitar no telefone – observei que ele tinha o cuidado para não expor o que fazia ou com quem fazia no celular. A partir disso comecei a estranhar sua atitude em esconder o celular para que não víssemos o que conversava e com quem, tal situação foi se estendendo, e eu ficando cada vez mais aflita e imaginando uma infinidade de riscos que ele pudesse correr na internet.

A situação me incomodou a ponto de eu exigir ver o celular, ver o que fazia nas redes sociais e, enquanto eu examinava minuciosamente cada espaço, arquivo, foto e conversa, ele se desmanchava em lágrimas; quanto mais eu me comovia com as suas lágrimas mais a minha preocupação aumentava. Eu não recordo ter presenciado, em outro momento de nossas vidas, uma reação de descontrole emocional parecida com a que houve nesse episódio. Pela reação intensa imaginei o pior, que ele estivesse sofrendo ou sendo pressionado, algo relacionado à pedofilia e/ou a possíveis abusos feitos por adultos com quem pudesse conversar. Entretanto, enquanto eu imaginava essas coisas e procurava vestígios referentes a essas situações ele chorava e, para o meu alívio, nada encontrei.

Estava aliviada por não ter encontrado nada de ruim, porém, sem entender a razão do choro desesperado, verifiquei as conversas no *WhatsApp* e notei que para algumas pessoas e em grupos de adolescentes ele agia como um menino (se passava por), enquanto para as pessoas da família era mantida a foto de um cantor *teen* da época, não achei estranho a foto do Justin Bieber no perfil dele. No entanto, após o choro, conversamos e ele relatou que usava essa foto porque gostaria de ser como ele: menino bonito e cheio de meninas apaixonadas, seguido com a afirmação de que não queria ser uma menina, de que não gostava do seu corpo. Fiquei surpresa com a colocação, tentei assimilar, não conhecia ninguém na mesma situação. E por mais que eu me entenda como uma pessoa desconstruída acerca do tema, quando a

situação acontece com um familiar muito próximo, as coisas ficam bem diferentes. Quando é com alguém alheio a vida da gente é menos difícil encarar a situação, quando não estamos envolvidos emocionalmente. Comigo foi um susto, por mais que ele tenha demonstrado durante a infância maior identificação com o universo socialmente construído como masculino, eu não identificava que poderia ser um indício da inconformidade de gênero. Já tinha ouvido falar sobre a transexualidade, mas naquele momento não pensei nada relacionado ao assunto. Se eu tentasse descrever o que senti quando ouvi dele que gostaria de ser menino, não encontraria palavras exatas que pudessem exprimir tudo que senti no momento e após a revelação. Me vi meio a um turbilhão de sentimentos; fiquei preocupada com o que os outros iriam pensar de nós (de mim e dele); como seria encarar a família a partir daquele momento; para além do núcleo familiar mais íntimo, situações de violência e negação de reconhecimento também ocorrem com outros parentes como avós, avôs, tios, tias, primos e primas (COSTA, 2002b). Questionei-me sobre o que possivelmente eu teria feito para que a “minha filha” agisse daquela forma, onde e quando aconteceu a mudança da “menina” passar ao desejo de ser menino. Naquela situação, acreditei ser a culpada por “ela” se sentir assim, com qualquer pensamento me remetendo ao remorso e à culpa. Era uma sensação de que eu poderia ter feito algo diferente. O medo veio e, após, a culpa.

Medo do julgamento das pessoas, de como “ela” seria vista e “aceita” a partir de agora, como seriam as suas vivências na escola, no espaço da família, como além do nosso núcleo familiar – eu me refiro a tias e tios, primas e primos, avós e avôs, aos parentes mais próximos. Medo da violência, do preconceito, medo “dela” não ser “aceita” na escola e da reação das pessoas no ambiente escolar, esse medo me remete a Marcello (2003, p.14) que traz que “os sujeitos que maternam tornam-se assim através de dispositivos e que, a partir da maternagem são capazes de se sentirem melhorados pela boa prática materna”.

Para além do medo da rejeição e da violência que meu filho pudesse ser acometido, eu temia pelo não reconhecimento da suficiência à minha maternidade, como eu seria vista sendo mãe de um filho trans, se iriam me apontar como culpada sobre a sua condição. Essa culpa me corroía, pois no ano de 2015 eu tive uma bebê e, quando eu contei para “a minha filha” que teria uma criança, “ela” ficou “enciumada” e “introspectiva”, se manteve por dois dias sem falar comigo. A reação dela me fez pensar que talvez eu pudesse ter ferido “ela” ao ter outra filha, pois até aquele

momento “ela” era a única criança da casa e toda a atenção era voltada para “ela”. Contudo, depois seguiu-se a vida e, aos poucos, “ela” foi aceitando a nova realidade.

A gravidez foi se desenvolvendo e o desconforto “dela” em relação ao bebê foi diminuindo, até que, por causa da gestação, eu fiquei hospitalizada e afastada de casa por alguns dias, com essa distância colaborando para que “ela” sentisse a nossa falta e apreciasse a nossa presença. Nesse tempo fora de casa e com a rotina hospitalar por uma semana, “a minha filha” pôde ficar comigo no hospital no turno inverso à escola, sendo que eu sentia que “ela” queria estar comigo, mas que não estava totalmente confortável, que algo lhe incomodava. Esse incômodo, mais tarde, descobri como sendo o desejo de contar a sua verdade, mas que decidi não contar por achar que aquele momento, comigo naquela situação, não seria oportuno (nessa época da internação ela não havia contado sobre o desejo de ser menino).

Então, aconteceu a situação da “descoberta” através da revisão do celular que eu relatei anteriormente, sendo que, após a exposição da sua realidade, eu pude perceber o seu comportamento mais leve e espontâneo, menos introspectivo e mais acessível, com “ela” passando a sorrir mais, a falar mais, tendo mais trocas comigo no dia a dia. Com essa mudança de vida, eu fui levada a refletir sobre a infância “dela”, aspectos que, até então, passavam despercebidos, ações que pudessem demonstrar o seu descontentamento com a forma que estava sendo socializada e que, por eu estar acostumada a determinados comportamentos, não conseguia perceber as diferenças.

Quando me refiro aos determinados comportamentos, eu quero dizer sobre as questões socioculturais, os signos contidos nas brincadeiras e nos brinquedos que promovemos com as crianças. Aqueles sob os quais somos socializadas(os) e/ou marcadas(os) mesmo antes de nascer, como na construção do enxoval nas cores rosa ou azul, dependendo do sexo da(o) bebê, bem como os tipos de brinquedos que são oferecidos para as meninas, muitas vezes voltados para o cuidado da casa e da maternidade, enquanto os brinquedos oferecidos para meninos, muitas vezes, incentivam a autonomia, atividades do mercado de trabalho, esportes e a competitividade.

Na primeira infância, a preferência “dela” era por carrinhos, bonecos, futebol, bicicleta, *skate* e outros brinquedos que a indústria e a sociedade relacionam ao gênero masculino e que eu, nessa direção, assimilava como ideias normais ou “naturais” e que, por isso, codificam ou reforçam os modelos binários de gênero e

sexualidade nas relações sociais como naturalmente reproduzíveis/impostos nos processos da infância.

Eu não acreditava e não acredito que a preferência “dela” por determinados brinquedos tenha relação com a performatividade de gênero que ele se identifica, até porque eu também naturalizava as particularidades que ele apresentava na infância, até mesmo porque a questão do gênero não passava pela minha cabeça, sendo que, naquela época, eu não tinha essa percepção. Se eu tivesse percebido naquele tempo, teria permitido que ele cortasse o cabelo como gostaria no primeiro ano da escola, o que corresponde à etapa final da educação infantil.

Se a construção de masculinos e femininos com os quais fomos socializadas(os) nos aprisiona a padrões de comportamentos, essa socialização não permite que pensemos/percebamos formas e expressões diferentes desses padrões. Esses padrões orientam as vidas das pessoas, tudo o que elas podem ou não fazer, preestabelecendo projetos de vida a partir dos padrões binários de sexo e gênero, inclusive a profissão e, no caso, como entendemos nossos(as) filhos(as) no cotidiano.

A culpa e o medo me acompanharam por algum tempo. Aos poucos, eu fui me acostumando com a nova realidade em que eu, como mãe, estava. Todavia, de toda forma, eu posso dizer que os sentimentos que me acompanhavam não eram maiores do que a vontade de ver o meu filho feliz.

É importante ressaltar que, embora sejam plausíveis e inerentes à própria maternidade as ambivalências, os conflitos e os sentimentos de insatisfação, raiva, desgosto, culpa, medo, sofrimento e arrependimento, as mães são socialmente julgadas e estigmatizadas como aberrações quando sentem e expressam isso, como se esses sentimentos fossem “antinaturais” ou um tipo de distúrbio psiquiátrico, conforme coloca Zanello (2018). O desejo de acolher e cuidar das necessidades do meu filho foram me reconduzindo para uma nova adaptação à realidade, mostrando-me que ele estava bem e que a vontade dele de ser menino implicava somente na vida e no futuro dele. Para Jesus (2012, p.15) “não é escolha ou capricho ser trans, não tem lógica alguém escolher viver em conflito com seu corpo, com sua aparência, com suas roupas, com seu interior”. Acredito eu que, se fosse possível, as pessoas escolheriam não viverem tensões, tristeza, dúvidas. Eu fui entendendo que, como mãe, me cabia amá-lo, cuidá-lo e apoiá-lo como fazia antes da transição e que deveria seguir fazendo após a mesma.

Então, a partir dessa experiência como mãe de um filho trans e das minhas vivências no trabalho escolar como professora, eu passei a me perguntar como as outras mães que vivenciaram e vivenciam a mesma situação pela qual passei e relatei acima se sentiram. Como elas atravessaram o processo de transição de gênero. A minha vontade de pesquisar emergiu desses questionamentos, mesmo com a sensação de não saber como agir, de vazio, do sentimento da perda da minha “filha” e o misto de alegria e medo por estar nascendo um novo filho, um filho crescido e desconhecido, uma redescoberta do ser que agora se faz novo, mas que antes era conhecido (pelo menos assim eu achava); situação que produz diferentes definições-emoções do tipo “é, mas não é”, “conhecido, mas desconhecido”, “quero lidar, mas não sei lidar”.

Ainda que eu tenha ganhado um filho e que eu celebre a sua vida todos os dias, eu não esqueço que perdi “uma filha”. Sempre que olho nos olhos dele, lembro “dela”, da infância, dos momentos “juntas”, das brincadeiras, do prato preferido, de todas as vezes que eu fui mãe dela enquanto “uma menina”. Existiam expectativas. E eu entendo que eram minhas, mas existiam! A sensação de perda foi acalmando com o passar do tempo, na medida em que ele se realizava sendo um menino e, logo em seguida, um homem. Essa alegria de partilhar os momentos com ele ia adormecendo o vazio causado pela perda “dela”.

Qual posição eu poderia assumir para não magoá-lo e demonstrar apoio em suas orientações; qual atitude seria mais apropriada naquele momento para acolhê-lo e não afastá-lo, como as crianças da vizinhança que ele brincava o veriam a partir da mudança e como as famílias dessas crianças o veriam, se permitiriam a amizade entre elas ou proibiriam a convivência; como a escola o receberia, tanto os professores quanto os colegas? Pensei nos tipos de agressões que ele poderia sofrer, tanto verbais quanto físicas e estes pensamentos me torturavam. De acordo com Novo (2021, p. 2), as famílias de pessoas trans podem ser afetadas ao sofrerem mudanças estruturais e dinâmicas durante o processo de transexualização, “devendo ser igualmente assistidas por profissionais de saúde, especialmente enfermeiros, visto ser um processo longo, que alude a redesignações físicas e sociais, além de implicar em novas demandas de cuidado”.

Eu sofri pensando que seria diferente se eu tivesse percebido o quanto as normatividades de gênero nos aprisionam, se eu também não pertencesse a este sistema binário e cisheteronormativo teria permitido que ele cortasse o cabelo, teria

dado abertura para que ele expusesse as coisas que gostaria sem preocupações com o que os outros iriam pensar, e que talvez não tivesse demorado para externar sua incompatibilidade de gênero logo que percebeu, sem precisar manter em segredo, escondendo seu verdadeiro ser.

Com o passar do tempo, fui percebendo que tinha um filho trans e que pessoas trans adaptam suas vidas e sua condição corporal pelas mais variadas formas de existir. Nem sempre são fáceis essas formas, mas “cada um encontra a maneira que melhor lhe cabe, alguns desde cedo sabem o que querem, outros mais tarde adquirem convicção da sua existência trans” (JESUS, 2012, p. 8).

Eu acredito que foi difícil para nós a forma como a condição dele foi revelada, mas também acredito que foi importante e positivo para nós, enquanto núcleo familiar saber o quanto mais cedo possível da sua condição trans e buscar formas de lidar. Pensando no quanto a maternidade é colocada como trabalho de cuidado e obrigação feminina, quanto mais se alongasse a situação, maior seria o impacto de saber do filho trans com idade mais adulta. Ele precisava ter consciência da sua existência trans, só após a sua autoconscientização é que ele poderia se colocar como homem.

Ainda sobre transexualidade, como um fenômeno humano, ela pode ser identificada ao longo de toda a história e no mundo inteiro. A novidade que o século XX trouxe para as pessoas transexuais foram os avanços médicos que lhes permitem adquirir uma aparência-fisiologia quase idêntica à de mulheres e homens cisgênero, coloca Jesus (2012). No entanto, embora haja avanços, ainda existem desafios a serem enfrentados, como é o caso das representações que as pessoas transgêneros têm tido na mídia, e que nem sempre é precisa ou socialmente positiva quando acabam reforçando estereótipos prejudiciais à vida social dessas pessoas.

Alguns trechos da minha fala podem parecer romantizados, pois busco trazer da maneira menos rude possível, não pretendo trazer dor a quem for ler este material, mas sim uma narrativa real do meu vivido, ressalto que todas as memórias narradas aqui são minhas, foi a minha construção enquanto mãe de um filho trans, eu não desejei ter um filho assim e acredito que ele também não desejou, mas todo sentimento que nos une me faz focar na possibilidade de tê-lo ao meu lado, vivo e com saúde, independente da sua orientação sexual ou de qualquer outra coisa que possa surgir, pois eu sei o quanto é importante a família e o quanto eu sou importante para ele enquanto apoio, o que não quer dizer que não tenha sido sofrido e doloroso pensar que a criança que eduquei e planejei um futuro, de repente se tornaria outra

pessoa diferente de tudo que eu imaginava, só me faz ter a certeza de que não temos o direito de decidir sobre a vida do outro, temos que respeitar e apoiar.

No momento em que ele percebeu que seu corpo e seu modo de existir não estavam de acordo com seus desejos e anseios, começou sua batalha interna para compreender o que estava vivendo e a coragem de expor para nós, familiares, o que vinha sentindo. Quando ele finalmente abriu a situação, falou do que estava passando com a sua vida, sinto que foi como um alívio para ele. Mesmo receoso da minha reação, ele seguiu convicto na vontade de ser um menino.

Como já mencionado, “o chão se abriu” na minha frente no momento em que ele me disse do seu desejo, tentei não demonstrar reação negativa, mas as minhas expressões faciais são involuntárias. Fiquei em choque! Como eu poderia ter deixado passar despercebido, algo que sempre esteve na frente dos meus olhos? Como fui ingênua! Me senti uma péssima mãe, não percebi o que estava acontecendo com ele bem “debaixo do meu nariz”.

Ele sofreu por algum tempo tomando coragem para contar, vivendo com a incerteza da sua realidade sem apoio nenhum, sem desabafar, tirar dúvidas, buscar conselhos. Eu senti como se estivesse extremamente ausente na vida dele, como se eu desconhecesse aquele que estava na minha frente. Acreditava que tínhamos uma excelente relação, que eu seria a primeira pessoa à qual ele procuraria se precisasse de algo, acaso se sentisse incomodado, se quisesse qualquer coisa no mundo iria me procurar, mas não. Não me procurou para dividir suas dúvidas, suas angústias, seus medos e anseios, não me procurou para pedir conselho e nem para dizer como se sentia em relação ao seu corpo, sua sexualidade.

Além de me sentir faltosa e falha com ele, me senti enganada. Eu acreditava que ele era uma criança livre, eu tentava deixá-lo livre para escolher roupas, brinquedos, o que quisesse. Essa tentativa era na intenção de não o amarrar a padrões, de fazer com que ele entendesse que a opinião, o gosto, a preferência dele eram importantes para mim e eu respeitava.

Não que eu esperasse que ele fosse desconforme com o seu dito gênero biológico, pois fiquei surpresa ao saber. Minha intenção era educá-lo de forma respeitosa e amigável com base na confiança. Que ele soubesse que sempre poderia contar comigo para o que precisasse. Mas ao saber do desejo dele em ser menino, sentia como se tivesse congelado aquele momento e que até aquele instante existia uma menina pré-adolescente, tímida, inteligente, meiga, frágil. Para dali em diante

surgir uma outra pessoa. Hoje percebo que aquela imagem da menina frágil, tímida e meiga era a minha percepção, minha leitura, como eu a colocava para me sentir sua protetora.

Sempre acreditei que deveria protegê-la mais ainda por ser menina, quando eu era criança me senti desprotegida em algumas circunstâncias, o que me acarretou alguns traumas na infância, adolescência e um período da adultez. Cresci com minha avó dizendo que filha “mulher” tem que cuidar mais. Eu internalizei essa fala como referente a cuidado, proteção, carinho, amor, a não deixar faltar apoio material e coisas referentes. Mas sei que a fala da minha avó vinha carregada de uma concepção machista e patriarcal, onde a mulher serviria para reproduzir e cuidar, esse é o sentido em que se precisaria cuidar mais das meninas, a fim de mantê-las próprias para o matrimônio.

Sem correr o risco de terem qualquer experiência sexual ou outra experiência de vida, a não ser a de menina dócil e candidata à futura esposa, e que por esse motivo precisaria de um “bom” partido para cuidá-la. Como mencionado, não é esse o cuidado que eu internalizei como sendo ideal para mim, enquanto criança, e que dispensei à minha, até então, filha. Ao contrário disso tudo, eu gostaria de ter sido ouvida, gostaria que acreditassem na minha verdade, que tivessem me defendido quando precisei, mas não. As pessoas da minha família, inclusive as mulheres, fizeram vista grossa quando relatei atitudes desrespeitosas de um “amigo da família”.

Seguiram vivendo e recebendo o tal “amigo” em casa como se nada tivesse acontecido, pelos assuntos que eu ouvia dos adultos, diziam que tinha sido um “mal entendido”, uma tia minha disse que eu deveria ter gostado. Esse fato aconteceu quando eu tinha seis anos, hoje tenho quarenta e um anos, consigo lembrar e falar do acontecido sem chorar, mas sinto uma dor imensa no meu peito quando relembro das falas das pessoas da minha família em relação ao assunto, do descaso comigo, da negligência.

Esse é o principal motivo que me fez sempre pensar no cuidado das crianças, principalmente das meninas, porque nós nunca sabemos com quem estamos lidando e, por este motivo, acredito ser prudente ficarmos atentas(os) aos comportamentos da criança, ter cuidado com a aproximação das pessoas, conversar com elas sobre os cuidados necessários, como agir e tentar evitar qualquer tipo de assédio. Por tudo isso, sempre tentei me mostrar receptiva e aberta a todos os tipos de conversa com

“ela”, sempre acreditei nas suas falas, deixei sempre esclarecido que sua palavra tinha muita importância para mim, sempre validei seus sentimentos.

Então quando eu descobri sobre ele ser trans achei que não fui atenciosa o suficiente, que a abertura que eu achava que estava dando em nossa relação não foi suficiente para que ele encontrasse confiança em contar o que se passava consigo. Tantos sentimentos me atravessaram até conseguir encontrar uma posição confortável que eu pudesse ajudar meu filho – medos, raiva, decepções, angústias, tristezas, preocupações, preconceitos, etc. Os medos que senti e sinto partem primeiro da concepção de violência, de qualquer tipo, afinal quem gostaria que seu filho se tornasse um alvo constante? Certamente ninguém. Quando meu filho passou a ser um homem trans, eu senti como se todos os dedos da sociedade apontassem para ele.

A sua vivência, o seu modo de existir no mundo não seriam mais percebidos como “normal”, tal como Judith Butler apresenta em seus trabalhos sobre os processos discursivos que visam conferir a inteligibilidade social somente a determinados corpos/grupos sociais em detrimento de outros, ou seja, os corpos que se inserem dentro da norma cisheteronormativa seriam os corpos inteligíveis socialmente, nos quais o gênero “biológico” condiz com o gênero com que a pessoa se identifica.

Essas pessoas seriam aceitas e reconhecidas socialmente desde o nascimento e não enfrentariam dificuldade em ter sua identidade reconhecida. Eu percebo aqui a dificuldade que eu tive enquanto mãe para reconhecer a identidade de gênero dele e de reconhecê-lo como ele gostaria/precisava, por mais que eu tentasse entendê-lo e me colocar em seu lugar, o entendimento do reconhecimento de gênero nos foram inculcados durante nossa socialização e para mim não foi diferente. Mesmo acreditando que eu era uma pessoa tranquila e sem preconceito, quando me vi na situação de mãe de um menino trans, tive momentos em que não gostaria de ter um filho trans. Momentos que pensava o que faria para enfrentar a situação e por vezes senti vergonha de mim mesma por pensar de forma negativa em relação a ele.

Infelizmente eu tive dificuldade em aceitar a condição dele, de aceitar o meu guri como ele é, mesmo ele dando diversos sinais possíveis quanto a sua identidade de gênero, ainda assim fui pega de surpresa e encaro o momento que ele falou sobre sua identidade como uma descoberta, uma revelação, e também um marco em nossas vidas e em nossa história. Sinto aquele momento como um renascimento, o

renascimento de outro filho, outra pessoa que eu precisava conhecer e entender mesmo com minhas dúvidas, medo e insegurança.

Até a primeira consulta dele com a psicóloga eu não havia tido (e eu não tive até hoje) nenhuma orientação profissional ou de outra pessoa que entendesse do assunto ou tivesse passado pela mesma situação, embora a consulta com a psicóloga não sendo direcionada à mim, tenha me ajudado de alguma forma. Essa consulta foi pelo Sistema Único de Saúde (SUS), fomos encaminhados pela assistente social do município que sabia do trabalho da psicóloga com a população LGBTI+; ela estava montando um grupo de atendimento para essa população, porém o recorte do grupo de trabalho seriam pessoas maiores de idade.

Então ela fez um primeiro atendimento, perguntas importantes do ponto de vista psicológico para entender como ele se sentia em relação ao seu gênero e, a partir dessa consulta, ele passou por mais três atendimentos e foi encaminhado para acompanhamento no Centro de Apoio Psicossocial (CAPS), mas não se sentiu à vontade para tratar das suas questões nesse lugar, já que o grupo em que foi inserido, segundo o recorte de idade, tratava de assuntos diferentes, não sendo voltado às questões LGBTI+ (a maioria dos jovens sofria de depressão e outros tipos de transtornos), com ele desistindo dos encontros. Um tempo depois ele foi chamado para ser acompanhado no ambulatório da UFPel, o Amílcare Gigante, passando a receber atendimentos específicos, como as consultas com médico endocrinologista, dando início à hormonioterapia.

Ainda hoje eu me preocupo muito em pensar nas diversas situações que ele poderá enfrentar, mas antes esses pensamentos me consumiam e eu não tinha ninguém que tivesse passado por essa experiência e/ou pudesse conversar, me aconselhar, me tranquilizar um pouco. Mas com a minha inserção na pós-graduação, eu tive contato com materiais que me ajudaram a construir um maior entendimento, através de uma perspectiva teórica, mas ainda sem uma abordagem pessoal e/ou de acolhimento. É importante que as famílias tenham algum tipo de suporte para atravessar situações assim, bem como a própria pessoa precisa de apoio para lidar com o novo, eu ainda acho que falta um aparato de apoio à rede que apoia as pessoas LGBTI+, pois precisamos saber como agir, encontrar a forma adequada de ajudar e não atrapalhar.

Na minha experiência de maternidade, faria muita diferença se eu tivesse a oportunidade de ser auxiliada por uma equipe especializada no assunto, para mim foi

uma construção tão longa chamá-lo pelo nome social e reconhecê-lo como menino, não foi sofrido, foi difícil. Na hora de mencioná-lo ou chamá-lo saía automaticamente o pronome feminino, eu ficava constrangida e ele também, pois eu achava e ainda acho que o ato de o reconhecer com a sua identidade denota respeito à pessoa. Aos poucos foi acontecendo o reconhecimento e a adaptação, mas os sentimentos de medo quanto à sua integridade física, principalmente, me acompanham. Todavia, afirmo que os sentimentos que me assustam não são maiores do que a vontade de ver o meu filho feliz.

Aos dezoito anos iniciou o processo de hormonioterapia, após um longo acompanhamento psicológico, experimenta as reações que o uso da testosterona pode acarretar – o que varia entre organismos (depende da pessoa) no caso dele afetou de diferentes formas. É o caso das mudanças de humor que afetam os funcionamentos psicológico/emocional e social, além das questões corporais e/ou estéticas que abrangem o peso e a aparência física. Por vezes ele está de péssimo humor, posso afirmar que se torna insuportável a convivência em algumas situações. Quando ele está com o humor afetado não sai do quarto para socializar conosco, só sai para comer e volta, ficam difíceis e pesados estes dias. Lima e Cruz (2016), através dos relatos de homens transgênero que fazem terapia hormonal, abordaram os efeitos que eles experimentam com a testosterona, tanto no que tange às mudanças corporais quanto no que se refere ao aspecto emocional.

Tais mudanças foram nitidamente percebidas em nosso núcleo familiar, antes de iniciar o tratamento, o médico endocrinologista orientou sobre as possíveis reações que poderiam ocorrer, dependendo do organismo da pessoa. Rapidamente foi possível perceber a transformação do seu corpo, como o surgimento dos primeiros pelos na barba, a rouquidão da voz e o aumento da musculatura do abdômen, braços e pernas, cada vez mais delineadas.

Nesse ponto lembro de Preciado (2013, p. 24) que traz reflexões sobre o “gênero ser flutuante, podendo ser composto por corpos femininos ou masculinos e independente do sexo”, que um corpo masculino pode ser tanto homem quanto mulher, e que um corpo feminino pode ser tanto mulher quanto homem.

Ainda assim ele desejava/deseja ter um corpo dito de homem, com abdômen, braços, pelos, barba. Não somente o nome lhe era/é suficiente, mas a materialidade do corpo tem significado; o que implica sobre a materialidade do ser/fazer mãe; que muitas vezes é chamado para ressignificar a materialidade do corpo de filhas e filhos

trans. No meu caso, quando fui chamada a essa resignificação, embora eu tenha experimentado conflitos na ordem do gênero (valores cisheteronormativos *versus* necessidade/desejo de compreender e acolher o meu filho), eu resignifiquei as suas mudanças corporais como necessidades de saúde.

Quando ele completou os dezoito anos, no outro dia foi ao cartório retificar o nome, voltou pra casa cheio de esperança, dava para ver nos olhos, lá no cartório era preciso que eu fosse assinar a retificação, então fomos juntos no outro dia. Chegando lá pegamos a ficha e esperamos até sermos atendidos, eu tentando conter a emoção e as lágrimas que naturalmente brotavam, pois aquele momento tinha uma importância tão grande, simbolizava outra fase que iniciava em sua vida, e para mim o renascimento oficial dele, a partir daquele dia ele existiria de verdade, poderia usar seu nome real, não passaria mais o constrangimento de ser chamado pelo nome morto, o que lhe incomodava muito.

Segundo Butler (2019), o sujeito é reconhecido publicamente quando sua existência é inteligível. A partir daquele registro no cartório a existência dele passou a existir dentro da norma, mesmo que nós saibamos quem ele é. O documento lhe confere reconhecimento igual a qualquer homem da sociedade, o documento foi um “divisor de águas” na vida dele, além do documento, sua aparência ajuda na identificação com o gênero.

A partir do nome retificado em cartório, ele passou a existir para a sociedade como um homem com obrigações morais, éticas e sociais atribuídas, socialmente, à categoria na sociedade brasileira, como é o caso do alistamento militar, no exército brasileiro e que emite um documento informando que ele cumpriu com suas obrigações cívicas militares e, portanto, não possui pendências com o órgão.

Logo, meu filho precisou fazer esse processo e o mais sofrido pra mim é que o danado queria servir o exército. Talvez, para atestar por meio do Serviço Militar aquilo que para mim já estava dado: trata-se de um homem. Penso que as transexualidades são fortemente atravessadas pelos ajustes sociais de gênero que perseguem suas corporalidades. Fiquei muito preocupada com a situação, acaso o aceitassem no serviço militar e tratassem ele com preconceito e violência, visto que o exército daqui possui fama de desenvolver treinamentos desumanos e humilhantes – alguns homens da família passaram pelo serviço militar e seus relatos são de sofrimento físico e abuso psicológico.

Tendo em mente os relatos sobre os *modos operandi* do sistema militar pelotense, estava aflita para que ele não fosse selecionado para ingressar na corporação, até chegar o dia marcado para ele se apresentar eu me desgastei sofrendo. Chegada a hora de ir, fiquei ansiosa à espera da resposta final. Ele relatou que recebeu o mesmo tratamento que os demais rapazes que se apresentaram junto com ele. Explicou que passou pelos processos necessários à avaliação da capacidade física, incluindo a inspeção corporal (não nas genitálias) na presença de outros rapazes. No momento em que foi examinado pelo médico, o mesmo perguntou se fazia uso de algum medicamento, então informou que usava testosterona e foi dispensado das obrigações militares. Eu perguntei pra ele sobre o tratamento que teve nas dependências do exército. Disse que não percebeu tratamento diferenciado de forma negativa com relação a sua condição.

Que alívio ele não ter sido habilitado, imaginei tantas coisas que ele pudesse sofrer, me desgastei tanto nessa fase. Um peso saiu de minhas costas quando ele chegou dizendo que havia sido dispensado. Agora ele está morando junto com a namorada, eu me sinto mais tranquila, pois estabeleceram uma relação e estão construindo a vida juntos, ambos trabalham e estudam. O mais importante para mim é que ele seja feliz, independente da forma ou com quem esteja.

A expressão de sua identidade sexual foi e é resultado articulado de inúmeros investimentos que o disciplinam e o compelem a confirmar com ações e acessórios. O que posso dizer, com isso, é que as identidades que levamos não são herdadas, elas são resultado da construção que, embora realizada por nós, lança mão dos instrumentos disponíveis culturalmente para o efeito que desejamos. Ele ser homem e eu ser mãe.

Ainda que as memórias tenham sido editadas, elas trazem o que me vejo autorizada a narrar. Entre tantas possibilidades, trouxe essas em meio a tantas outras que me constituem. Como se intencionou descrever, a maternidade ainda é vista como papel relacionado aos cuidados com educação e saúde, com a responsabilidade e o sagrado e, sobretudo, com o controle social sobre a vida das mulheres. Ao interrogar as perspectivas maternas nos discursos acadêmicos, foi possível refletir sobre perspectivas culturalmente introduzidas na sociedade e modificadas ao longo da história, principalmente da maternidade de um filho trans.

Ao questionar as minhas verdades sobre as experiências vividas em duas décadas sobre os modos como a minha maternidade foi atravessada pelos processos

de transição de meu filho, compreendo que a transição foi o *locus* que orientou e orienta a minha existência.

6 TRANSCRITOS (IN)CONCLUSIVOS: A CADA VERSÃO DO CONTO SEMPRE SE AUMENTA OS PONTOS

As incursões trans (transexualidade, transformação, trânsito, transversalidade etc.) consagraram o campo das minhas relações e atuações políticas e me levam a afirmar que o quadro de hostilidade da própria história da transexualidade nos reflete esse cenário. É em meados da década de 1950, após as primeiras cirurgias, que emergiu o conceito de ‘transexualismo’ formulado pelo médico norte-americano Harry Benjamin e, como dito anteriormente, atravessado pela patologia que carrega em si a necessidade da intervenção médico-pedagógica.

As violências cotidianas e as restrições nos campos da educação, saúde, trabalho e seguridade social se somam aos desejos de mover-se na constituição do corpo masculino, fazendo com que o meu filho esteja sempre buscando experiências capazes de possibilitá-lo ao sucesso nos seus projetos. Com a transexualidade, posso afirmar que, ao contrário do que se defende, as identidades são inscritas nos corpos através de rotinas e rituais que nos seduzem à participação.

Através do método autoetnográfico pude resgatar minhas memórias, analisá-las e ressignificá-las à luz da teoria, o que me fez repensar minhas ações enquanto mãe de um filho trans e como professora atuante em espaços escolares. Muitas situações vividas durante a infância poderiam ter sido diferentes se eu tivesse a percepção que tenho agora sobre a heteronormatividade desde aquela época, ciente de que ela é enraizada na sociedade e controladora das práticas e modos de existir/viver. Os padrões de gênero nos quais eu e muitas pessoas fomos socializados enrijeceram nossa prática quanto à possibilidade de transgredir a norma, alimentando e reforçando as formas binárias e sexistas de performatizar o gênero. O que reforça a minha percepção profissional, de que é preciso trabalhar na escola com questões de gênero e LGBTfobia, educar para a aceitação e respeito a todas as formas de existir. Reforço que a família é extremamente importante em todos os momentos do desenvolvimento da criança e do adolescente e, quando se trata de criança e adolescente trans, mais necessário se torna, pois é em casa, junto da família, que as crianças e adolescentes encontrarão apoio e base para viver e existir no meio social.

A autoetnografia dessa mãe-pesquisadora procurou trazer à academia e a outras mães um testemunho, um relato de experiência dessa maternidade singular, mas que possivelmente se aproxima de outras vivências maternas. A escrita deste trabalho me proporcionou repensar a minha própria maternidade. Por diversas vezes me peguei analisando memórias e repensando meu modo de agir, de me posicionar. Um exercício difícil ser mãe, não tem manual e não tem receita, percebo que a minha maternidade foi se construindo enquanto ele crescia e se desenvolvia e que fomos nos tornando mãe e filho ao longo das experiências, isso denota a singularidade que foi e é ser mãe.

Ressalto que o final deste trabalho não põe fim à minha experiência, ao contrário, ainda temos muitas coisas para viver juntos. Este trabalho é apenas uma semente jogada em terra seca, mas que se chover pode brotar. As experiências maternas e os relatos podem se multiplicar, podemos elaborar um material para as mães e famílias buscarem apoio. Não serei eu a primeira nem a última mãe que vivencia a atipicidade da maternidade, esse movimento que acredito ter iniciado aqui pode se tornar uma rede de auxílio mútuo, de conversas e de trocas.

REFERÊNCIAS

AGAMBEN, G. **O que é o contemporâneo?** e outros ensaios. Chapecó: Argos, 2009.

ATAÍDES, F. B.; OLIVEIRA, G. S. de; SILVA, A. A. de F. A etnografia: uma perspectiva metodológica de investigação qualitativa. **Cadernos da Fucamp**, v. 20, n. 48, p. 133-147, 2021. Disponível em: <https://revistas.fucamp.edu.br/index.php/cadernos/article/view/2601/1624>. Acesso em: 18 out. 2023.

BADINTER, E. **Um amor conquistado**: o mito do amor materno. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1985.

BARATTO, C. C. **Mães pela diversidade**: trajetórias políticas de mulheres-mães do Rio Grande do Sul. 2018. 123f. Dissertação (Mestrado em Psicologia Social e Institucional) - Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2018.

BENEVIDES, B. G.; NOGUEIRA, S. N. B. (orgs.). **Dossiê dos assassinatos e da violência contra travestis e transexuais brasileiras em 2020**. São Paulo: Expressão Popular, ANTRA, IBTE, 2021.

BILAC, E. D. Sobre as transformações nas estruturas familiares no Brasil: notas muito preliminares. In: RIBEIRO, I.; RIBEIRO, A. C. (orgs.). **Famílias em processos contemporâneos**: inovações culturais na sociedade brasileira. São Paulo: Edições Loyolas, 1995. p. 43-61.

BRAZ, D. G.; REIS, M. B.; HORTA, A. L.; FERNANDES, H. **Vivências familiares no processo de transição de gênero**. Acta Paul Enferm. 2020; eAPE20190251.

BUTLER, J. **El género en disputa**: el feminismo y la subversión de la identidad. Barcelona: Editorial Paidós, 2007.

BUTLER, J. **Problemas de gênero**: feminismo e subversão da identidade. Tradução de Renato Aguiar. 16 ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2018.

CAETANO, M. **Performatividades reguladas**: heteronormatividades, narrativas biográficas e educação. Curitiba: Editora Appris, 2016.

CARMONA, M. J. C. **Experiências das Famílias de Crianças e Jovens Trans e/ou de Gênero Fluído**. 2020. 73f. Dissertação (Mestrado em Psicologia Social e das Organizações) - Instituto Universitário de Lisboa, Lisboa, 2020.

CARVALHO, D. G. *et al.* **Vivências familiares no processo de transição de gênero**. Acta Paulista de Enfermagem, n. 33, 2020.

CARVALHO, I. M. M. de; ALMEIDA, P. H. de. Família e proteção social. **São Paulo em perspectiva**, v. 17, p. 109-122, 2003.

CARVALHO, Mário. “Travesti”, “mulher transexual”, “homem trans” e “não binário”: interseccionalidades de classe e geração na produção de identidades políticas. *In: Cadernos Pagu*, n. 52, 2018. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/cpa/a/MyFKg4jJ4dBr6Zzfpb7vL9Q/abstract/?lang=pt>. Acesso em: 26 fev. 2023.

CIDADANIA LGBT+. LGBTfobia. **Governo do Mato Grosso do Sul**, [2020]. Disponível em: https://www.cidadanialgbt.ms.gov.br/?page_id=31. Acesso em: 18 out. 2023.

CONSELHO FEDERAL DE PSICOLOGIA. **Resolução CFP n.º 1, de 29 de janeiro de 2018**. Estabelece normas de atuação para as psicólogas e os psicólogos em relação às pessoas transexuais e travestis. Disponível em: <https://site.cfp.org.br/wp-content/uploads/2018/01/Resolu%C3%A7%C3%A3o-CFP-01-2018.pdf>. Acesso em: 19 out. 2023.

COSTA, C. de L. O sujeito no feminismo: revisitando os debates. **Cadernos Pagu** [online]. N. 19, 2002a. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/S0104-83332002000200004>. Acesso em: 10 fev. 2024.

COSTA, R. G. Reprodução e gênero: paternidades, masculinidades e teorias da concepção. **Revista Estudos Feministas**, v. 10, p. 339-356, 2002b.

DERRIDA, J. **O presente da morte**. Imprensa da Universidade de Chicago, 1995.

DIEGO, E. de. **El andrógino sexuado**: eternos ideales, nuevas estrategias de género. Madrid: Visor, 1992.

ELLIS, C. S.; BOCHNER, A. Autoethnography, personal narrative, reflexivity: Researcher as subject. *In: NORMAN, D.; LINCOLN, Y. (eds.). Handbook of qualitative research*. Thousand Oaks: Sage, 2000. p. 733-768.

FERNÁNDEZ-FÍGARES, K. P. Las personas variantes de género en la educación. *In: CABRERA, O. M.; CABEZAS, L. P. (eds). Transexualidad, adolescencias y educación: miradas multidisciplinares*. Madrid: Egales, 2013. p. 293-304.

FIDALGO, L. **(Re)construir a maternidade numa perspectiva discursiva**. Lisboa: Instituto Piaget, 2003.

FIGUEIREDO, E. B. G.; SAWAIA, B. B. Psicologia social e o estudo da desigualdade: reflexões para o debate. **Psicologia em Revista**, v. 25, n. 2, p. 659-670, 2019.

FOUCAULT, M. **Vigiar e punir**: nascimento da prisão. Petrópolis: Vozes, 1999.

FOUCAULT, M. **Os anormais**: curso no collège de France (1974-1975). São Paulo: Editora WMF Martins Fontes, 2010.

GANDRA, A. Dossiê contabiliza 273 mortes violentas de pessoas LGBT+ em 2022. **Agência Brasil**, 11 de maio de 2023. Disponível em: <https://agenciabrasil.ebc>.

com.br/direitos-humanos/noticia/2023-05/dossie-contabiliza-273-mortes-violentas-de-pessoas-lgbti-em-2022. Acesso em: 18 out. 2023.

GOLDMAN, M. Alteridade e experiência: antropologia e teoria etnográfica. **Etnográfica. Revista do Centro em Rede de Investigação em Antropologia**, v. 1, p. 159-173, 2006.

GOMES, R. M.; GOMES, A. L. C.; GOMES, I. C. C. Violência contra mulheres no Brasil: salas de aulas de Educação Básica como espaço de prevenção e debate. **Dialogia**, [s.l.], n. 43, 2023. Disponível em: <https://periodicos.uninove.br/dialogia/article/view/22752>. Acesso em: 10 fev. 2024.

GONZALES, C.; LOPES, L. da. M. O dispositivo da maternidade em tudo sobre minha mãe: entextualizações e processos escolares. **Alfa: Revista de Linguística**, São José do Rio Preto, v. 64, e11313, 2020. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/1981-5794-e11313>. Acesso em: 18 out. 2023.

HADDOCK-LOBO, Rafael. Preciado e o pensamento da contrassexualidade (uma prótese de introdução). **Revista Trágica: Estudos de Filosofia da Imanência** [online]. Rio de Janeiro, 2016, v. 9, n. 2, p. 77-92. Disponível em https://web.archive.org/web/20180410132613id_/http://tragica.org/artigos/v9n2/haddock.pdf. ISSN: 1982-5870. Acesso em: 18 out. 2023.

HRDY, S. B. Mães e outros. **História Natural**, v. 110, n. 4, p. 50-62, 2001.

JESUS, J. **Orientações sobre identidade de gênero**: conceitos e termos. Brasília: Escritório de Direitos Autorais da Fundação Biblioteca Nacional, 2012. Disponível em: <https://www.diversidadesexual.com.br/wpcontent/uploads/2013/04/G%C3%84NERO-CONCEITOS-E-TERMOS.pdf>. Acesso em: 18 out. 2023.

JESUS, J. **Gênero sem essencialismo**: feminismo transgênero como crítica do sexo. Centro Universitário Planalto do Distrito Federal, Brasil. 2014.

JOSSO, M. C. **Experiência de vida e formação**. São Paulo: Cortez Editora, 2004.

JOSSO, M. C. As figuras de ligação nos relatos de formação: ligações formadoras, deformadoras e transformadoras. *In: Educação e Pesquisa*, São Paulo, v. 32, n. 2, p. 373-383, maio/ago. 2006.

LANZ, Letícia. **O corpo da roupa**: a pessoa transgênera entre a transgressão e a conformidade com as normas de gênero. Dissertação de Mestrado – Faculdade de Ciências Humanas Letras e Artes, Universidade Federal do Paraná, Curitiba, 2014.

LARROSA, J. Notas sobre a experiência e o saber da experiência. **Revista Brasileira de Educação**, Rio de Janeiro, n. 19, p. 20-28, jan./abr. 2002. Disponível em: <https://www.scielo.br/pdf/rbedu/n19/n19a02.pdf>. Acesso em: 10 set. 2023.

LE BRETON, D. **A Sociologia do Corpo**. 6. ed. Petrópolis: Vozes, 2012.

LIMA, F.; CRUZ, K. T. da. Os processos de hormonização e a produção do cuidado em saúde na transexualidade masculina. **Sexualidad, Salud y Sociedad**, Rio de Janeiro, n. 23, p. 162-186, ago. 2016.

LOURO, G. L. **Um corpo Estranho**: Ensaios sobre sexualidade e teoria queer. Belo Horizonte: Autêntica, 2004.

MARCELLO, F. de A. **Dispositivo da maternidade**: mídia e produção agonística de experiência. 2003. 180f. Dissertação (Mestrado em Educação) - Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2003.

MEDINA, C. **Entrevista**: o diálogo possível. 4 ed. São Paulo: Ática, 2000.

MEYER, D. E. E. A politização contemporânea da maternidade: construindo um argumento. **Revista gênero**, v. 6, n. 1, p. 81-104, 2005.

MISSÉ, M.; COLL-PLANAS, G. La patologización de la transexualidad: reflexiones críticas y propuestas. **Norte de salud mental**, v. 8, n. 38, p. 44-55, 2010.

NOGUEIRA, C. Ter ou fazer o gênero: o dilema das opções epistemológicas em Psicologia Social. *In*: ENCONTRO NACIONAL DA ABRAPSO, 12. **Anais...** 2004.

NOVO, A. L. C. **Famílias em transição**: uma etnografia sobre relacionalidade, gênero e identidade nas vidas trans. 2021. 415f. Tese (Doutorado em Antropologia Social) - Universidade Federal do Rio Grande do Norte, Natal, 2021.

OLIVEIRA, J. M. Os feminismos habitam espaços hifenizados: a localização e interseccionalidade dos saberes feministas. **Ex aequo**, v. 22, p. 25-39, 2010.

PELOTAS. Câmara Municipal de Pelotas/RS. **Lei Nº 6.864, de 23 de outubro de 2020**. Dispõe sobre a inclusão de Educação sobre o respeito à diversidade e combate à LGBTfobia nas escolas municipais, e dá outras providências. Disponível em: <https://sapl.pelotas.rs.leg.br/norma/2991>. Acesso em: 23 fev. 2023.

PINHEIRO, L. G. **(Re)construindo Performances Discursivas de Maternidade e Não-Maternidade em Espaços Virtuais**. 2014. 229f. Tese (Doutorado em Linguística Aplicada) – Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2014.

PINTO, C. R. J. Feminismo, história e poder. **Revista de Sociologia e Política**, v. 18, n. 36, p. 15-23, 2010. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/S0104-44782010000200003>. Acesso em: 18 out. 2023.

PLATERO, R. L. (ed.). **Intersecciones**: cuerpos y sexualidades en la encrucijada. Barcelona: Edicions Bellaterra. 2014

PRECIADO, Beatriz. Multidões queer: notas para uma política dos 'anormais'. **Revista Estudos Feministas** [online]. Florianópolis, 2011, v. 19, n. 1, p. 11-20. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/ref/a/yvLQcj4mxkL9kr9RMhxHdwk/>. ISSN 1806-9584. DOI: [10.1590/S0104-026X2011000100002](https://doi.org/10.1590/S0104-026X2011000100002). Acesso em: 18 out. 2023.

PRECIADO, Paul B. **Manifesto contrassexual**: práticas subversivas de identidade sexual. São Paulo: N-1 edições, 2014.

RIBEIRO D. **O que é lugar de fala?** Belo Horizonte: Letramento, 2017.

RIBEIRO, T.; SOUZA, R. de; SAMPAIO, C. S. **Conversa como metodologia de pesquisa**: por que não. Rio de Janeiro: Ayvu, 2018.

ROCON, P. C. *et al.* Vidas após a cirurgia de redesignação sexual sentidos produzidos para gênero e transexualidade. **Ciência & saúde coletiva**, v. 25, p. 2347-2356, 2020.

SCAVONE, L. Maternidade: transformações na família e nas relações de gênero. **Interface-comunicação, saúde, educação**, v. 5, p. 47-59, 2001a.

SCAVONE, L. A maternidade e o feminismo: diálogo com as ciências sociais. **Cadernos Pagu**, p. 137-150, 2001b.

SCRIBANO, A.; SENA, A. de. Construcción de Conocimiento en Latinoamérica: Algunas reflexiones desde la autoetnografía como estrategia de investigación. **Cinta Moebio**, v. 34, p. 1-15, 2009. Disponível em: www.moebio.uchile.cl/34/scribano.html. Acesso em: 18 out. 2023.

SEDGWICK, E. K. A Epistemologia do Armário. **Cadernos Pagu**, 2007.

SILVA, A. M. M. da. **Do silêncio à aceitação**: Percursos e desafios das famílias de pessoas trans* em Portugal. 2019. 76f. Dissertação (Mestrado Integrado em Psicologia) – Universidade do Porto, Porto, 2019.

SOUSA, S. M. G.; RIZZINI, I. **Desenhos de família**: criando os filhos: a família goianiense e os elos parentais. Goiânia: Cãnone Editorial, 2001.

TRINDADE, Z. A. Concepções de maternidade e paternidade: o convívio atual com fantasmas do século XVIII. *In*: SOUZA, N.; FREITAS, M. F. Q.; RODRIGUES, M. M. P. (orgs.). **Psicologia**: Reflexões (Im)pertinentes. São Paulo: Casa do Psicólogo, 1998. p. 129-155.

VERGUEIRO, V. **Por inflexões decoloniais de corpos e identidades de gênero inconformes**: uma análise autoetnográfica da cisgeneridade como normatividade. 2015. 244f. Dissertação (Mestrado) - Universidade Federal da Bahia, Salvador, 2015.

WITTIG, M. **A marca do gênero**. Questões feministas, v. 5, n. 2, p. 3-12, 1985.

ZAMBERLAN, M. A. T.; ALVES, Z. M. M. B. Detecção de níveis de riscos psicossociais através do Inventário Home em ambientes de populações urbanas de baixa renda. *In*: ZAMBERLAN, M. T.; ALVES, Z. M. M. B. (orgs.). **Interações Familiares** -Teoria. Pesquisa e Subsídios à Intervenção. Londrina: Editora UEL, 1997. p. 143-161.

ZANELLO, V. **Saúde mental, gênero e dispositivos**: cultura e processos de subjetivação. Curitiba: Appris, 2018.